

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RENATA GUIMARÃES CABRAL LIMA

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA
NAS MEMÓRIAS DE ENEIDA DE MORAES**

João Pessoa - PB

2022

RENATA GUIMARÃES CABRAL LIMA

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA NAS
MEMÓRIAS DE ENEIDA DE MORAES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Oriana de Nadai
Fulaneti

João Pessoa - PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732c Lima, Renata Guimarães Cabral.

A construção discursiva da política de resistência
nas memórias de Eneida de Moraes / Renata Guimarães
Cabral Lima. - João Pessoa, 2022.

114 f. : il.

Orientação: Oriana de Nadai Fulaneti.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Crônica - Literatura brasileira. 2. Discurso
político - Resistência. 3. Eneida de Moraes - Autora.
4. Eneida de Moraes - Autobiografia. 5. Semiótica
francesa. I. Fulaneti, Oriana de Nadai. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-94(81)(043)



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
RENATA GUIMARÃES CABRAL LIMA**

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois (09/06/2022), às catorze horas, realizou-se, via Plataforma Zoom, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada “**A Construção Discursiva da Política de resistência nas memórias de Eneida de Moraes**”, apresentada pelo(a) mestrando(a) **RENATA GUIMARÃES CABRAL LIMA**, Licenciado(a) em **Letras** pelo(a) Universidade Federal do Pará - UFPA, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRE(A) EM LINGUÍSTICA, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador do Programa de Pós- Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. A Profa. Dra. Oriana de Nadai Fulaneti (PROLING - UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte as Professoras Doutoras Vanice Maria Oliveira Sargentini (Examinadora/UFSCAR) e Mariana Luz Pessoa De Barros (Examinadora/ UFSCAR). Dando início aos trabalhos, a senhora Presidente Profa.Dra. Oriana de Nadai Fulaneti convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra à Mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguida pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o conceito **aprovado**. Proclamados os resultados pela professora Dra. Oriana de Nadai Fulaneti, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 09 de junho de 2022.

Observações

A banca ressalta a originalidade do tema, a organização do trabalho e o bom desenvolvimento teórico e analítico. A análise criteriosa sustenta adequadamente os resultados atingidos e sua clareza contribui para os estudos da área. Recomenda-se que a pesquisa seja divulgada por meio de publicações.

Prof(a). Dr(a). Oriana de Nadai Fulaneti
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a).Dr(a). Vanice Maria Oliveira
Sargentini
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Mariana Luz Pessoa de
Barros
(Examinadora)

RENATA GUIMARÃES CABRAL LIMA

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA NAS
MEMÓRIAS DE ENEIDA DE MORAES**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística, da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para obtenção do grau de Mestre
em Linguística.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Oriana de Nadai Fulaneti (Orientadora - UFPB)

Profa. Dra. Mariana Luz Pessoa de Barros (UFSCar)

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini (UFSCar)

João Pessoa - PB

2022

Para Heitor, fonte de toda minha
inspiração. Minha força, meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder saúde física e mental para a realização desse trabalho.

Aos meus queridos pais, Dilmarina e Mário Cabral, por serem sempre o meu porto seguro.

Ao meu esposo e companheiro, Rainério Lima, pelo apoio, pelo incentivo e por sempre acreditar que eu posso ir além daquilo que imagino. Sou grata por tê-lo ao meu lado.

Ao meu filho amado, Heitor Lima, criança doce, amável e já com notável senso crítico. Sua alegria diária me ajudou muito durante esse processo.

À minha irmã e aos meus sobrinhos por me proporcionarem momentos de distração e de boas risadas. Não imaginam o quanto isso me ajudou a tornar esse percurso menos exaustivo.

Ao meu grande amigo Wander de Andrade que em vida foi uma das pessoas mais amáveis e leais que conheci. Estará sempre na minha lembrança e no meu coração!

À minha orientadora, Professora Oriana Fulaneti, por sua dedicação, generosidade e pela forma segura como conduziu esta pesquisa. Muito obrigada pela paciência, pelos inúmeros incentivos, pelas críticas e correções, enfim pelo grande aprendizado. Sou grata pelo seu comprometimento e por nossa parceria.

A todos os meus professores do Proling que direta ou indiretamente contribuíram com a minha formação acadêmica e profissional.

Às professoras Mariana de Barros e Vanice Sargentini pelas excelentes e importantes contribuições dadas ao trabalho no Exame de Qualificação. Sem dúvida, suas observações foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa.

Às minhas amigas e companheiras de Mestrado, Thainá, Myllena e Ingrid, que foram a minha família na cidade de João Pessoa. Muito obrigada por nunca deixarem me sentir sozinha mesmo com o distanciamento social durante o período da pandemia.

A todos os meus colegas de grupo de estudos da UFPB e do LabOrino-USP. Nossas discussões e trocas foram muitíssimo importantes para a melhor compreensão teórica e analítica dos percursos árduos da Semiótica.

A todos os meus amigos de vida, espalhados nos estados do Pará, Amazonas, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo. Perto ou longe, sempre se fizeram presentes. Obrigada.

À Universidade Federal do Oeste do Pará pelo apoio financeiro e por permitir a realização desse Curso de Qualificação.

À Universidade Federal da Paraíba, em especial à Coordenação do Proling, na pessoa do Prof. Ferrari, pela simpatia e pela presteza no esclarecimento de dúvidas e no atendimento de solicitações.

Gratidão a todos!

RESUMO

Com base nos pressupostos teóricos da semiótica francesa, este trabalho objetiva investigar a construção discursiva da política de resistência nas crônicas autobiográficas da autora paraense Eneida de Moraes (1903 – 1971), traçando a constituição de sentido dos textos através dos aspectos narrativos e discursivos da Semiótica greimasiana e de algumas abordagens da Semiótica tensiva. Também, busca-se identificar as vozes sociais manifestadas por meio desse discurso, as quais apontam a presença de um sujeito político que resiste constantemente às hostilidades sofridas no cárcere. São analisadas as *Crônica 16* (da coletânea *Banho de Cheiro* – 1962) e *Crônica Companheiras* (da coletânea *Aruanda* – 1957). Os textos foram escritos nas décadas de 1950 e 1960, porém rememoram fatos históricos da política brasileira da década de 1930 e assinalam o percurso do sujeito confinado na prisão, imobilizado pela repressão, mas encontrando formas para sobreviver e resistir às coerções impostas. A análise do *corpus* demonstra que o discurso de resistência, nesses textos, se constrói pela unicidade de vozes sociais que denunciam, contestam e afrontam um sistema de poder autoritário, violento e repressor. É um discurso tecido em ações de movimentos de lutas em prol de uma nova organização política pautada nos princípios democráticos, nas ações coletivas e na liberdade de expressão. Assim, o trabalho vem contribuir para a compreensão de discursividades que se localizam ideologicamente no campo da política de resistência e de enfrentamentos aos sistemas de poder.

Palavras-chave: Crônica; Discurso Político; Eneida de Moraes; Resistência; Semiótica Francesa.

ABSTRACT

Based on the theoretical assumptions of French semiotics, this work aims to investigate the discursive construction of the politics of resistance in the autobiographical chronicles of the author from Pará Eneida de Moraes (1903 - 1971), tracing the constitution of meaning of texts through the narrative and discursive aspects of Semiotics greimasiana and some approaches to tensive semiotics. Also, it seeks to identify the social voices expressed through this discourse, which point to the presence of a political subject who constantly resists the various deprivations suffered in prison. *Chronicles 16* (from the collection *Smell Bath* – 1962) and *Chronic Companions* (from the collection *Aruanda* – 1957) are analyzed. The texts were written in the 1950s and 1960s, but they recall historical facts of Brazilian politics in the 1930s and mark the course of the subject confined in prison, immobilized by repression, but finding ways to survive and resist the imposed coercion. The analysis of the corpus demonstrates that the discourse of resistance, in these texts, is constructed by the uniqueness of social voices that denounce, contest and confront an authoritarian, violent and repressive power system. It is a discourse woven in the actions of struggle movements in favor of a new political organization based on democratic principles, collective actions and freedom of expression. Therefore, the work contributes to the understanding of discursivities that are ideologically located in the field of resistance politics and confrontations with power systems.

Keywords: Chronic; Political Discourse; Eneida de Moraes; Resistance; French Semiotics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modalidades veridictórias	63
Figura 2 – Níveis de enunciação	75
Figura 3 – Agora (enunciativo)	77
Figura 4 – Então (enuncivo)	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	42
Quadro 2	59
Quadro 3	60
Quadro 4	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Crônica autobiográfica e memórias de resistências	17
1.1. Autobiografia e memórias	18
1.2. As resistências nas crônicas autobiográficas de Eneida de Moraes	23
1.2.1 <i>Crônica 16 – Banho de Cheiro</i>	25
1.2.2 <i>Crônica Companheiras – Aruanda</i>	29
1.2.3 Silenciamentos e resistências	32
2. A narratividade do discurso político de resistência	35
2.1. A sintaxe narrativa da política de resistência	39
2.1.1. Sujeito <i>versus</i> antissujeito: valores de universo e valores de absoluto... 40	
2.1.2. A ruptura de contratos sociais entre destinador e destinatário	48
2.2. As modalizações, os estados passionais e as afetividades do sujeito	58
3. A discursivização da resistência: estratégias enunciativas e inclinações ideológicas	68
3.1. As pessoas, os tempos e os espaços	72
3.2. A tematização e a figurativização	85
3.3. As relações entre enunciador e enunciatário	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	105
ANEXO A - <i>Crônica 16</i> (inclusa na coletânea <i>Banho de Cheiro</i>)	108
ANEXO B – <i>Crônica Companheiras</i> (inclusa na coletânea <i>Aruanda</i>)	112

INTRODUÇÃO

Uma das marcas da literatura brasileira está ancorada em uma abordagem de caráter memorialista que se baseia na elaboração de textos por meio de relatos vivenciados ou ficcionados, expondo problemáticas humanas de ordem social, política e cultural. A autora Eneida de Moraes (1903 – 1971) foi uma escritora que centralizou boa parte da sua produção literária em obras memoriais, especialmente as crônicas. Nelas, a autora narra acontecimentos que referenciam a militância política e discutem temáticas voltadas para o papel da mulher na sociedade patriarcal – período a partir de 1920 –, as desigualdades sociais, os marginalizados e os excluídos. É no foco desse discurso político representado em duas crônicas memoriais da escritora que propomos analisar discursivamente os seus textos através dos estudos teóricos da Semiótica Discursiva e Tensiva propostos por Greimas, Fontanille, Zilberbeg e demais colaboradores da Semiótica Francesa.

Dessa maneira, a temática desta pesquisa centra-se nas discussões em torno da relação linguagem, resistência e política. Esta última entendida a partir das relações de poder que são exercidas nas instâncias da sociedade. É a política compreendida enquanto forma de poder. O poder que exercem uns homens sobre outros, ou melhor, sobre suas ações ditando comportamentos e condutas que devem ser obedecidas a fim de alcançar os “efeitos desejados” (BOBBIO, 1998).

Portanto, o discurso político a ser tratado se funda na modalização do poder. Constrói-se como um discurso fundamentalmente regido pela busca do poder. No entanto, nosso enfoque discursivo não apenas repousa sob uma ótica governamental, sob uma gestão do poder estatal, mas sob o viés da resistência apresentada como lutas legítimas e sociais que respondem aos efeitos coercitivos do poder.

São resistências que emergem imbricadas nas relações de poder. Elas surgem para confrontar um sistema de poder. Estão ancoradas em atos de luta, de enfrentamentos, de operações renitentes que buscam combater os aparatos de coerção que objetivam controlar e reger a vida dos homens. (FOUCAULT, 2009)

Desse modo, esta pesquisa protagoniza o discurso político vinculado às ações de resistência, de confronto e de contestação aos instrumentos do poder governamental que faz uso de técnicas repressivas e violentas para punir aqueles que violam suas normas. Assim, os questionamentos que norteiam o nosso trabalho são:

como é construído o discurso político de resistência nos textos de Eneida de Moraes e quais são as vozes sociais que se manifestam por meio desse discurso.

O discurso de resistência marcadamente registrado nas crônicas eneidianas nos levou a presente investigação. Atualmente, a maioria das pesquisas que tomam como objeto de estudo os textos da autora congregam temáticas que perpassam, principalmente, pelo social, pelo político e pelas relações de gênero, demonstrando assim a escrita diversa e engajada da escritora nas discussões de problemáticas humanas que não estão situadas apenas no seu tempo, mas permanecem presentes e remodeladas nos tempos atuais. A maioria desses trabalhos concentram-se nas áreas de Literatura e ainda não há pesquisas que tratem dos aspectos discursivos presentes nas crônicas da escritora. Não há pesquisas que examinem o viés político à luz dos processos de significação orientados pela teoria Semiótica Francesa. Assim, nossa pesquisa propõe a inauguração de abordagens analíticas que tomem esse objeto de estudo por uma perspectiva discursiva a partir de procedimentos semióticos que possibilitam a apreensão da construção de sentido desse discurso situado ideologicamente nos campos da política de resistência.

Propomos a pesquisa com foco na análise do discurso político de resistência, pois essas narrativas representam memórias de uma época de grande efervescência política e cultural que pode nos mostrar traços da realidade social brasileira em profundas transformações. Assim como, são enunciados discursivos que ressurgem no nosso cenário político atual, uma vez que não estamos propriamente em um regime ditatorial, mas vivemos políticas governamentais autoritárias e centralizadoras. Vemos emergir discursos polarizados que marginalizam e segregam os grupos sociais. Vemos surgir grupos de controle destinados/dedicados a coibir e perseguir aqueles que se posicionam contra o governo. Assim, acreditamos ser relevante desenvolver esse estudo discursivo do ponto de vista das resistências, na medida em que ele auxiliará na compreensão dessas discursividades presentes na contemporaneidade.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar a construção discursiva da política de resistência nas crônicas eneidianas por meio da análise das categorias narrativas e discursivas da Semiótica Francesa. Os objetivos específicos são: a) depreender a constituição de sentido dos textos, através dos aspectos narrativos e discursivos da Semiótica greimasiana, elucidando algumas abordagens

da Semiótica tensiva, b) identificar as vozes sociais que se manifestam por meio desse discurso.

Para empreender esse trabalho, elaboramos os seguintes procedimentos metodológicos. Primeiramente, realizamos a seleção do *corpus*. A produção intelectual da autora é composta de aproximadamente onze obras, dentre elas: livros de poemas, de contos, de crônicas, periódicos jornalísticos, e diversas reportagens literárias, com algumas destas traduzidas para o alemão, russo, francês, inglês, chinês e tcheco. No entanto, foi com as crônicas que a escritora encontrou espaço no cenário literário brasileiro. Eneida de Moraes se destacou como a cronista de memórias que além de autobiográficas representam traços da história de um país, expressam linhas históricas de uma época importante da política brasileira e resgatam fatos que, por diversos motivos, não foram narrados pela história oficial. Seus textos não eram considerados cânones literários, mas tinham o grande objetivo de alcançar as massas populares, além de representarem, hoje, um importante arquivo político, histórico e social.

Dessa maneira, para a constituição do *corpus* partimos da leitura e avaliação de trinta e nove crônicas que fazem parte das coletâneas *Aruanda* (1957) e *Banho de Cheiro* (1962), obras que consolidaram a carreira literária da escritora. Nosso enfoque nessas duas obras se deu por serem aquelas em que Eneida reconta, por meio das lentes literárias, acontecimentos e fatos da história social e política brasileira em um período de forte repressão e censura, ou seja, os anos áureos do Estado Novo, ocasião em que os grupos de resistência lutavam por uma organização política centrada na coletividade e nos princípios democráticos.

Desse universo de crônicas memoriais, selecionamos dois textos para a formação do *corpus*, a saber: *Crônica Companheiras* (extraída da coletânea *Aruanda*) e *Crônica 16* (extraída da coletânea *Banho de Cheiro*). Selecionamos essas duas crônicas porque são textos que dialogam e se complementam na construção discursiva de um sujeito político que constantemente resiste e não cede às coerções impostas. Por meio das relações afetivas criadas no ambiente carcerário, esse sujeito sai de um estado de total privação para um estado gradual de restabelecimento de forças na busca incessante por aquilo que tanto almeja como a liberdade e a justiça social. Nosso recorte de discussão e análise se baseia nessa construção discursiva

do ponto de vista da resistência e da persistente luta em prol de uma nova organização sócio-política pautada nos valores universais e na liberdade de expressão.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, abordamos sobre o gênero discursivo crônica e os gêneros literários: autobiografia e memórias, estabelecendo diferenças e semelhanças a partir de uma visão semiótica. Também, apresentamos uma contextualização histórica dos textos, na qual enfatizamos o percurso de resistência da autora Eneida de Moraes, a fim de subsidiar na compreensão do objeto e na construção das análises. O segundo e o terceiro capítulos destinamos à discussão teórica e analítica do trabalho, organizando-os por categorias semióticas.

Para a construção das análises, primeiramente, conceitualizamos o discurso político pela perspectiva semiótica, nos fundamentando nos estudos de Fiorin (1988; 2013) e Landowski (1992). Para conceitualizar a resistência, nos baseamos na concepção semiótica de *tomada de posição* elaborada por Aldama (2021) e nos postulados de Foucault (1988; 2009) quanto às *práticas de resistência*, na medida em que o filósofo francês concebe-as como ações de luta e de enfrentamentos que são engendradas no interior das relações de poder.

As duas crônicas que constituem o *corpus* desta pesquisa são analisadas simultaneamente, estabelecendo uma articulação intertextual entre elas, pois são textos que dialogam na construção discursiva do sujeito da resistência. No entanto, também são destacadas as especificidades de cada texto. Das crônicas, selecionamos trechos, nos quais destaca-se a manifestação do sujeito que resiste constantemente às privações e às hostilidades sofridas no cárcere. Nosso percurso analítico elucida as categorias semióticas das estruturas narrativas e discursivas do percurso gerativo do sentido, bem como, a incidência de categorias tensivas que complementam a significação dos textos.

Assim, a sequência de análise do discurso político de resistência se dará da seguinte forma:

No Capítulo 2, destacamos a organização narrativa dos textos, a partir dos componentes sintáticos e semânticos que integram a narratividade, a qual representa um simulacro da ação do homem no mundo em busca de valores investidos nos objetos. Desse modo, a narratividade do discurso trata da relação de transitividade

entre dois actantes: o sujeito e o objeto. Portanto, neste capítulo, abordamos as transformações, as relações juntivas do sujeito com o objeto-valor, as ações confrontadoras de sujeito e antissujeito, a relação polêmica-contratual entre destinador e destinatário, as modalizações e os estados passionais que determinam a relação do sujeito com os valores almejados.

No capítulo 3, enfatizamos as categorias do nível discursivo que é um estado mais concreto do percurso gerativo do sentido. As estruturas discursivas apresentam as especificidades de cada texto. Elas são assumidas pelo sujeito da enunciação que se desdobra em enunciador e enunciatário. No nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo desenvolvem-se sob forma de temas e se materializam por meio de figuras. Dessa forma, no terceiro capítulo, destacamos as estratégias enunciativas do discurso, as relações entre enunciador e enunciatário, como também, os procedimentos de tematização e de figurativização que criam efeitos de realidade e marcam as determinações históricas e ideológicas do discurso.

Nos dois capítulos, apontamos as recorrências de noções próprias da Semiótica Tensiva, tais como: os valores de universo (misturas) e os valores de absoluto (triagem), o discurso da resistência operado pela concessão e as afetividades que mostra o sujeito diante da experiência da prisão.

Nas considerações finais, sistematizamos as discussões apresentadas sobre as resistências que se manifestam no âmbito particular da prisão e no tempo histórico, no qual situam-se as narrativas, como também, as resistências que se reorganizam e se reconstroem no âmbito social para romper os diversos silenciamentos estabelecidos nos ciclos da história.

As crônicas analisadas apresentam memórias históricas de um passado que ressurgem nos acontecimentos de hoje, na medida em que práticas governamentais centralizadoras e autoritárias são reativadas e ressignificadas pela atual conjuntura política brasileira. Assim, a nossa pesquisa pretende contribuir para a compreensão de discursos situados ideologicamente no campo da política de resistência e de enfrentamentos aos sistemas de poder.

1 CRÔNICA AUTOBIOGRÁFICA E MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIAS

A palavra crônica tem sua origem etimológica no termo grego *khronos* que significa tempo. Em latim, a palavra *chronica* era utilizada para se referir a textos que registravam histórias verídicas em ordem cronológica. A crônica remonta à Idade Antiga. Ela narrava feitos históricos de grandes personalidades da época como imperadores e reis. Com o surgimento da imprensa, a partir do século XIX, o gênero consolida-se como um periódico diário de maior alcance público, pois sua veiculação passa a se dar por meio de jornais e revistas de grande circulação. A crônica publicada pelos jornais apresenta, predominantemente, cotidianidades que expressam análises críticas sobre questões sociais e políticas ora apelando para o humor ora para a sensibilidade do leitor.

O gênero discursivo crônica é composto de uma linguagem simples, objetiva e de escrita mais próxima do diálogo oral, o que promove uma melhor aproximação com o leitor. Geralmente, a crônica caracteriza-se como uma narrativa de acontecimentos cotidianos que abordam um efeito de veracidade por situar-se cronologicamente num determinado tempo e espaço, além de provocar uma reflexão acerca do assunto tratado.

Os temas abordados pelas crônicas estão presentes tanto na história de um povo como nas situações vividas no dia a dia. Elas podem ser do tipo narrativa, descritiva, jornalística, humorística, lírica etc.

Para Ferreira (2008), a crônica é um gênero de caráter híbrido e de difícil classificação, pois há em sua estrutura composicional uma combinação de elementos literários e jornalísticos que formam a totalidade discursiva. Isso permitiu que alguns literatos considerassem a crônica mais um texto de jornalismo do que propriamente de literatura. A verdade é que esse gênero está na fronteira dessas duas esferas.

Na literatura, Cândido (1992) assume que a crônica é um gênero pouco prestigiado se comparado ao romance, à dramaturgia e à poesia. No entanto, considera esse tipo de texto como aquele que “se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural” (CÂNDIDO, 1992, p. 13). O autor postula que a crônica capta a dimensão das coisas e das pessoas. Não oferece a exuberância de adjetivos, rimas e

metrificações, mas extrai das miudezas – fatos banais e corriqueiros – um singular universo de beleza e poesia.

As crônicas da autora Eneida de Moraes que constituem objeto de análise deste trabalho tratam dessas cotidianidades, como também, rememoram fatos históricos da política brasileira que por muitos anos permaneceram escondidos nos porões da ditadura. Seus textos denunciam práticas de violência nas prisões do regime autoritário do governo Getúlio Vargas, instigando seus leitores a refletirem sobre práticas tão bem estruturadas socialmente como, por exemplo, a segregação e a exclusão de indivíduos que não correspondem às convenções sociais e não se enquadram no controle dos sistemas de poder.

A autora utiliza-se do discurso autobiográfico para relatar memórias vividas no ambiente carcerário durante a ditadura dos anos de 1930. Por isso, importa-nos ressaltar sobre a crônica autobiográfica e memorialista, uma vez que nosso *corpus* é formado por textos de caráter narrativo que contam uma história centralizada no “eu”, como também, revelam traços históricos e sociais de uma época importante da política brasileira.

Assim, neste capítulo, abordaremos sobre os gêneros autobiografia e memórias, estabelecendo algumas semelhanças e diferenças a partir de uma visão semiótica. Posteriormente, apresentaremos as duas crônicas que serão analisadas e o contexto histórico-político da época. Também, enfatizaremos o percurso de resistência da autora Eneida de Moraes a fim de subsidiar na compreensão do objeto e na construção das análises.

1.1 Autobiografia e memórias

Na literatura europeia, precisamente na França, as discussões sobre biografias, memórias e autobiografias ganharam notoriedade com os estudos desenvolvidos por Lejeune no início dos anos 1970. A autobiografia é o gênero literário mais explorado pelo autor francês desde a sua obra inaugural *L'autobiographie en France*, na qual traça os primeiros pressupostos teóricos e analíticos em busca de uma definição. No entanto, é com a obra *O pacto autobiográfico* que ele estabelece os fundamentos basilares para a melhor compreensão dos textos autobiográficos.

Para Lejeune (2008), a autobiografia é uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Essa definição, embora bastante direta, gerou vários debates críticos (inclusive do próprio autor) em decorrência do gênero suscitar complexidades que exigem uma fundamentação menos arbitrária. Não iremos adentrar nessa discussão epistemológica. O que nos interessa destacar é esse caráter de narrativa que remonta a um passado, que revisita um fato vivido relatado por meio da escrita.

Lejeune enfatiza que essa definição de autobiografia põe em evidência alguns elementos situados em diferentes categorias:

1. Forma da linguagem:
 - a) narrativa;
 - b) em prosa.
2. Assunto tratado: vida individual, história de uma personalidade.
3. Situação do autor: identidade do autor (cujo nome remete a uma pessoa real) e do narrador.
4. Posição do narrador;
 - a) identidade do narrador e do personagem principal;
 - b) perspectiva retrospectiva da narrativa. (LEJEUNE, 2008, p. 14)

O autor francês reforça que o texto autobiográfico comporta uma estrutura que obedece todas as condições apontadas nessas categorias, fazendo uma distinção com outros gêneros íntimos que não contemplam tais condições. As memórias são citadas por ele como um texto que não contém “um assunto da vida individual e história de uma personalidade”. No entanto, enfatiza que não há uma rigorosidade absoluta de tais categorias. Algumas condições podem não ser preenchidas totalmente. (LEJEUNE, 2008, p. 14)

Assim, a autobiografia é por essência um discurso na narração autobiográfica. Aborda uma perspectiva retrospectiva, o que não impede de fazer diálogos temporais com o presente. Apesar de focalizar a vida individual, há espaço para a narração da história social ou política. Naturalmente, a autobiografia circula por outros gêneros íntimos da literatura, sendo possível encontrar passagens de memórias, diário ou ensaio. (LEJEUNE, 2008, p. 15)

No entanto, Lejeune (2008) pondera que a identidade do autor e a identidade do narrador e do personagem principal na autobiografia se apresentam absolutamente marcadas e são essas características que diferenciam os textos autobiográficos das outras formas de literatura íntima como a biografia e o romance pessoal.

Nesse sentido, o autor francês trabalha com a noção de *pacto autobiográfico* para identificar e analisar os textos de autobiografia. Esse pacto “é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro” (LEJEUNE, 2008, p. 26). Isso significa que há um tipo de contrato estabelecido entre autor e leitor. Um contrato de leitura no qual o primeiro assume o compromisso de narrar a própria vida preservando a autenticidade e a veracidade e, portanto, apontando a existência de uma identidade.

O pacto autobiográfico trata dessa identidade que se constrói pela relação autor/narrador/personagem principal. Lejeune (2008) aborda que essas três instâncias identitárias características da autobiografia podem ser analisadas a partir de três aspectos: a identidade do narrador e do personagem principal, a identidade do autor e do narrador, e a identidade do autor e do personagem principal.

O escritor francês enfatiza que a autobiografia assim como a biografia são textos referenciais tais como o discurso científico ou histórico, porque objetivam apresentar fatos de uma realidade que se apresenta externa ao texto e assim estabelecer uma semelhança com o verdadeiro. “Não o efeito de real, mas a imagem do real”. (LEJEUNE, 2008, p. 36)

Na semiótica, essas relações entre as pessoas do discurso são estudadas no âmbito da sintaxe discursiva, a qual será melhor explorada em capítulo posterior. Por ora é importante mencionar que é por meio da enunciação que se instaura o sujeito, aquele que fala num dado espaço e num determinado tempo. Esse sujeito desdobra-se em enunciador e enunciatário. Na esteira de Benveniste, é um “eu” que se dirige para um “tu”. Na condição de enunciador, o sujeito pode delegar vozes no interior do discurso instaurando diferentes instâncias enunciativas (autor, narrador e personagem) que formam a identidade do sujeito enunciador.

Esse autor não corresponde à pessoa real que escreveu a crônica ou o romance, por exemplo, mas a um autor implícito (enunciador) que é construído textualmente a partir do conjunto de sua obra. Há, paralelamente, a construção de um leitor implícito (enunciatário) que também participa do ato discursivo, uma vez que ele serve de referência para a produção do texto.

O autor, o narrador e o personagem que estão congregados no sujeito enunciador são instâncias enunciativas que são projetadas no discurso (enunciado)

por meio do procedimento de debreagem. Greimas e Courtés afirmam que debreagem é “a operação pela qual a instância da enunciação projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso” (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 95). Ou seja, são disseminadas no enunciado as categorias de pessoa, de tempo e de espaço. Logo, teremos debreagem actancial, temporal e espacial. A debreagem actancial, que projeta no enunciado a categoria de pessoa, pode ser enunciativa (quando se refere a nível de enunciação) e enunciva (quando está na dimensão do enunciado).

Barros (2011), ao tratar sobre a noção da tripla identidade que se instala nos textos autobiográficos, compreende que o efeito de identidade entre narrador e personagem principal é produzido por uma debreagem enunciativa do enunciado, isto é, um “eu” que se insere na dimensão do enunciado. A autora complementa que o efeito de identidade entre autor (enunciador) e personagem principal efetua-se por sincretismo, no qual o ator da enunciação e o personagem que aparece na narração estão personificados no mesmo antropônimo. O efeito de identidade entre narrador e autor (enunciador) “resulta das identidades anteriores, podendo ser fortalecido pelo fato de o narrador apresentar-se, muitas vezes, como o autor da obra”. (BARROS, 2011, p. 24)

Barros (2011) afirma que esse último efeito de identidade pode ser denominado como uma embreagem. A embreagem, na semiótica, perfaz um percurso contrário da debreagem. “Denomina-se embreagem o efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria da pessoa e/ou do espaço e/ou do tempo, bem como pela denegação da instância da enunciação”. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 140). Assim, a embreagem é uma operação posterior ao processo de debreagem.

Após esse breve diálogo da identidade autobiográfica com os procedimentos concernentes à sintaxe discursiva, retomamos sobre a questão dos gêneros de literatura íntima – autobiografia e memórias –, no sentido de apontar algumas semelhanças e diferenças, considerando que nosso *corpus* são textos tanto de cunho autobiográfico quanto memorialístico.

Reiterando a posição de Lejeune (2008) acerca da distinção da autobiografia com os demais gêneros íntimos, o autor destaca que as memórias tendem a não

focalizar a vida individual e a gênese da personalidade. No entanto, o estudioso francês reconhece que as memórias (assim como o diário da obra ou o ensaio) transitam pelos textos autobiográficos e ajustam-se na estrutura composicional deste gênero. Isso demonstra que as memórias fazem parte da autobiografia. Elas trazem para o discurso a rememoração de um passado que é reconstruído pelo enunciador. No caso específico das crônicas memorialistas, além da narração do tempo passado, há digressões, ou melhor, diálogos com o tempo presente porque o enunciador tem a finalidade de conduzir o enunciatário a uma determinada reflexão seja de ordem particular ou social.

Assim, a diferença entre esses dois gêneros é ínfima e tênue porque as memórias sempre estão marcadas na autobiografia. Há a retrospectiva de uma história que é reconstruída por lembranças e recordações que não pretendem apresentar a realidade em si, mas a imagem do real (nas palavras de Lejeune). A autobiografia referencia o discurso ao apresentar um simulacro da realidade por meio da enunciação manifestada no texto.

Para a semiótica, autobiografia e memórias também estão alinhadas entre si. Não há distinções tão marcadas. As memórias constroem-se como uma categoria de análise dos discursos autobiográficos, conforme postulou Barros (2011). A partir da análise de diferentes gêneros autobiográficos, a autora propõe duas formas discursivas de memória: a *memória do acontecido* e a *memória-acontecimento*.

Fundamentando-se em elementos tensivos, a semioticista compreende que a *memória do acontecido* se situa no campo do inteligível porque opera com estratégias enunciativas para causar efeitos de legibilidade e faz uso de grande quantidade de informações. A *memória-acontecimento* é da ordem do sensível. É construída ao longo do texto, não tem status de acabamento, “mas a cada pedaço agarra-se um máximo de engajamento afetivo do sujeito que produz o texto tanto quanto é por ele produzido” (BARROS, 2011, p. 266). A *memória-acontecimento* é caracterizada por um alto grau de intensidade.

Isso nos permite dizer que nosso *corpus* está na fronteira dessas duas formas de memória. São textos que apresentam a *memória do acontecido* e a *memória-acontecimento* simultaneamente, porque conjugam elementos do inteligível e do sensível. Há recursos enunciativos que objetivam gerar efeitos de realidade e de

autenticidade dos fatos, como também, a enunciação é moldada por componentes afetivos e por concessões que buscam causar impacto no enunciatário.

Esses mecanismos das relações entre enunciador e enunciatário serão melhor analisados no terceiro capítulo deste trabalho.

1.2. As resistências nas crônicas autobiográficas de Eneida de Moraes

A participação da mulher na arte literária brasileira vem sendo marcada, ao longo dos anos, por escritoras que se destacaram por sua singularidade, por sua coragem, e pela forma contundente com que trataram de questões sociais e políticas recorrentes em sua época. São mulheres intelectuais que “ousaram” se inserir em espaços predominantemente ocupados por homens e nesse campo discursivo travaram intensos debates políticos em períodos em que a figura feminina não tinha voz e o seu papel social se restringia às obrigações domésticas e às relações familiares.

No início da década de 1930, há um avanço das conquistas da emancipação feminina com a instituição do voto feminino, uma das principais lutas das mulheres pelo direito de cidadania e de participação nos processos políticos. Nessa nova conjuntura social, essas mulheres foram gradativamente demarcando o seu lugar nas diversas esferas públicas da sociedade, assim como, romperam preconceitos e regras historicamente impostas a elas. Na literatura, esse protagonismo é marcado por produções artísticas que aliam a criação estética aos valores éticos. São textos que contestam e confrontam os sistemas de poder.

A autora Eneida de Moraes (1903 – 1971) – ou simplesmente Eneida, como gostava de ser chamada – foi uma dessas escritoras que fez de sua arte um espaço de atuação política e por meio da qual contesta práticas governamentais arbitrárias e repressoras, bem como, discute criticamente temáticas sociais como: o papel da mulher na sociedade patriarcal – período a partir de 1920 –, as desigualdades sociais, os marginalizados e os excluídos. Toda a produção intelectual da autora é singularizada pela militância política e pela intensa dedicação às atividades culturais no âmbito nacional e internacional.

A escritora, de família burguesa, nasceu na cidade de Belém, no Estado do Pará, no dia 23 de outubro do ano de 1903. Sua produção literária está voltada para

os textos do tipo crônica de caráter autobiográfico e memorialista, fenômeno literário que abriu espaço para a autoria feminina por ser menos sexista. As crônicas sugeriram da atividade jornalística da escritora e embora não fossem consideradas cânones literários, tinham o grande objetivo de alcançar as massas populares por serem textos que circulavam mais facilmente nas diferentes camadas sociais.

Na década de 1910, vivia-se um período de fortes conflitos políticos e econômicos causados por uma colossal e sangrenta guerra. O cenário catastrófico da Primeira Guerra Mundial atingia exércitos militares, devastava cidades e deixava a população civil na extrema miséria. A economia do capitalismo sofria grandes abalos e grupos do movimento socialista, principalmente originários da União Soviética, defendiam a ascensão da classe operária ao poder. Esta concepção ideológica, posteriormente, fora adotada como uma escolha de vida de Eneida na qual fundamentou a sua militância política e para a qual dedicou-se intensamente de forma irrestrita.

O cenário político brasileiro estava em ebulição com as revoltas tenentistas e com o surgimento da vertente comunista no Brasil. A propagação das ideias comunistas ganhara grandes proporções e crescia o número de adeptos pelo mundo. Para os governos capitalistas essa crescente difusão da ideologia socialista era compreendida como uma grande ameaça aos interesses da sociedade burguesa industrial. Envolvida pelo pensamento marxista, a escritora paraense iniciou uma produção de textos de viés explicitamente político. São textos que preservam os tons literários – os poemas, as crônicas, os contos –, como também, ganham conotações de críticas e formas de contestações aos sistemas de poder.

No ano de 1930, a escritora mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro e lá conviveu com grandes escritores da literatura nacional, período que data o seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro – PCB. Era uma mulher que não cedia às convenções sociais, não se submetia às ordens patriarcais, e o universo de imposições e regras não condizia com sua ousadia e espírito libertário. Um comportamento revolucionário peculiar das mulheres intelectuais e militantes daquela época. Era um período de intensa busca pela emancipação feminina e anseios de liberdade do domínio patriarcal.

Nessa época, haviam fortes divergências políticas entre as oligarquias que comandavam os pleitos políticos no país. A burguesia, por sua vez, reivindicava maior participação na organização política do Estado e defendia a necessidade de modernização, urbanização e prioridades para o mercado interno e a produção industrial. Esses fatores contribuíram para o desencadeamento de uma Revolução que ascenderia ao poder um governo provisório com medidas centralizadoras, arbitrárias e repressoras. (FAUSTO, 1995)

A Insurreição de 1930 – como assim ficou conhecida a revolução armada que conduziu Getúlio Vargas ao poder – foi uma aliança de burgueses, oligarquias dissidentes e revolucionários tenentistas insatisfeitos com o governo do então presidente Washington Luís e com a ruptura do acordo político que revezava paulistas e mineiros no cargo presidencial.

Quando Vargas assumiu o comando do país estabeleceu uma série de medidas que centralizavam todas as decisões políticas no executivo federal. Assim, dissolveu o Congresso Nacional, ampliou as burocracias, instalou interventores federais nos governos dos estados e postergou insistentemente a realização de eleições para a formação de uma nova Constituinte. (FAUSTO, 1995)

Em meados de 1932¹, a cidade de São Paulo estava em agitação com a eclosão do movimento constitucionalista que não aceitava as arbitrariedades impostas pelo governo getulista. O Levante Constitucionalista conclamava a elaboração de uma nova Constituição para que assim fossem encaminhadas eleições presidenciais no Brasil. A revolução foi articulada por um grupo de políticos e empresários paulistas descontentes com as medidas tomadas pelo regime varguista.

1.2.1 Crônica 16 – Banho de Cheiro

O período histórico da revolução constitucionalista data a primeira prisão da escritora, narrada detalhadamente na *Crônica 16*, publicada em *Banho de Cheiro*², no ano de 1962. O livro *Banho de Cheiro* é uma coletânea de vinte e uma crônicas que exaltam as belezas da Amazônia e ao mesmo tempo retratam o cenário decadente da

¹ A Revolução de 1932 foi um movimento de luta armada liderado pela oligarquia paulista, que insatisfeita com a perda do protagonismo político em decorrência da ascensão do governo de Getúlio Vargas em 1930, reivindicava o estabelecimento de uma nova Constituição para o país.

² As crônicas da coletânea *Banho de Cheiro* foram organizadas por números, pois são textos que não contêm títulos.

cidade de Belém após o ciclo áureo da borracha. Também contam relatos da juventude da escritora quando ainda atuava no jornalismo paraense e abordam narrativas de outras prisões, bem como, do exílio na França.

Banho de Cheiro teve a primeira publicação no ano de 1962, sendo considerada a obra de maior maturidade literária pela forma como a cronista aborda questões sociais e políticas aliando simplicidade, leveza, sensibilidade, firmeza e crítica; marcas tão singulares em suas produções. Esses traços estilísticos característicos dos textos eneidianos promovem uma melhor aproximação com o leitor e leva-o a refletir sobre sua compreensão de mundo e de vida em sociedade.

A *Crônica 16* recorda dois acontecimentos sucessivos: as situações vividas na prisão em São Paulo, no ano de 1932 em plena turbulência política ocasionada pela Revolução Constitucionalista e os momentos de refúgio na cidade de Jacaréí, interior paulista. Para a construção das análises utilizaremos somente os trechos que correspondem à narrativa da prisão, uma vez que importa-nos focalizar as resistências do sujeito no ambiente do cárcere.

De um mundo totalmente diferente, Eneida nunca havia experimentado privações e neste primeiro episódio prisional relata o sabor amargo da fome, do frio e da solidão, o que foi, para ela, um grande aprendizado de resistência e, sobretudo, de sobrevivência.

Na crônica, a escritora narra com detalhes o momento em que foi detida numa casa distante de vizinhos na qual realizava a produção de material do partido – manifestos comunistas que eram confeccionados durante o dia e distribuídos durante a noite.

Como se fosse uma presa de alta periculosidade foi escoltada por mais de vinte homens da polícia do governo getulista, os quais apreenderam mimeógrafos e máquinas de escrever que ela utilizava para produzir os manifestos.

A cronista relembra os momentos difíceis em que esteve encarcerada numa espécie de prisão solitária onde permaneceu por muito tempo sofrendo maus-tratos e sendo interrogada ininterruptamente. Foram dias atormentada pela fome, pela sede e pelo terror diário das torturas que eram praticadas contra ela. Sofreu sozinha e resistiu mesmo quando achava que não suportaria mais aquela situação tão agravante.

A narrativa do texto apresenta a chegada inesperada de uma pessoa que se tornara o salvador da recém comunista que há dias não se alimentava. Essa pessoa era um velho policial reformado que fora destacado para servir no local onde Eneida se encontrava presa, pois, naquele momento, os soldados mais jovens haviam sido enviados para as frentes de combate na Revolução Constitucionalista. Às escondidas, aquele policial levava diariamente comida, água, cigarros e assim ajudou a jovem militante a não sucumbir e a permanecer na sua resistência sem jamais ceder às hostilizações.

O outro momento narrado na crônica apresenta o período de refúgio de Eneida na cidade de Jacareí, interior de São Paulo, logo após ser solta da prisão por engano. São passagens do texto em que a autora recorda a relação de afetividade que estabeleceu com a senhora dona da pensão onde se abrigou pelo período de três meses.

A jovem militante encontrou naquela senhora simples e cheia de docilidade – nos gestos e no olhar – a proteção e o apoio necessário para restabelecer suas forças físicas e psicológicas, a fim de continuar firme na luta revolucionária que escolhera como o propósito de vida e que acreditava ser o caminho para engendrar uma sociedade mais justa e igualitária.

A referência da primeira prisão é um marco inicial da trajetória de perseguições que a autora sofreu durante toda a sua juventude e as formas de resistência que ela encontrou para sobreviver às hostilidades sofridas no ambiente carcerário sem jamais desistir das suas convicções.

[...] para os meus velhos companheiros de lutas e de cadeias, tenho sempre muito mais do que um banal aperto de mão: tenho abraços e palavras de ternura, principalmente quando sei que, como eu, continuam fortes nas suas convicções, certos de que o caminho encontrado é o certo caminho e por ele avançamos, prosseguimos, na certeza do desejado amanhã. (MORAES, 1989, p. 277)

No ano de 1933, o governo provisório getulista determinou a criação de Assembleia Constituinte para a formulação de uma nova constituição visando o pleito eleitoral na escolha do cargo presidencial do país. Por meio de uma manobra política articulada por aliados do governo, Vargas foi eleito indiretamente presidente da

República acumulando mais quatro anos de governança e a continuidade de políticas eminentemente autoritárias e centralizadoras (NETO, 2013).

Nesse sentido, os movimentos antigetulistas – comunistas, sindicalistas, intelectuais, estudantes, militares adeptos ao marxismo e demais categorias sociais inconformadas com as arbitrariedades do governo – uniram-se para resistir e lutar contra o fascismo brasileiro que começava a galgar os primeiros passos rumo ao Estado de exceções e de plena ditadura. Da união desses grupos sociais surgiu a *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), organização política, criada em 1935 e liderada pelo revolucionário, ex-tenentista Luís Carlos Prestes. A Aliança foi, gradativamente, agregando a participação popular nas frentes de combate.

Sentindo-se ameaçado com a mobilização popular da *Aliança Nacional Libertadora* e temendo a tomada do poder por parte dos comunistas, Vargas decretou o fechamento oficial da ANL com base na *Lei de Segurança Nacional*³, colocando a organização na ilegalidade. No entanto, os combatentes resistiram e continuaram suas atividades articulando o movimento revolucionário que culminaria na Revolução de 1935. O levante foi pejorativamente chamado de *Intentona Comunista*, nome dado pelos apoiadores do governo getulista que não consideravam o levante como uma legítima manifestação social.

A ordem era que as ações insurretas de 1935 deveriam eclodir, simultaneamente, em diversas partes do país onde se concentravam as forças combatentes. No entanto, representações revolucionárias do nordeste brasileiro anteciparam as revoltas. Tomaram praças, ruas, invadiram quartéis gerais do governo e expulsaram interventores federais. Posteriormente, o levante explodiu no Rio de Janeiro com a invasão de rebeldes no *Forte Praia Vermelha*. Depois, poucos grupos de revoltosos continuaram o motim em outras cidades do Brasil. Essa desarticulação, provocada por contratempos e por erro de comunicação entre os insurgentes, enfraqueceu o movimento e em poucos dias o governo getulista abafara a revolução.

Com o intuito de reprimir atos comunistas e “manter a ordem social”, a ditadura de Vargas criou a *Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo* e o *Tribunal de*

³ A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 04 de abril de 1935, a qual consistia em definir os crimes contra a ordem política e social. A LSN tinha como principal finalidade julgar os crimes contra a segurança do Estado, dispensando as garantias processuais.

Segurança Nacional (TSN), órgãos incumbidos de julgar os “crimes” dos acusados da insurreição. A implacável perseguição aos socialistas lotou presídios e casas de detenção, principalmente, na capital federal – na época, Rio de Janeiro – onde se aglutinavam a maior parte dos grupos ligados à *Aliança Nacional Libertadora*. (SANTOS, 2009).

A ameaça comunista de tomada do poder era a justificativa que Getúlio Vargas precisava para estabelecer um Estado de exceções, de repressões, de censura, e de perseguições a qualquer tipo de manifestação contrária ao governo fascista. Assim, instaurou-se um modelo político com alterações radicais nas fundamentações constitucionais que davam prerrogativas ao presidente para agir de forma enérgica e militarizada contra as ações consideradas “extremistas”.

Convencidas da eminente “ameaça vermelha”, a opinião pública e a maioria parlamentar concederam ao governo getulista o aval para a instauração de um regime político dos mais cruéis, tiranos e sangrentos da história da política brasileira – a ditadura do Estado Novo.

As primeiras medidas do novo regime foram o imediato fechamento de jornais e mídias de circulação em massa que militavam contra as ações do governo, a proibição de qualquer manifestação social – seja de operários ou de grupos políticos –, a caça e a detenção dos opositores baseando-se na *Lei de Segurança Nacional*.

1.2.2 Crônica Companheiras – Aruanda

Esse período histórico e político de lutas marca outra prisão de Eneida de Moraes – a mais duradoura dentre tantas outras. O evento prisional é referenciado na crônica *Companheiras*, texto publicado na coletânea *Aruanda*, no ano de 1957. O livro *Aruanda* é uma coletânea de dezoito crônicas que narram, principalmente, importantes momentos da história política brasileira dos anos 1930.

Escrita na década de 1950, *Aruanda* é uma referência ao “lugar de Liberdade e Paz” – como assim explicou Eneida no lançamento da primeira edição –, “ao lugar que ansiamos sem desigualdades, sem injustiças, sem crueldades” (MORAES, 1989, p.10). E é isso que a autora busca revelar através de uma linguagem simples e direta, mas coberta de nuances discursivas que contestam e denunciam as arbitrariedades de um sistema político pautado na censura e na repressão.

Nas páginas de *Aruanda*, Eneida de Moraes revisita episódios de infância ocorridos na cidade natal, Belém do Pará. Nesses episódios, a cronista trata sobre as precárias condições das classes mais pobres da população paraense em um período de esplendor do ciclo da borracha, abordando as profundas desigualdades sociais e a marginalização de indivíduos que eram considerados “inúteis” por uma sociedade extremamente conservadora e patriarcal.

No livro, há narrativas de acontecimentos cotidianos situados na cidade do Rio de Janeiro – lugar que a escritora batizou como sua segunda casa – e por meio delas critica veementemente a exploração da classe operária e os privilégios da sociedade burguesa. Há também, predominantemente, relatos de eventos prisionais vivenciados durante a ditadura de Vargas e neles expõe todas as práticas de violência, as barbáries e as atrocidades sofridas pelos presos políticos no ambiente carcerário.

A crônica *Companheiras* é uma narrativa situada historicamente no início do ano de 1936. O texto é dotado de forte sensibilidade, mas sem abrir mão do caráter denunciador. Na crônica, Eneida relembra os longos dias na Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, Sala 4. Neste lugar, compartilhou com vinte e quatro mulheres momentos de dor, de saudade, de tristeza, de medo; como também, por meio do apoio coletivo essas mulheres encontraram forças para resistir, para persistir na luta e para continuar combatendo os modos coercitivos de controle que a elas foram impostos.

O espaço prisional localizava-se na cidade do Rio de Janeiro e abrigou inúmeros presos políticos durante a ditadura do Estado Novo. Era um prédio de dois andares que foi transformado em local de encarceramento de intelectuais, militantes, estudantes e demais categorias sociais que se posicionavam contrários ao governo getulista. Lá os presos eram maltratados, torturados e muitos deles exterminados. (SANTOS, 2009).

Revejo então 1935, 36, 37: gritos lancinantes cortando as noites na Delegacia da Ordem Política e Social, ouço-os ainda e relembro que, depois da meia-noite, vinham os ‘tiras’ buscar-nos para os interrogatórios. Sabíamos bem o que representavam aqueles interrogatórios feitos sob borracha, arrancar de unhas, trucidamentos e, depois, os companheiros voltando ensanguentados, esmagados, muitos deles como Marighela, sem nunca terem sequer aberto a boca para dizer como se chamavam. (MORAES, 1989, p. 291, grifo do autor)

As vinte e cinco mulheres encarceradas eram acusadas de “crimes” que subvertiam as normas e atentavam contra a ordem social. Eram mulheres das mais

distintas classes sociais – médicas, escritoras, advogadas, operárias, professoras, jornalistas –, todas representando uma história de vida, cada uma com sua singularidade, mas ligadas pela partilha do mesmo pensamento ideológico.

Na crônica, apresentam-se diálogos que expressam algumas angústias que conviviam diariamente com essas mulheres: aquela que foi afastada dos filhos e clamava por notícias deles, aquela que não sabia o paradeiro do noivo preso em outra cidade, outra que desesperadamente buscava informações do marido preso no Rio Grande do Norte. Diversas preocupações que se misturavam ao sentimento de esperança nutrido por meio dos laços afetivos e da rede de solidariedade construídos no ambiente carcerário.

No texto, a cronista relata como se passavam os dias na Sala 4. As rotinas estabelecidas, as conversas diárias, as atividades de estudo e de entretenimento, os momentos sufocantes na cela – ora em decorrência do calor, ora em decorrência do frio – até a chegada de uma importante companheira, Elisa Soborovsk – a Sabo –, mulher de Arthur Ernest Ewert, um militante comunista internacional bastante procurado pela polícia alemã-nazista. Juntamente com o marido, Elisa atuava em movimentos revolucionários ligados ao Partido Comunista na América Latina, circulando por países como a Argentina e o Brasil. (SANTOS, 2009)

O ponto de maior destaque na crônica são os relatos das atrocidades e das inúmeras torturas que Sabo sofreu nas prisões do Brasil antes de ser enviada para a Alemanha, onde foi executada pela tropa de Hitler. Por meio desta personagem, a autora faz uma homenagem a todas aquelas mulheres que sofreram as piores humilhações e barbáries e, no entanto, permaneceram firmes e seguras no propósito político-ideológico.

Companheiras manifesta a presença de um sujeito confinado na prisão, imobilizado pela repressão, vivendo sucessivas experiências de derrotas, mas encontrando formas para sobreviver e resistir aos mecanismos de poder. A luta revolucionária é reafirmada e fortalecida no espaço onde esse sujeito é punido por suas subversões, por suas transgressões e pela ruptura dos contratos sociais.

1.2.3 Silenciamentos e resistências

Eneida de Moraes foi liberta da prisão após um ano e cinco meses de medo, de angústias, de saudades e de dores – físicas e psicológicas –. Não era somente a libertação do espaço prisional, mas significava também o resgate dos direitos que lhe foram violados. O cenário político e social que ela encontrara fora do encarceramento não favorecia a retomada da sua militância política.

Em meados de 1937, a ditadura do Estado Novo estava totalmente consolidada. Não havia espaço para debates universais. Os princípios democráticos esvaíram-se. Fora da prisão também não havia liberdade. A censura e a repressão prevaleciam soberanas. Assim, intelectuais e políticos de oposição se viam obrigados a optar pelo exílio.

Durante cinco anos, a autora viveu em exílio na França e à distância acompanhava o desenrolar dos acontecimentos políticos no Brasil. O projeto revolucionário não findara com suas prisões nem mesmo com seu exílio. Todas as hostilidades sofridas no cárcere não foram capazes de lhe fazer desistir do propósito político-ideológico que escolhera também como propósito de vida. Nunca se sentiu derrotada, a utopia libertária lhe impulsionava a continuar militando agora em um espaço político alternativo. Encontrou nas artes literárias o meio para difundir suas posições ideológicas e promover a conscientização política de massas que acreditava ser o caminho para provocar transformações na conjuntura social e política da época.

A obra de Eneida de Moraes representa um ato de resistência porque, mesmo após tantos anos, ela se reveste de coragem para publicar uma história que fora apagada pela tirania da ditadura. A escritora sofreu vários silenciamentos no decorrer de toda a sua trajetória de vida, tanto nos momentos em que esteve presa quanto no período em liberdade. Ela sempre lutou para que sua voz fosse ouvida e alcançasse todas as instâncias sociais. Sua produção intelectual marca os diversos lugares de resistência organizados para romper com esses silenciamentos que, infelizmente, ainda perduram nos dias atuais.

Apesar de haver, na Academia, trabalhos significativos e de importante relevância sobre a escritora e sua produção, há uma escassez de publicação e uma carência de disponibilidade dos textos que compõem a obra da autora paraense. Não há uma divulgação efetiva de suas crônicas. São textos de difícil acesso que, por

exemplo, não são encontrados facilmente na internet. As primeiras edições da trilogia memorialista – *Aruanda*, *Banho de Cheiro* e *Cão da Madrugada* –, as mais conhecidas e verdadeiros arquivos históricos, correspondem às décadas de 1950 e 1960. A última edição, já esgotada, só foi lançada 20 anos depois por meio de incentivo cultural da Secretaria de Cultura do Estado do Pará e através de projetos editoriais organizados por professores e pesquisadores paraenses que dedicam estudos voltados à obra da autora.

Alguns materiais sobre a cronista podem ser encontrados no acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero, da Universidade Federal do Pará (GEPEM-UFPA)⁴. No entanto, a circulação da obra eneidiana ainda é muito tímida e de pouco alcance público. Isso demonstra uma resistência permanente que busca romper com esses constantes silenciamentos. São, portanto, resistências que atravessam o tempo e o espaço da prisão. No ambiente carcerário, elas são organizadas por meio do estabelecimento de rotinas, de afetividades e de ajuda coletiva. Fora do espaço prisional, essas resistências se mantêm na escrita e na publicação dos textos que ocorrem anos antes de um golpe militar, período em que novamente o cenário político de repressões e de censuras volta a se repetir na história brasileira. Eneida de Moraes sofre silenciamentos de várias ordens, sofre proibições e para isso reorganiza novos lugares de resistência.

O discurso de resistência que permeia os textos da escritora contesta um sistema de poder que se utiliza da tortura, do cárcere, da arbitrariedade e da repressão para silenciar vozes que se levantam contrárias às estratégias de controle impostas. As memórias relatadas pela autora enunciam falas de presas políticas que sofreram as piores humilhações e privações durante a ditadura do Estado Novo. São narrativas que mostram toda a indignação e inconformismo diante de um cenário político autoritário que se valia das práticas de violência para exercer o seu poder sobre aqueles que subvertiam suas normas.

Nos próximos capítulos, exploraremos essa discursivização do sujeito político que confronta e polemiza com outros sujeitos, ou melhor, com o antissujeito, na luta persistente em prol de uma nova organização sócio-política pautada na coletividade e

⁴ O grupo fomenta debates nas áreas de estudo voltadas para as relações de gênero, tomando como referência o percurso marcante da escritora paraense na luta pelos direitos e espaços das mulheres na sociedade.

na liberdade de expressão. Analisaremos, do ponto de vista do plano do conteúdo, o esquema narrativo desse discurso de resistência que se molda a partir de construções ideológicas manifestadas nos eixos temáticos e figurativos, bem como, os elementos discursivos centrados no campo do sensível, da afetividade do sujeito que ora vive a experiência da prisão.

2 A NARRATIVIDADE DO DISCURSO POLÍTICO DE RESISTÊNCIA

O discurso político comumente é analisado a partir de construções discursivas traçadas pelo sujeito que ocupa um lugar de exercício do poder – a figura do governante ou aquele que aspira tal posição –, o qual se utiliza de mecanismos de persuasão e de manipulação para convencer o enunciatário (o povo, a sociedade, a comunidade etc.) a crer no seu discurso como sendo essencialmente verdadeiro e firmar o contrato fiduciário. Este trabalho, no entanto, não parte dessa perspectiva enunciativa. As análises que serão apresentadas pretendem focalizar o discurso do sujeito que está do outro lado da esfera do poder, do sujeito que se localiza ideologicamente nos campos da resistência e confronta um sistema político autoritário e repressor.

Dessa maneira, torna-se de fundamental importância definir o conceito de política que será tratado, uma vez que, no decorrer do tempo, esse termo foi adquirindo uma amplitude semântica que não se restringe à conceituação tradicional. Assim como, torna-se indispensável categorizar o discurso político pelo viés da Semiótica Francesa a partir de reflexões teóricas de semiotistas que se debruçaram sobre essa temática como Fiorin e Landowski.

Para abordar sobre a resistência, adotaremos a concepção semiótica de *tomada de posição*⁵ elaborada por Juan Alonso Aldama (2021) articulando com o conceito de *práticas de resistência* postulado por Foucault (2009; 1988), na medida em que, o filósofo francês concebe-as como ações de luta e de enfrentamento que são engendradas no interior das relações de poder. Portanto, o discurso político a ser analisado se produz na dimensão das relações de poder entre os atores do discurso e está assentado fundamentalmente na modalização do poder.

A palavra política tem sua origem etimológica no termo grego *politikós* que se refere à *pólis*, à cidade-estado. Nesse sentido, entendida enquanto sociedade e comunidade. A política visa o interesse comum, a felicidade coletiva como assim postulou Aristóteles (2009) na sua obra célebre intitulada *Política*. Para o filósofo grego, um dos precursores do pensamento político clássico, a *pólis* é a própria sociedade e as ações dos homens devem convergir para o bem comum da

⁵ Conceito que será apresentado no capítulo 3, quando trataremos especificamente dos elementos discursivos da enunciação.

coletividade. Assim, nascem os governos que são responsáveis por manter e gerir a organização do Estado e o equilíbrio da vida social.

Bobbio (1998), por sua vez, afirma que o conceito de política está associado ao conjunto de atividades humanas que se refere ao Estado – à *Pólis* –. O historiador político destaca o Estado enquanto sujeito e objeto de ações políticas. No primeiro caso, as ações de ordenação ou de proibição visam efeitos reguladores e normativos “para todos os membros de um determinado grupo social” (BOBBIO, 1998, p. 954). No segundo caso, as ações políticas estão voltadas tanto para a conquista ou manutenção do poder estatal quanto para derrubá-lo e destruí-lo.

Nesse sentido, Bobbio concebe a política como forma de poder. O poder que exercem uns homens sobre outros, ou melhor, sobre suas ações ditando comportamentos e condutas que devem ser obedecidas a fim de alcançar os “efeitos desejados” (BOBBIO, 1998). Nesse aspecto, a política engloba relações de poder e está ancorada no jogo de ações de uns indivíduos sobre outros e os efeitos que estas produzem nas relações intersubjetivas.

Na perspectiva semiótica, Fiorin (2013) partilha do mesmo pensamento de Bobbio. O autor aborda que a política concerne ao poder e está presente em todas as relações sociais e não somente no âmbito do Estado. Nesse sentido, a política igualmente se constrói nas relações de poder que são exercidas nas instâncias da sociedade – nos grupos familiares, nos grupos escolares, nas instituições religiosas, nos grupos de oposição política e ideológica, etc.

O semioticista destaca que o discurso político se funda na modalização do poder, constrói-se como um discurso fundamentalmente regido pela busca do poder. “Mesmo quando o discurso político se dirige ao enunciatário para propor um dever fazer, ocorre a busca pelo poder, na medida em que pretende colocar o enunciatário como adjuvante do fazer do governante” (FIORIN, 1988, p. 143,144).

Neste aspecto, Fiorin (1988) trata do discurso político em termos mais comuns, ou melhor, na perspectiva do enunciador que assume o papel temático de governante ou de candidato ao cargo público. No entanto, essa compreensão do discurso político como discurso do poder nos oferece subsídios para traçar os percursos teóricos e metodológicos em busca da construção discursiva da política de resistência, uma vez que esta está imbricada nas relações de poder.

Outro estudioso da semiótica que também considera a política como relação de poder é Landowski (1992). Ele afirma que a política se constitui de todos “os atos sociais que transformam as relações intersubjetivas”, inferindo-se “a existência e o exercício do poder” nas relações interacionais entre sujeitos individuais ou coletivos (LANDOWSKI, 1992, p. 9).

Dessa forma, Landowski (1992) categoriza o discurso político de dois modos: do ponto de vista semântico e sintático. No primeiro, um discurso é considerado político quando este engloba um valor semântico de “politicidade”. Portanto, “é político o discurso que fala de política”. No segundo modo – o sintático –, tem-se a taxionomia de discurso político a partir dos efeitos de poder que produz nas relações comunicativas, “entendendo, com isso, a transformação das competências modais das partes integrantes da comunicação e, por conseguinte, a transformação das condições de realização de seus respectivos programas de ação”. (LANDOWSKI, 1992, p. 206). Assim, essa segunda definição, a de caráter mais específico e profundo, compreende o discurso político como relações de poder porque opera efeitos de poder sobre as ações dos actantes narrativos manifestadas nas instâncias da materialidade discursiva.

No âmbito da discursivização das relações de poder, não exatamente na visão semiótica, Foucault (2009) concebe-as sob a ótica do “jogo de relações entre indivíduos (ou entre grupos), sob a perspectiva de um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT, 2009, p. 240). Para o filósofo francês, o exercício do poder se dá no “modo de ação de alguns sobre outros, ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação” (FOUCAULT, 2009, p. 243).

Nesta perspectiva foucaultiana, as relações de poder compreendidas enquanto ações de uns sobre ações de outros mobilizam e coexistem com uma prática de resistência, a qual está ancorada em atos de combate, de luta, de enfrentamento, de operações renitentes que buscam confrontar os aparatos de coerção que objetivam controlar e reger a vida dos homens. (FOUCAULT, 2009).

Assim, Foucault afirma que os pontos de resistência surgem para confrontar um sistema de poder. Os dois operam jogos de reações antagônicas que reciprocamente se atraem e batalham como adversários, mas sempre com a possibilidade de inversão de papéis ou de posições, na medida em que, num dado

momento da história, uma relação de confronto pode se tornar uma estratégia de poder e um instrumento de poder pode estabelecer uma relação de adversidade. É um vínculo permanente e mútuo entre uma ação de poder e uma ação de luta (FOUCAULT, 2009; 1988).

Isso permite dizer que a política ou o discurso político entendido enquanto relações de poder, constituído fundamentalmente pela modalização do poder, manifesta duas operações contrárias – uma ação de poder *versus* uma ação de luta –, as quais, neste trabalho, correspondem respectivamente às ações do antissujeito/destinador e do sujeito. Esta pesquisa, portanto, protagonizará o discurso político vinculado às ações de resistência, de confronto e de contestação aos instrumentos do poder governamental que faz uso de técnicas repressivas e violentas para punir aqueles que violam suas normas.

Considerando tal definição de política e das práticas de resistência que surgem imbricadas nas relações de poder, destacaremos o percurso discursivo do sujeito que combate intensamente o autoritarismo do sistema de governo e aspira transformações na conjuntura política do Estado. Portanto, o discurso político que abordaremos não repousa sob uma ótica governamental, sob uma gestão do poder estatal, mas sob o viés da resistência apresentada como lutas legítimas e sociais que respondem aos efeitos coercitivos do poder.

Neste capítulo, elucidaremos a organização narrativa desse discurso de resistência, focalizando o percurso do sujeito narrativo que se encontra confinado na prisão, imobilizado pela repressão, pela censura e pelas coerções impostas. Paralelamente, enfatizaremos o percurso do antissujeito/destinador que na narrativa do texto também assume o papel actancial de destinador-julgador e sanciona as ações do sujeito.

Assim, no primeiro tópico do capítulo destacaremos a sintaxe narrativa nos dois modos conceptuais e complementares: as transformações operacionalizadas pelo sujeito do fazer que modificam a relação do sujeito de estado com o objeto-valor; e a ruptura dos contratos sociais entre destinador e destinatário, uma vez que, trata-se de textos que manifestam um jogo polêmico e conflitante de relações de poder. No segundo tópico, abordaremos o aspecto semântico da narratividade do texto a partir das modalizações e das configurações passionais que determinam a relação do

sujeito com os valores desejados. Ressalta-se que o resumo e o contexto histórico-político das crônicas já foram apresentados no capítulo anterior.

2.1. A sintaxe narrativa da política de resistência

Nos anos 1970, iniciaram-se na França os estudos da Semiótica Discursiva ou Clássica com o lituano Algirdas Julien Greimas. O estudioso, fortemente influenciado pelos postulados linguísticos estruturais de Saussure e Hjelmslev, desenvolveu um modelo teórico-metodológico que tinha por finalidade principal construir a produção de sentido do texto, procurando explicar a totalidade discursiva manifestada textualmente.

Nesse sentido, a Semiótica concebe o texto como um objeto de manifestação dos discursos nos diferentes sistemas da linguagem. Assim, o texto pode ser verbal (artigos de jornais e revistas etc.), não verbal (fotos, pinturas etc.) ou sincréticos (cinema, clips, memes etc.). A teoria semiótica, portanto, preocupa-se em estudar a significação do texto, abstraindo-se num primeiro momento do plano da expressão para centrar-se precisamente no plano do conteúdo.

Segundo Barros (2005) o texto pode ser entendido como objeto de significação que trata das estruturas internas, dos mecanismos linguísticos sintáticos e semânticos que o integram; e também como objeto de comunicação entre dois sujeitos, focalizando aspectos contextuais históricos e ideológicos que revelam traços de um percurso enunciativo. A Semiótica busca compreender como se dá a construção de sentido empreendendo um trabalho que examine tanto os elementos internos quanto os elementos externos do texto. É uma teoria que estuda a produção e a interpretação dos discursos de todos os sistemas de significação.

Para isso, Greimas (2014) criou um simulacro metodológico chamado de percurso gerativo do sentido que examina os elementos mais simples e abstratos, como também, os elementos mais complexos e concretos do plano do conteúdo. Esse percurso compreende três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Cada um apresenta um componente sintático e semântico e são compostos de características autônomas, mas estão articulados entre si na produção de significação do texto.

O nível fundamental define as categorias semânticas gerais por onde perpassa todo o discurso e será enriquecido semanticamente nos demais níveis. Tais categorias

são determinadas como eufóricas (positivas) e disfóricas (negativas), assim estabelecidas por axiologias manifestadas no texto. A sintaxe fundamental apresenta uma estrutura elementar que engloba oposições de contradição, de contrariedade, e de complementariedade, as quais se estruturam em um mesmo eixo semântico.

Neste trabalho de análise não abordaremos a estrutura fundamental. As categorias semióticas do percurso gerativo do sentido que serão destacadas estão inseridas no nível narrativo e discursivo. A partir delas enfatizaremos analiticamente como se constrói o discurso político de resistência manifestado nas crônicas no âmbito do plano do conteúdo.

2.1.1. Sujeito *versus* antissujeito: valores de universo e valores de absoluto

Segundo Barros (2005), a sintaxe narrativa é compreendida como um simulacro do fazer do homem que opera transformações no mundo em busca de valores investidos nos objetos. Assim, a narratividade do discurso trata da relação de transitividade entre dois actantes, o sujeito e o objeto. Essa relação ou funcionalidade se dá de duas formas distintas: pela junção e pela transformação. Elas determinam os enunciados elementares de estado e de fazer no texto. Essa é a primeira concepção de narrativa que opera sucessão de estados a partir de um processo de transformação.

Os enunciados de estado apresentam a relação de junção entre os actantes sintáticos que ocorre pelos procedimentos de conjunção e de disjunção. A conjunção é o estado de aproximação entre sujeito e objeto-valor e a disjunção caracteriza-se pelo distanciamento que se estabelece entre eles. Os enunciados de fazer concretizam a passagem de um estado para outro que pode ser de um estado inicial de disjunção para um estado final de conjunção e vice-versa. (BARROS, 2005). Tem-se, então, uma narrativa mínima que compreende relações estáticas operadas por transformações.

Greimas e Courtés (1989) afirmam que a narrativa mínima ou narrativa simples constitui um programa narrativo (PN), caracterizado pela presença de enunciados de fazer que regem enunciados de estado. É, portanto, um “sintagma elementar da sintaxe narrativa” que consiste no processo de mudança ocorrente entre dois estados

sucessivos e distintos. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 352). Os PNs podem ser representados pelos dois modelos abaixo:

$PN = F [S1 \rightarrow (S2 \cap Ov)]$
 $PN = F [S1 \rightarrow (S2 \cup Ov)]$
 Onde:
 F: função
 S1: sujeito de fazer
 S2: sujeito de estado
 Ov: Objeto-valor
 []: enunciado de fazer
 (): enunciado de estado
 $\rightarrow$: função fazer (transformação)
 $\cap$: conjunção
 $\cup$: disjunção. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 353)

Os programas narrativos são classificados de acordo com alguns critérios definidos a partir: a) da relação conjunta entre os actantes sintáticos, b) dos valores investidos nos objetos, c) da complexidade dos programas narrativos, e d) da relação actancial e actorial.

Quanto à natureza conjunta, os PNs são designados como programas narrativos de privação, quando a relação é de disjunção entre sujeito e objeto, e programas narrativos de aquisição, quando a relação é de conjunção entre eles.

Quanto aos valores investidos nos objetos, podem ser designados como PNs de valores modais (o dever, o querer, o poder e o saber), e de valores descritivos (como liberdade, riqueza, vida etc.). Quanto à hierarquia de complexidade dos programas, eles podem ser classificados como de base (principal) ou de uso (secundário). O PN de valor modal está ligado ao PN de uso e o de valor descritivo ao PN de base. Os programas modais dizem respeito ao uso, à forma pela qual o sujeito busca alcançar os valores descritivos (a base) que caracteriza a sua finalidade principal. (GREIMAS; COURTÉS, 1989). Posteriormente, esboçaremos as relações desses programas com os procedimentos narrativos de competência e de performance.

No que se refere à relação actantes e atores, os PNs são categorizados como transitivos e reflexivos. Greimas aborda a seguinte relação entre os actantes narrativos e os atores discursivos:

[...] a relação entre *ator* e *actante*, longe de ser uma simples relação de inclusão de uma ocorrência em uma classe, é dupla de modo que se um actante (A1) pode ser manifestado no discurso por vários atores (a1, a2, a3), o contrário também é possível, pois um único ator (a1) pode sincretizar vários actantes (A1, A2, A3). (GREIMAS, 2014, p. 61,62, grifos do autor).

O semioticista afirma que quando o sujeito do fazer e de estado são assumidos por atores diferentes, realiza-se um PN de caráter transitivo. Quando os actantes narrativos estão sincretizados num mesmo ator discursivo, temos um PN de caráter reflexivo. As combinações tipológicas dos critérios de natureza juntiva e das relações estabelecidas entre actantes e atores denominam as seguintes caracterizações de PNs, ilustradas no quadro abaixo.

Quadro 1

Natureza juntiva	Relação entre actantes/ atores	Denominação
Aquisição	transitiva	doação
Aquisição	reflexiva	apropriação
Privação	transitiva	espoliação
Privação	reflexiva	renúncia

Fonte: BARROS, 2005, p. 26

Na crônica *Companheiras*, depreendemos a estrutura mínima de narratividade, ou seja, um programa narrativo elementar por onde circula a narrativa principal do texto, na qual há estados e transformações que manifestam a ação do sujeito do fazer sob o sujeito de estado, alterando a relação deste com os valores almejados. Vejamos o trecho abaixo:

Trecho 1 – Crônica *Companheiras*

Durante o inverno a sala era tão úmida, tão fria que enregelava mãos e obrigava os pés a manter um constante sapateado; no verão a sala era quente que parecia querer matar-nos sufocadas a qualquer momento.

Os dias – no inverno como no verão – se arrastavam pesados, longos, sem monotonia, pois nossa constante preocupação era inventar formas para que eles não fossem parecidos. Enchíamos com coragem e alegria todas as horas: ginástica, estudo, conversas, cânticos, passeio. Tão pequeno o espaço que possuíamos para caminhar, e o ruído dos tamancos cortava-o, ferindo o lajedo; as saudades impressas nos olhos; as constantes evocações. [...] Éramos vinte e cinco mulheres presas políticas numa sala da Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, 1935, 1936, 1937, 1938. Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas?

Quando se falava em quitutes variados, quando alguém dizia como se preparava esse ou aquele prato, podia-se olhar os olhos: estavam todos famintos. Quando se contavam passeios e se falava de mar, praia, montanhas ou planícies, podia-se ver nos olhos famintos uma ânsia de voltar à vida da cidade, da terra, do mundo. (MORAES, 1989, p. 130,131).

No trecho¹, que marca os enunciados iniciais de *Companheiras*, o narrador relata como transcorriam os longos e tristes dias na cela da Casa de Detenção onde estavam presas vinte e cinco mulheres militantes políticas. Eram dias intermináveis, difíceis, que tornavam as recordações e as saudades mais latentes. Essas horas infundáveis de angústia e medo eram amenizadas com as rotinas diárias estabelecidas. O preenchimento do tempo com práticas de estudo, de exercícios físicos, momentos de distrações – “as conversas, os cânticos, os passeios” –.

Imerso nesse ambiente de hostilidades e sofrimento encontra-se o sujeito político (as mulheres encarceradas). Um sujeito em estado de privação com o objeto-valor, tais como: a liberdade e os princípios democráticos. São objetos investidos de valores almejados pelo sujeito, os quais estão fundamentados no livre arbítrio, na justiça social, e na organização política pautada na coletividade. No entanto, este sujeito é afetado pelo destinador⁶ (o sistema autoritário do Estado Novo), e assim a relação com tais valores torna-se disjuntiva. Dessa forma, temos uma narratividade mínima do texto, um programa narrativo de privação que pode ser demonstrado pelo seguinte modelo:

$$\text{PN1} = \text{F} [\text{S1} \rightarrow (\text{S2} \cup \text{Ov})] - \text{programa narrativo de disjunção}$$

Neste programa, o sujeito do fazer (S1) opera uma transformação ($\rightarrow$) efetuada por meio de ações repressivas e de censura que altera a relação do sujeito de estado (S2) com o objeto-valor (Ov), a qual passa a ser de disjunção ($\cup$). No entanto, não se trata de um estado final de privação. Esse sujeito busca constantemente alcançar ou resgatar os valores mesmo que imobilizado pelo Estado (destinador). Nessa luta, ele – o sujeito – se confronta, entra em embate com o destinador/antissujeito que, por sua vez, conserva valores totalmente antagônicos aos do sujeito e assim o impede de entrar em conjunção com aquilo que almeja.

Dessa forma, temos no PN1 um programa de privação transitiva por espoliação porque o sujeito do fazer (polícia repressiva que age por ordem do Estado) retira do

⁶ Usaremos o termo *destinador* para se referir ao Estado autoritário e o termo *antissujeito* para especificamente tratar do agente policial que pratica a violência a mando do Estado.

sujeito de estado (mulheres militantes) o direito de liberdade, bem como, afasta-o dos valores que lhe assegurará a instituição de uma organização política baseada nos fundamentos democráticos.

A sintaxe narrativa não se restringe à narrativa mínima. A Semiótica compreende que os textos manifestam narrativas complexas em que enunciados de estado e de fazer estão organizados hierarquicamente e, por conseguinte, diversos programas narrativos se estruturam na narratividade do discurso como numa sequência canônica.

No Dicionário de Semiótica, Greimas e Courtés (1989) definem que as narrativas mínimas constituem programas simples, os quais poderão se desdobrar em vários outros programas, a medida em que vai exigindo a realização de narrativas pressupostas ou prévias para a construção da significação do texto. Neste sentido, os autores denominam PNs de base para aqueles que abarcam uma estrutura narrativa geral e PNs de uso para aqueles que estão em relação de pressuposição com os primeiros, portanto, necessários para a concretização dos PNs principais.

Os PNs de base e de uso associam-se respectivamente aos programas de performance e os de competência. Os programas de performance demonstram o fazer, a ação do sujeito em busca de valores descritivos e são operacionalizados por actantes sincretizados. A performance refere-se tanto à “aquisição de valores investidos em objetos existentes e em circulação entre sujeitos”; quanto à “produção de objetos para serem lugares de investimentos dos valores almejados” (BARROS, 2005, p. 29). Os programas de competência, por sua vez, constituem a condição necessária para a realização da performance. Eles estão encadeados aos programas de base e representam a aquisição de valores modais que conduzirão o sujeito à operacionalização do fazer transformador. (BARROS, 2002).

No trecho 1 (*Companheiras*), observamos que o percurso narrativo do sujeito da resistência está centralizado na busca pela liberdade, pela integridade física/psicológica e pela instauração de um sistema político democrático. Esses valores descritivos constituem o seu objetivo principal, é o programa de base a ser concretizado. Para operar tal transformação e assim entrar em conjunção com valores almejados, o sujeito adquire competências modais do querer, do saber e do poder fazer através das formas de sobrevivência instituídas na prisão. As rotinas construídas, a ajuda mútua, a rede de solidariedade são os mecanismos (o uso) para

alcançar a performance pretendida. O querer do sujeito o atualiza enquanto instância sintática. Ele se torna um sujeito competente, sabe o que fazer para assim alcançar o que se deseja.

No entanto, essa performance é coibida pelo fazer repressor da ditadura e o sujeito estaciona na competencialização, buscando concretizar a transformação mesmo em estado de aprisionamento. Assim, há o encadeamento de dois PNs que se estruturam de forma hierarquizada e estão interligados entre si na construção do percurso do sujeito resistente. O programa de uso que se refere à competência adquirida pelo sujeito é a condição necessária para que este realize o fazer transformador mediatizado pela resistência. Abaixo a representação do PN de competência do sujeito:

PN2 = F [S1 $\rightarrow$ (S2 $\cap$ Ov)] – programa narrativo de aquisição de competências modais (querer, saber, poder-resistir)

O PN1 apresenta a performance operada pelo antissujeito que se realiza pelas ações de repressão, de tortura e de violência às presas políticas. O PN2 apresenta um programa de competência do sujeito, o qual é dotado de valores modais que lhe torna capacitado para agir contra as arbitrariedades do sistema de poder. A ação do antissujeito espolia o sujeito de estar em conjunção com os objetos que este criou e projetou como lugares significativos de investimentos de valores. É verdade que a liberdade é um objeto já existente, é direito fundamental do ser humano, circula entre os sujeitos, todos ou a grande maioria querem e desejam a liberdade. Já o Estado democrático é um objeto produzido pelo sujeito – as presas políticas –. Elas buscam e acreditam neste modelo político, por isso, lutam em prol da efetivação de leis que garantem os direitos de todos em igualdade.

A narratividade da crônica *Companheiras* destaca, inicialmente, o estado de disjunção do sujeito com os valores almejados (liberdade, princípios democráticos, justiça social). A sanção punitiva da prisão encerra esse primeiro programa de privação operado pela ação repressiva do antissujeito que segue o programa do antidestinator (Estado autoritário). Posteriormente, o texto manifesta novos desdobramentos narrativos e o sujeito – em processo de restabelecimento, de recomeços – encontra na resistência (construída no cárcere) a forma para sustentar

a sua luta política. Há, portanto, uma confrontação de programas (programa x contra-programa). Há um jogo polêmico de ações que respondem umas às outras e entram em relação mútua de encontros e combates.

Nesse sentido, em um primeiro momento da narrativa, as mulheres militantes eram sujeitos realizados com os valores de liberdade e de bem-estar, pois estavam em relação de conjunção com eles. Ao mesmo tempo, eram sujeitos virtualizados em relação aos valores de universo (de democracia), uma vez que sempre lutaram por uma sociedade mais justa e menos desigual. Quando são aprisionadas e cerceadas de exercer a sua militância, elas continuam na virtualização do querer, em favor de políticas governamentais democráticas, no entanto, se tornam sujeitos atualizados porque adquirem, pela resistência, o saber-fazer e o poder-fazer para assim alcançar os valores almejados.

Em relação à ordem dos valores, a Semiótica tensiva propõe estudos voltados para os elementos contínuos e sensíveis que passaram a ganhar espaço na teoria, constituindo-se ferramentas fundamentais para a construção do sentido. Fontanille e Zilberbeg (2001), estudiosos que se debruçaram sobre essa temática, compreendem que o modelo semiótico clássico não consegue dar conta de fenômenos predominantemente contínuos e que essa característica gradual constitui uma potencialidade de sentido.

Dessa maneira, a vertente tensiva surge com a proposta de “analisar as grandezas dinâmicas ou instáveis” que se apresentam nos discursos (FIORIN, 2017, p. 156). Os princípios dessa abordagem sustentam que a construção do significado se dá a partir de uma relação de forças, de uma “tensividade no eixo semântico que se articula em intensidade e extensidade, termos em que se analisa toda e qualquer grandeza linguística” (FIORIN, 2017, p. 157). A intensidade e a extensidade são dimensões ou valências tensivas que englobam respectivamente quatro subdimensões: o andamento e a tonicidade, a temporalidade e a espacialidade. O eixo da intensidade rege o da extensidade e corresponde aos aspectos sensíveis e afetivos que constituem o discurso. A extensidade atua no campo dos elementos inteligíveis, dos aspectos racionais que também dão significação à construção discursiva.

Na sintaxe da extensidade se situam as noções de mistura e triagem, ferramentas tensivas que estão imbricadas uma na outra. Zilberbeg (2011) afirma que

o discurso opera, qualquer que seja o gênero, com misturas e triagens e correspondem a dois tipos fundamentais de funcionamento de valores: os de absoluto e os de universo. Os valores de absoluto conservam um princípio de exclusão, são concentrados, intensos e tem um caráter impactante. Os valores de universo atuam no campo da participação, da coletividade, são mais difusos e abarcam um aspecto de tenuidade.

Assim, a mistura opera mediante valores de universo e a triagem por meio dos valores de absoluto. A mistura conserva um traço contínuo, favorece a diversidade. É a atividade do permitido. A triagem tem um caráter descontínuo, visa a seleção de elementos pelo procedimento de exclusão e tende a restringir a circulação de objetos que se torna diminuta ou quase nula. Está na dimensão do interdito. “Os valores regulados por esse regime colocam em comparação o puro e o impuro”. (FIORIN, 2017, p. 161).

No entanto, Zilberbeg ressalta que esses procedimentos semióticos não estão apenas em relação de polarização um com o outro. Há no decurso uma relação de reciprocidade, pois “a triagem e a mistura, disjuntas no sistema, tornam-se objetos mútuos no processo: o sujeito semiótico não pode evitar de triar misturas, visando um valor de absoluto, e de misturar triagens visando um valor de universo” (ZILBERBEG, 2011, p. 122)

Na estrutura narrativa da crônica *Companheiras*, sujeito e antissujeito constroem objetos com valor semântico distinto, estabelecendo-se uma relação conflituosa entre aquele que exerce o poder mediante instrumentos de repressão e de censura, e aquele que resiste às coerções impostas, fazendo dessa resistência uma ação de luta, e sobretudo, de sobrevivência. No entanto, há um elo entre eles, os dois buscam o valor modal concentrado no poder-fazer e no poder-ser. Um objetiva assegurar esse poder e a continuidade de uma governança baseada no autoritarismo. O outro tenta alcançar o poder por meio da resistência e do enfrentamento às normalizações instituídas.

Para o antissujeito busca-se a manutenção da ordem, da segurança nacional, a garantia de políticas centralizadoras que visam interesses minoritários, utilizando-se da violência e da tortura para fazer valer suas normas. Ele defende uma gestão eminentemente autoritária. A ação do antissujeito é concentrada, se efetua no campo do interdito e não há espaço para a inclusão da diversidade. A repressão do sistema

ditador é operada por meio do regime de triagens e conserva princípios fundamentados nos valores de absoluto. Já para o sujeito o que se busca e se valoriza é o direito de liberdade, de voz, de fala, é a garantia de políticas igualitárias para todas as instâncias da sociedade, é o respeito pelos valores universais, pela gestão participativa, portanto, operam mediante o regime de misturas. A resistência é difusa e está baseada num valor de universalidade.

Essa resistência é difusa dentro e fora da prisão. Ela não se limita ao espaço prisional. O regime político que as presas defendem não corresponde ao regime político em vigor. Há conflitos de horizontes ideológicos, ações que respondem umas às outras. As ações de resistência dessas mulheres afrontam o sistema de poder autoritário. É uma resistência difusa não somente no tempo histórico no qual situa-se a narrativa, mas também no tempo que perdura a luta política por transformações sociais e ainda no tempo transcorrido para que essa história tenha um alcance público. A resistência é difusa porque transpõe o tempo e rompe os lugares de silenciamentos.

No terceiro capítulo exploraremos a difusão da resistência a partir das estruturas discursivas de tempo e de espaço que são projetadas pela enunciação.

2.1.2. A ruptura de contratos sociais entre destinador e destinatário

A segunda concepção de narratividade consiste numa “sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos-valor” (BARROS, 2005, p. 85). Nesta relação polêmica-contratual, evidenciam-se os percursos do sujeito, do destinador-manipulador e do destinador-julgador.

Greimas e Courtés (1989) definem o destinador e o destinatário como instâncias actanciais que advêm do processo de comunicação e se manifestam na estrutura narratológica dos textos. O destinador é o actante transcendente, aquele que está em “relação hiperonímica com o destinatário”. Ele é o responsável pela instituição do sistema de valores que conduzirá o destinatário a crer e aderir ao programa de ação proposto. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 115)

Bertrand (2003) aborda que há um contrato preliminar, explícito ou pressuposto, entre destinador e destinatário. Neste acordo, o destinador mobiliza um conjunto de procedimentos de manipulação que levará o destinatário a crer ou não

crer nos valores estabelecidos. Esse mesmo destinador-manipulador pode assumir o papel actancial de sancionador da ação realizada pelo sujeito, julgando-o cognitivamente e pragmaticamente.

O manipulador tem a função principal de fazer com que o destinatário primeiramente creia nos valores determinados, interprete o objeto apresentado como verdadeiro e assim confie no projeto proposto pelo destinador. Firma-se entre ambos, portanto, o contrato fiduciário. Ao alcançar esta relação de confiança, o manipulador tem total domínio sobre o manipulado, atribuindo-lhe a competência modal (do querer-fazer, do dever-fazer, do saber-fazer e do poder-fazer) necessária para a realização da performance desejada.

A etapa da manipulação pode ser exercida mediante a tentação e a intimidação quando o fazer persuasivo ocorre através do poder; da sedução e da provocação quando se aplica o saber. A tentação e a intimidação são mecanismos de manipulação que realça o poder do destinador ao propor respectivamente recompensas e ameaças a fim de convencer o destinatário a concretizar o programa de ação. Neste sentido, a tentação tem um valor positivo e a intimidação um valor negativo. “Na provocação e na sedução, o destinador diz ao destinatário, de forma clara ou implícita, o que sabe de sua competência, colocando-o em posição de escolha forçada” (BARROS, 2002, p. 38). A provocação veicula uma imagem depreciativa do manipulado e a sedução uma imagem lisonjeira. Assim, a competência modal do querer-fazer é atribuída por meio da tentação e da sedução, e do dever-fazer pela provocação e intimidação.

Após as fases da manipulação, competência e performance, chega-se na etapa final da narratividade: a sanção. Ela apresenta o percurso do destinador-julgador que avaliará a conduta do destinatário-sujeito e a julgará como positiva ou negativa. A sanção assenta-se em duas dimensões: a cognitiva ou interpretativa, e a pragmática ou retribuição. Na primeira, o destinador-julgador faz uma leitura avaliativa das ações do sujeito para verificar se elas estão de acordo com os valores determinados na manipulação. Nesse ato de interpretação, o destinador faz juízo “dos estados resultantes do fazer do sujeito”, reconhecendo-os como verdadeiros (que parecem e são), falsos (que não parecem e não são), mentirosos (que parecem e não são) ou secretos (que não parecem e são) e “neles acredita ou deles duvida”. (BARROS, 2005, p. 35)

Essas modalidades veridictórias e epistêmicas sobredeterminam o ser do sujeito. Por meio delas, o destinador reconhece este sujeito como herói (julgamento positivo) ou o desmascara como vilão (julgamento negativo). A sanção pragmática se dá a partir dessa interpretação do destinador sobre o fazer e o ser do sujeito, aplicando-se recompensas e prêmios como forma de retribuição pelo cumprimento do contrato inicial estabelecido na manipulação ou impondo-se castigos como forma de punição pela não-obediência ao acordo pré-determinado. (GREIMAS; COURTÉS, 1989).

Em *Companheiras*, o discurso que predomina na narrativa é um discurso de sanção, porém a manipulação está presente de forma pressuposta, embora ela não se concretize efetivamente, pois o destinatário não aceita ser manipulado e rompe com o acordo social implicitamente estabelecido.

Retomando o Trecho 1, vê-se que as vinte e cinco mulheres militantes políticas é o destinatário-sujeito que não cede à manipulação do destinador (Estado Novo), operada pelo procedimento de intimidação. O destinador, ao consolidar-se no poder, institui uma série de normas repressivas de combate às manifestações políticas e sociais divergentes aos interesses governamentais. O destinador manipula o destinatário a dever cumprir as regras impostas, a cumprir o acordo social estipulado, caso contrário, sofrerá o castigo do encarceramento, da tortura e até da morte, conforme observamos nos seguintes enunciados: “Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas?”

No entanto, mesmo diante da ameaça o destinatário não se deixa intimidar. Ele não acredita no sistema de valores repassados pelo destinador, não confia no seu projeto político e, portanto, não adere ao programa de ação proposto. Destinador e destinatário não compartilham do mesmo universo de valores, não há similitudes de ideologias. Eles militam em campos opostos e, por isso a manipulação não tem o efeito esperado.

A relação entre eles é polêmica e conflituosa. O destinatário rompe com o destinador, age de forma contrária ao que fora estipulado no contrato e sofre a sanção da prisão. Assim, o destinatário-sujeito inicia uma outra luta. Ele passa a confrontar o autoritarismo do sistema de poder por meio das ações políticas de resistência e das estratégias de sobrevivência instituídas no cárcere. No ambiente carcerário, as

mulheres reafirmam a luta política contra a repressão e a censura e se fortalecem ancoradas nos laços afetivos construídos conjuntamente. O manipulador, fracassado no seu fazer persuasivo, assume o papel actancial de destinador-julgador, ele sanciona negativamente a ação do destinatário-sujeito que não condiz com aquilo que foi instituído contratualmente na etapa da manipulação.

O destinador interpreta a ação realizada pelo destinatário-sujeito como negativa. A resistência e a confrontação às leis instituídas pelo governo são processadas como ações transgressoras e o sujeito é reconhecido como um vilão, um inimigo do Estado. As causas políticas pelas quais as presas lutam não lhes permite o conformismo, por isso são sujeitos resistentes e batalham contra as coerções do poder governamental. A sanção pragmática se dá por meio do encarceramento e da tortura que constituem a punição do sujeito pela violação às normas e pela ruptura do acordo implicitamente estabelecido.

Na *Crônica 16*, a sanção do destinador-julgador também é evidenciada por meio de ações de tortura e de maus-tratos na prisão.

Trecho 2 – *Crônica 16*

Éramos muitos presos políticos em São Paulo, no ano de 1932. Eu vinha de um mundo inteiramente diferente daquele no qual então vivia. Jamais conhecera o frio e a fome e saber sofrê-los foi para mim um aprendizado muito doloroso. Fora presa numa manhã. Mais de vinte homens haviam cercado a casa em que vivia, sozinha, com dois mimeógrafos e duas máquinas de escrever. Diariamente os jornais noticiavam que havia sido aprisionado numa casa de trabalho um mimeógrafo. E os mesmos jornais comentavam, apesar disso: - “e só esta semana foram presos quatro” – os manifestos continuam a invadir a cidade. Quantos vezes pensei: esta casa tão isolada, jogada neste subúrbio, sem vizinhos próximos, não chamará a atenção? Não causará pelos menos espanto mesmo aos distantes vizinhos, morar aqui uma criatura magrinha e muito jovem que só sai à noite e quando sai é gorda, enormemente gorda? Essa gordura eram manifestos impressos durante o dia e que iam amarrados na cintura, nas axilas, encobertos por um grande capote azul marinho que nem era meu, mas de uma pessoa gordíssima. Pensava assim; cheguei um dia a debater isso na minha célula, mas não havia outra solução e tudo continuou até o dia da prisão. Jogaram-me numa pequeníssima sala, sem janelas, sem ar, um depósito de qualquer coisa, pois os xadrezes estavam superlotados. Sem cigarro e sem comida, interrogada a todo momento, atormentada pelos sustos e a sede, vi-me, inclusive, envolta em terrível escuridão. O único lugar por onde entrava uma réstea de luz e um pouco de ar era um buraco aberto na porta comprida por onde os ‘tiras’ espionavam-me. Pedia livros, pedia cigarros, pedia comida. Tudo me era negado. Um café simples pela manhã, um caldo de noite. Foi então que descobri a mais fácil maneira de vencer aquela situação agravada pela falta de uma cama, de uma cadeira, mal dando para andar. Ficava então, dia e noite, na porta, esperando os olhos que me espionavam e dando em cada um deles uma espetadela com o dedo indicador. Ouvia gritos, urros, palavrões mas ficava contente: acertara em cheio o inimigo. (MORAES, 1989, p. 279, 280, grifos do autor).

Neste texto, o sujeito de estado (também disjunto da liberdade e do bem-estar) vive a experiência da prisão de forma solitária e dolorosa porque sofre sozinho privações jamais experimentadas anteriormente. Ele se encontra em estado de constante tormento e aflição. A punição física realça o poder exercido pelo destinador que se utiliza de atos de violência para castigar severamente o sujeito descumpridor das normalizações instituídas. A sanção pragmática é demonstrada pela extrema restrição de espaço e pelo abalo do corpo que objetivam aniquilar o sujeito de forma imediata. Essa ação repressora provoca uma reação do sujeito quando este consegue atingir o repressor mesmo com as limitações corporais e as restrições espaciais da cela. Essa reação, embora seja prevista pelo repressor, transforma-se em um componente que constitui as táticas de resistência organizadas pela presa no cárcere. (“[...] Descobri a mais fácil maneira de vencer aquela situação. [...] Ficava então, dia e noite, [...] esperando os olhos que me espionavam e dando em cada um deles uma espetadela com o dedo indicador”).).

Nas duas crônicas, a sanção do destinador efetua-se pelos mesmos mecanismos de punição, seja de forma física ou psicológica. No trecho 3, a narrativa de *Companheiras* apresenta alguns casos particulares de castigos a que as presas foram submetidas durante anos de encarceramento:

Trecho 3 – *Crônica Companheiras*

Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas. Havia louras, negras, mulatas, morenas; de cabelos escuros e claros; de roupas caras e trajes modestos. Datilógrafas, médicas, domésticas, advogadas, mulheres intelectuais e operárias. Algumas ficavam sempre, outras passavam dias ou meses, partiam, algumas vezes voltavam, outras nunca mais vinham.

Havia as tristes, silenciosas, metidas dentro de si próprias; as vibráteis, sempre prontas ao riso, aproveitando todos os momentos para não se deixarem abater. Os filhos de Rosa eram nossos filhos. Sabíamos as graças e as manhas com que embalavam aquela mulher forte, arrogante, atrevida sempre, mas tão doce, tão enlevada pelos “meninos”. Quando Rosa falava nos “meninos” ficávamos todas em silêncio. Onde andariam eles? A polícia arrancara-os daquela mãe, negava-se a informar onde se encontravam, não admitia que Rosa soubesse notícias da família: o marido foragido, a irmã distante. E os “meninos”? No silêncio das noites, Rosa fazia com que assistíssemos aos nascimentos, aos primeiros passos, à primeira gracinha, ao primeiro sorriso, e depois o crescer rápido, a escola, os livros, idade avançando. Onde andariam eles?

[...] Problemas de uma, problemas de todas. O noivo de Beatriz era nosso noivo. Queríamos saber suas notícias, coisa que nem a própria noiva conhecia. Problemas comuns, destinos comuns. Os filhos de Antônia estavam em Natal, mas onde andaria o marido de Nininha, preso no Rio Grande do Norte?

Pobres mulheres jogadas numa prisão infecta, sem o menor conforto. Maria pensava no seu chuveiro elétrico, Valentina ensinava literatura inglesa (como estudava e lia Valentina) e queríamos à viva força que Nise desse lições de Psicologia. (MORAES, 1989, p. 131, 132, 133, grifos do autor).

Na cela prisional, havia distintas mulheres das mais diversas profissões, raças e classes sociais, mas todas unidas pelo mesmo escopo político, por uma ideologia fundamentada na participação coletiva, nos valores universais e no direito da liberdade de expressão. Essas mulheres não foram presas porque cometeram crimes comuns como furtos ou assassinatos. Elas foram detidas, maltratadas e humilhadas porque representavam uma “ameaça à ordem social”, porque representavam uma afronta aos “ditames morais”, e principalmente porque romperam com os padrões sociais que historicamente foram impostos a elas.

No trecho 3 (*Companheiras*), há narrativas que particularizam histórias de vida e evidenciam as sanções que as detentas sofreram por não corresponderem às expectativas do destinador. Cada uma com uma dor particular, com angústias vividas por estarem longe dos seus, por não saberem os destinos de seus familiares e amigos de militância, por não terem o direito de visitas, e por não poderem intervir diretamente nos rumos políticos que encaminhava o país para a plena ditadura.

Em destaque, há a narrativa do sujeito político que sofre a privação não somente da liberdade e dos outros valores almejados, mas é também um sujeito em disjunção dos valores maternais. Este sujeito é espoliado de desfrutar da relação amorosa que envolve o processo de maternidade, da felicidade e do conforto que são proporcionados pelos laços afetivos da família.

O destinatário é punido por seus atos considerados subversivos. O castigo sancionado pelo destinador-julgador se dá de dois modos: pelo estado de aprisionamento, de solidão, e pelo estado de distanciamento do seio familiar. No entanto, mesmo diante da falta de tais valores, o sujeito não se deixa abater. Ele reúne forças na coletividade, na rede de solidariedade, e na partilha de conhecimentos que o conserva firme no discurso político de resistência ao autoritarismo. (“Problemas de uma, problemas de todas [...] Problemas comuns, destinos comuns [...] Os filhos de Rosa eram nossos filhos [...] Quando Rosa falava nos ‘meninos’ ficávamos todas em silêncio”).

Na *Crônica 16*, o sujeito resistente encontra solidariedade e acolhimento em um ator adjuvante, inserido na narrativa como salvador da jovem presa que veementemente recusava a manipulação do destinador executada por meio da tortura diária.

Trecho 4 – *Crônica 16*

Uma madrugada ouvi bem quando a porta se abriu e na sala entrou um velhinho. Chamou baixo meu nome e mais baixo ainda me declarou: - Não sou tira, não. Como todos os moços e os homens válidos estão sendo convocados para a revolução e indo lutar, eu fui mandado servir aqui, apesar de ser reformado da Polícia Militar, aposentado há muito tempo. Vamos fazer um negócio. Sei que eles não querem lhe dar comida. Entro no serviço à meia noite e quando puder venho lhe trazer um bom sanduíche. Desde então, **pão** com carne, **pão** com ovo, **pão** com presunto era trazido por aquele homem que afinal estava salvando minha vida. Um cigarro e uma alimentação boa cada madrugada. Desse presídio saí eu, de padiola, tão fraca que não podia andar, quase morta pela fome. [...] (MORAES, 1989, p. 280, 281, grifos nossos).

Nesses enunciados, a ação de resistência é fortalecida por meio do fazer do actante adjuvante que ao auxiliar positivamente o sujeito na realização do seu programa narrativo, permite que este persista e se mantenha seguro na busca pelos valores almejados. O poder-fazer do adjuvante sustenta o poder de resistência do sujeito, na medida em que, contribui para a aquisição de competências necessárias à concretização da performance pretendida. Dessa maneira, em termos tensivos, o sujeito passa de um estado de total decadência, de quase extinção, para gradações de estados de restabelecimento de forças desacelerando a intensidade – provocada pela tortura e pelos maus-tratos – projetada na extensão do tempo e do espaço fechados da prisão.

Nesta crônica, a ação de poder executada pelo antissujeito (policiais, “tiras”) tem um andamento acelerado devido a concentração de contínuas privações que pretendem o aniquilamento do sujeito. A ação solidária do sujeito adjuvante (policia reformado) atenua o impacto causado pelos mecanismos de coerção e ajuda no processo de restabelecimento do sujeito. (“Entro no serviço à meia noite e quando puder venho lhe trazer um bom sanduíche [...] Desde então, pão com carne, pão com ovo, pão com presunto era trazido por aquele homem que afinal estava salvando minha vida”.)

No trecho 5 (crônica *Companheiras*), as ações de resistência do sujeito estão ancoradas nos laços afetivos construídos entre as presas, que respondem aos instrumentos coercitivos do poder autoritário e repressor do destinador.

Trecho 5 – Crônica *Companheiras*

Um dia – jamais esquecerei esse dia – fazia muito calor e havia sol. Pareciam maiores as paredes da sala onde escrevêramos desabaços. A vida lá fora devia estar bela; era verão e com certeza ruas e avenidas ensolaradas viam mulheres de vestidos claros e leves. Na sala, aquela tarde, havia tanto calor que descansávamos nas camas, abanando-nos com pedaços de papel. Como não tínhamos espaço para andar todas ao mesmo tempo, quando umas o faziam, outras eram obrigadas a ficar sentadas ou deitadas nas camas. Jogávamos paciência, algumas, e o calor era tanto que nem tentávamos falar. Qualquer gesto, qualquer palavra ou movimento iria aumentar o suor que escorria de nossos corpos cansados. Não podíamos perder a menor de nossas energias: devíamos sobreviver.

Foi nessa tarde que tenho gravada na memória que ela entrou na Sala das Mulheres. Nunca esquecerei seu ar de espanto nem aqueles sapatos que haviam sido brancos. Estavam manchados de terra ou de sangue? Nunca esquecerei o vestido sujo, as mãos trêmulas, os cabelos brancos revoltos.

Ouvimos os passos do guarda subindo a escada; as chaves na porta de grades; depois ela entrou. Estatura mediana, vestido estampado, olhos curiosos. Entrou em silêncio. Em silêncio o guarda a deixou ali.

Olhou em torno. Procurou examinar uma a uma as mulheres, envolvendo-as todas num olhar imenso. Sentou-se na ponta de uma cama próxima, curvou-se, meteu os dedos por entre os cabelos.

- Quem será?

- Que mulheres serão estas? – estaria se perguntando.

Aproximamo-nos. Tínhamos sempre o cuidado de fazer o reconhecimento e o nosso próprio interrogatório: de onde vem, que fez, por que foi presa, seu nome, etc. Muitos etc.

Perguntamos quem era ela. Nenhuma resposta. Ninguém a conhecia; não nos conhecia. Insistimos. Levantou os olhos, encarou-nos de frente, parecia um animal pronto a se defender. Nossas perguntas foram feitas em várias línguas. E ela continuava firme, sem a menor perturbação fisionômica.

- Não sabemos quem é você. Mas nós somos antifascistas, nós somos presas políticas. Cada uma de nós tem sua história; esta veio presa do Norte, aquela está aqui como refém porque o marido sumiu. Somos todas brasileiras.

Uma de nós adiantou-se e lhe disse:

- Eu sou comunista.

Foi a esse grito que aquela mulher despertou. Agarrou-se à companheira, beijou-lhe o rosto e pôs-se a exclamar com grandes lágrimas descendo pelo rosto alquebrado:

- Camarada, minha camarada! (MORAES, 1989, p. 133,134,135)

Nesse trecho, evidenciam-se punições que macula o corpo da mulher, ressaltando o julgamento severo e cruel do destinador. Observa-se que tanto na *Crônica 16* quanto em *Companheiras*, as ações repressivas do antissujeito estão marcadas nas práticas de tortura e no ambiente sufocante do espaço prisional que limitavam movimentos e locomoções. A ação sancionadora do destinador-julgador

com a punição do encarceramento é combatida pelo sujeito com estratégias de sobrevivência.

No texto *Companheiras*, as presas políticas procuravam atenuar o sentimento de clausura e de confinamento por meio da prática da escrita, da organização da rotina e da distração lúdica que lhes possibilitavam manter o equilíbrio físico e mental, e assim sobreviver naquele lugar hostil. São táticas que ressaltam o poder de resistência que elas adquiriram conjuntamente e as tornam competentes para combater as coerções do sistema de poder mesmo em situação prisional. (“[...] o calor era tanto que nem tentávamos falar [...] qualquer palavra ou movimento iria aumentar o suor que escorria de nossos corpos cansados. Não podíamos perder a menor de nossas energias: devíamos sobreviver”).

Em seguida, a narrativa anuncia a chegada de uma nova companheira. Sua entrada na cela causou agitação, mobilizou interrogatórios e uma incessante tentativa de comunicação na intenção de identificá-la, de confirmar seu vínculo ao grupo. O reconhecimento e a interação se fizeram loquaz quando uma delas revelou a sua identidade ideológica. Essa revelação despertou naquela mulher – tão perturbada e maltratada pela violência policial –, o sentimento de alívio e de conforto que ela tanto precisava para sobreviver ao terror que ora enfrentava. Isso demonstra um movimento de valores de universo, pois na diversidade é possível criar unicidade.

A sanção do destinador que pesa sobre esse sujeito viola a sua integridade física e mental. Ele vive em estado de perturbação e de tensão em decorrência da implacável perseguição policial e da constante tortura que busca aniquilá-lo gradativamente. Ao mesmo tempo, é um sujeito firme e pronto para combater o seu opressor. (“Nunca esquecerei seu ar de espanto nem aqueles sapatos que haviam sido brancos. Estavam manchados de terra ou de sangue? [...] Levantou os olhos, encarou-nos de frente, parecia um animal pronto a se defender”).

É importante destacar que, nas duas crônicas, a tortura não se configura somente como uma sanção, como uma punição pelo ato transgressor, mas também é uma estratégia de manipulação do destinador. Em um nível particular, o manipulador busca fazer com que o sujeito ceda e faça a delação de informações e de confissões, usando da violência física e psicológica para alcançar tal feito. Em um nível social, a manipulação mediante a tortura é exemplar porque mostra para a sociedade o castigo que sofrerá aqueles que resolverem descumprir e infringir as regras impostas.

Trecho 6 – Crônica *Companheiras*

O olhar com que agora envolvia as vinte e cinco mulheres era diferente; queria entender as palavras nas paredes, perguntava, sorria, abraçava todas, chorava e ria. E contou. Contou com voz firme o quanto sofrera. A Polícia Especial a maltratara monstruosamente. Mostrou-nos os seios onde trazia impressas marcas de dedos. Colocavam-na no alto da escada, amarrada e nua para forçá-la a declarar ou delatar, enquanto dois homens enormes lhe puxavam os seios.

Falou-nos do sofrimento, da fome e da sede que lhe haviam imposto. Falou-nos de seu companheiro e das barbaridades que ambos padeceram. Falou sempre com voz clara, precisa, serena, em tudo que passara nas prisões desta cidade. Seu corpo guardava ainda as vergastadas do chicote policial. Jogavam-na de prisão em prisão. Ora era metida em celas de prostitutas, ora no meio de ladras ou ébrias. Durante mais de dois meses sofreu humilhações físicas e morais.

Uma de nós falou:

- Ela precisa comer, tomar banho, mudar o vestido.

Houve um corre-corre geral. Todas queriam dar-lhe roupas, todas queriam dar-lhe um pedaço de pão, de doce, uma fruta. Comia sorrindo. Sua fome tinha dois meses, seu sofrimento mais algum tempo. [...] Todas as noites, à meia-noite, levantava-se e andava, andava de um lado para outro, sem uma palavra. De meia-noite às duas da manhã ela devia apanhar; ficou uma psicose. (MORAES, 1989, p. 135, 136)

Trecho 7 – Crônica *Companheiras*

Minutos depois voltou o guarda. Explicou que fora engano. A prisão para ela seria outra. E sorrindo:

- Muito pior.

Quando partiu, deixava vinte e cinco amigas. Não lhe dissemos adeus, não tivemos um momento de fraqueza. Mas quando as grades se fecharam atrás dela, cinquenta olhos choravam.

A tarde tão quente de verão foi mais longa e dolorosa naquele dia. Ninguém falava. Voltamos ao jogo de paciência, ao silêncio, à angústia de saber que a vida lá fora devia andar linda. (MORAES, 1989, p. 137).

Nesses enunciados (*Crônica Companheiras*), a narrativa explicita o julgamento severo do destinador por meio de cruéis métodos de tortura. Além da privação da liberdade e do bem-estar, o sujeito é espoliado de sua própria vida porque sente ela se esvaindo paulatinamente. A punição, portanto, é gradual, não parece ter fim, e resta ao sujeito resistir ancorando-se na coletividade, nas afetividades e na força do grupo, para assim não sucumbir diante de tais coerções. Os gestos afetivos de cumplicidade, solidariedade e ajuda mútua fortalecem o sujeito, lhe oferecem conforto e aconchego. Ele passa de estados intensos de tensão para oscilações de relaxamento a partir do acolhimento recebido pelo grupo. Vê-se, também, que o julgamento negativo das ações do sujeito ratifica o compromisso assumido pelo destinador no contrato estabelecido na manipulação. Ele cumpre com a sanção o que ameaçara através da intimidação. O destinatário sofre a punição por não aceitar entrar no jogo da manipulação e por confrontar o poder e a soberania do destinador sobre ele.

Já na *Crônica 16* (trecho 2), observamos que a perda da vida vai ocorrendo de forma mais intensa e abrupta, pois o sujeito é surpreendido por contínuas situações angustiantes (a fome, o frio, o espaço minúsculo, os interrogatórios, a falta de ar) que o mantêm num grau de tensão e objetivam imobilizá-lo num andamento acelerado. Ao racionalizar esse estado tão agravante, o sujeito consegue criar estratégia de sobrevivência, a qual é fortalecida pela ação solidária e afetiva do adjuvante que permite escapar das armadilhas do destinador. Essa ajuda inesperada se dá de forma concessiva, porque há um rompimento daquilo que estava previsto. O policial, responsável pela vigilância e pela punição, é aquele que colabora para o processo de restabelecimento do sujeito.

Vale destacar que a resistência e a sobrevivência aqui elucidadas comportam semelhanças e diferenças que serão observadas e discutidas no capítulo posterior quando trataremos do espaço e do tempo a partir da sintaxe discursiva.

2.2. As modalizações, os estados passionais e as afetividades do sujeito

As modalizações e as configurações passionais são categorias semióticas que estão no âmbito da semântica narrativa. Greimas e Courtés definem a semântica narrativa como:

[...] a instância de atualização dos valores. De fato, se o nível fundamental, em que se inscreve a sintaxe e a semântica fundamentais, está destinado a articular e a dar forma categórica ao microuniverso suscetível de produzir as significações discursivas, esse universo continua sendo o dos valores virtuais, enquanto não for assumido por um sujeito. A passagem da semântica fundamental para a semântica narrativa consiste, pois, essencialmente, na seleção dos valores disponíveis – e dispostos no (ou nos) quadrado (s) semiótico (s) – e em sua atualização pela junção com os sujeitos da sintaxe narrativa de superfície. Enquanto o nível fundamental se apresenta como um dispositivo axiológico suscetível de servir de base à geração de um leque tipológico de discursos possíveis, o nível narrativo da semântica é o lugar das restrições impostas à combinatória, em que se decide em parte o tipo de discurso a ser produzido. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 400)

Nesta etapa do percurso gerativo do sentido, os valores virtualmente axiologizados na estrutura fundamental, são atualizados e assumidos pelo sujeito que com eles relaciona-se por meio dos objetos nos quais são inscritos. As relações de junção (conjunção/disjunção) do sujeito com os valores podem sofrer modificações operadas por determinações modais no interior de enunciados de estado e caracterizam a modalização do ser. É a alteração da existência modal do sujeito. Da

mesma forma, a relação do sujeito com o seu fazer sofre qualificações modais, as quais são responsáveis pela competência modal e condicionam a ação do sujeito, caracterizando a modalização do fazer.

Para a Semiótica, a modalização do fazer (enunciados de fazer) e do ser (enunciados de estado) se constroem a partir de quatro modalidades: o querer, o dever, o saber e o poder. Elas são interdefinidas e classificadas mediante critérios distintos que considerem tanto a dimensão sintagmática quanto a paradigmática, “definindo-se cada modalidade, por um lado como uma estrutura modal hipotática, e por outro como uma categoria capaz de ser representada no quadrado semiótico” (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 283). Assim, as modalidades podem agrupar-se da seguinte forma:

Quadro 2

Modalidades	virtualizantes	atualizantes	realizantes
exotáticas	dever	poder	fazer
endotáticas	querer	saber	ser

Fonte: GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 283

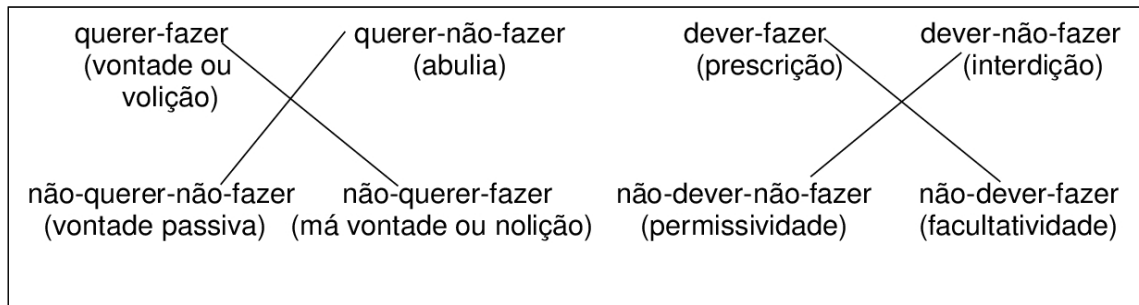
Segundo Greimas (2014) as modalidades exotáticas são aquelas que “exigem a presença de duas instâncias modalizantes distintas”, portanto, assumidas por sujeitos distintos, características dos programas de competência. As endotáticas comportam sujeitos sincretizados em que modalizador e modalizante são assumidos por atores idênticos e marcam os programas de performance. (GREIMAS, 2014, p. 83)

A modalização do fazer compreende duas dimensões: o fazer-fazer correspondente ao fazer do destinador que transfere valores modais ao destinatário-sujeito, e o ser-fazer que diz respeito à organização modal da competência do sujeito. (GREIMAS, 2014)

A competência modal do sujeito organiza-se pelas modalidades virtualizantes e pelas modalidades atualizantes. As virtualizantes são aquelas que concernem ao programa de manipulação, quando o destinatário é levado a querer-fazer ou dever-fazer, e, portanto, instaura-se enquanto sujeito da ação. As atualizantes se enquadram

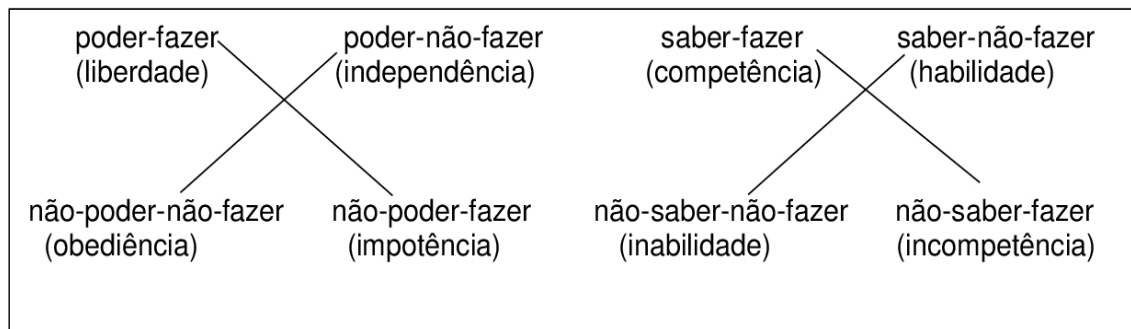
no programa de competência, pois o sujeito, já instaurado como estrutura sintática, é dotado de um saber-fazer e de um poder-fazer que lhe permitirá operar a performance desejada. As modalidades virtualizantes e atualizantes ao serem projetadas no quadrado semiótico, apresentam-se como:

Quadro 3



Fonte: BARROS, 2002, p. 53

Quadro 4



Fonte: BARROS, 2002, p. 53

Greimas (2014) postula que essa combinação de modalidades virtualizantes e atualizantes não é suficiente para explicar o que se passa no nível da manifestação e sobretudo, “nos discursos que descrevem a aquisição da competência que desencadeia performances: o sujeito pode por exemplo, ser dotado do poder-fazer e nem por isso possuir o querer-fazer que deveria precedê-lo”. (GREIMAS, 2014, p. 93). Por esse motivo, o semioticista defende que há confrontações modais, ou seja, um jogo de compatibilidades e de incompatibilidades de modalidades que se estruturam na organização da competência do sujeito.

Em *Companheiras*, as mulheres presas não querem (modalidade endotática) aceitar e cumprir as regras arbitrárias do governo ditatorial, no entanto são conduzidas pela intimidação a dever-fazer (modalidade exotática). A manipulação por meio da ameaça não surte o efeito esperado e o sujeito não realiza a ação transmitida pelo manipulador. O não-querer-fazer sobrepõe o dever-fazer. São modalidades virtualizantes incompatíveis, pois há conflitos modais que inviabilizam a concretização da performance imposta pelo destinador. Segundo Greimas (2014) a incompatibilidade gerada pelo par (dever-fazer e não-querer-fazer) caracteriza a *resistência passiva*, na qual há recusa do sujeito em cumprir o contrato estabelecido.

Ao mesmo tempo, esse sujeito resistente é modalizado pelo querer-fazer e pelo saber-fazer a confrontar e combater os instrumentos repressivos da ditadura, que ocorre por meio das formas de sobrevivência instituídas pelas presas: (Trecho1: “Os dias [...] se arrastavam pesados, longos, sem monotonia, pois nossa constante preocupação era inventar formas para que eles não fossem parecidos”). O querer instaura um sujeito virtualizado que se torna atualizado ao adquirir a competência modal do saber. As modalidades do querer e do saber-fazer harmonizam-se e o programa de ação é executado.

Há, nas duas crônicas, enunciados que ratificam a modalidade do saber-fazer e marcam a modalidade do poder-fazer do sujeito político da resistência:

Crônica *Companheiras*: [E1]: “Os filhos de Rosa eram nossos filhos”, [E2]: “Problemas de uma, problemas de todas”, [E3]: “O noivo de Beatriz era nosso noivo, queríamos saber suas notícias”, [E4]: “Problemas comuns, destinos comuns”.

Crônica 16: [E5]: “Jamais conhecera o frio e a fome e saber sofrê-los foi para mim um aprendizado muito doloroso”, [E6]: “Ficava então, dia e noite, na porta, esperando os olhos que me espionavam e dando em cada um deles uma espetadela com o dedo indicador, ouvia gritos, urros, palavrões mas ficava contente: acertara em cheio o inimigo”.

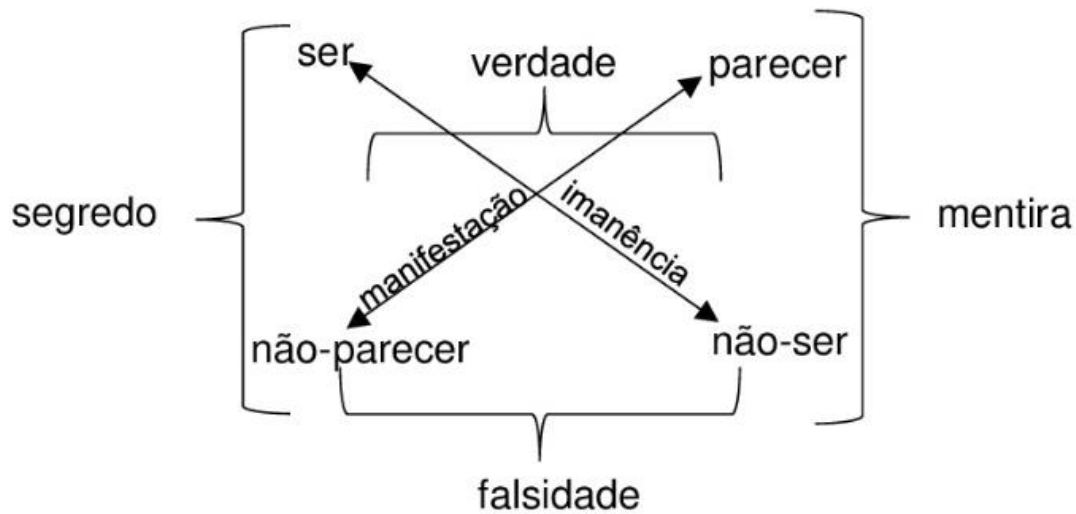
Crônica *Companheiras*: [E7]: “Como não tínhamos espaço para andar todas ao mesmo tempo, quando umas o faziam, outras eram obrigadas a ficar sentadas ou deitadas nas camas”, [E8]: “Qualquer gesto, qualquer palavra ou movimento iria aumentar o suor que escorria de nossos corpos cansados”, [E9]: “Não podíamos perder a menor de nossas energias: devíamos sobreviver”.

Os seis primeiros enunciados acima citados mostram formas de resistência individual e coletiva que são realizadas no ambiente carcerário. Na *Crônica 16*, o sujeito é dotado de um saber-fazer e de um poder-fazer ao resistir a fome, o frio, a escuridão jamais experienciados, e ao atingir o repressor mesmo diante das extremas limitações corporais e espaciais. Desenvolve, portanto, uma tática de resistência particular que está ligada à sua sobrevivência. Em *Companheiras*, as presas assumem as preocupações e as angústias uma das outras, não permitem que nenhuma venha a fraquejar, elas resistem coletivamente. Assim, já modalizadas pelo saber, também adquirem o poder-fazer pela resistência, mesmo diante da punição do sancionador. Ancoradas nos laços afetivos, elas não se sentem impotentes, não se sentem derrotadas. O *poder resistir* é o objeto modal que as torna sujeito competente para enfrentar o fazer repressivo do destinador.

Nos enunciados 7, 8 e 9 (*Companheiras*), o poder-fazer da resistência está caracterizado nas estratégias de sobrevivência instituídas a partir da organização espacial da cela e das rotinas diárias estabelecidas que permitem às presas o mínimo de locomoção, e as mantêm firme física e psicologicamente. As modalizações do fazer que apresentam a competência modal do sujeito nos revelam que esse fazer é responsivo ao fazer do destinador, o que homologa o discurso político centrado nas relações de poder. Um jogo de ação sobre ações. O poder coercitivo exercido sobre o sujeito mobiliza uma ação de resistência que não é eventual, mas constitui-se como modos de ser deste sujeito.

A modalização do ser engloba dois aspectos modais: o fazer-ser e o ser-ser. O fazer-ser é aquele que caracteriza a performance do sujeito pela determinação das modalidades do querer, do saber, do dever e do poder referentes à relação do sujeito com os valores investidos nos objetos. O ser-ser diz respeito às modalidades veridictórias que abrangem as categorias do ser vs. parecer e estão relacionadas à sanção interpretativa do destinador-julgador. (BARROS, 2002; 2005). As modalidades veridictórias partem “do parecer ou do não-parecer da manifestação e constrói-se ou infere-se o ser e o não-ser da imanência” (BARROS, 2005, p. 47). São representadas, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Modalidades veridictórias



Fonte: GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 488

Greimas e Courtés (1989) afirmam que o “jogo da verdade” atua sobre essas duas dimensões da existência: a manifestação (a aparência, o parecer) e a imanência (a essência, o ser). “Estabelecer, a partir da manifestação, a existência da imanência, é decidir sobre o ser do ser” (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 488).

As categorias veridictórias estão ligadas às relações de junção do sujeito. É a modalização de um enunciado de estado por um outro enunciado de estado que lhe condiciona validade. Essa *veridicção* (dizer verdadeiro) é desempenhada, geralmente, pelo destinador que julga a ação do sujeito e interpreta seu estado de junção com o objeto como verdadeiro, mentiroso, falso ou secreto.

O fazer interpretativo do destinador-julgador na etapa da sanção está ligado ao fazer persuasivo do manipulador e o fazer interpretativo do destinatário na fase da manipulação. O manipulador, ao persuadir:

[...] procura *fazer-crer* por meio do *fazer-parecer-verdadeiro*. Não se trata de produzir, de criar verdades, mas sim *efeitos de verdade*. O sujeito do fazer persuasivo quer levar o destinatário a crer que o estado que apresenta parece e é verdadeiro (ou falso, etc.). Realiza, portanto, uma performance cognitiva. (BARROS, 2002, p. 56, grifos do autor).

Ao modalizar *veridictoriamente* o estado do sujeito, o destinador-julgador faz um julgamento epistêmico pelo crer, que é uma modalidade sobredeterminante, e passa por categorias modais da certeza (crer-ser), da impossibilidade (crer-não-ser), da probabilidade (não-crer-não-ser), e da incerteza (não-crer-ser).

Na crônica *Companheiras*, o destinador-manipulador busca levar o destinatário a crer que o seu discurso parece e é verdadeiro, de que verdadeiramente cumprirá com a punição do cárcere, da violência, da tortura imposta pela intimidação, e espera que o sujeito aceite o contrato estabelecido. Isso está pressuposto na construção narrativa do texto. No entanto, apesar do destinatário interpretar essa ameaça de fato verdadeira, não adere à manipulação porque ele constrói uma outra verdade, um outro efeito de verdade – a verdade assentada no discurso da resistência – correspondente aos valores ideológicos que conduz a sua existência. Isso pode ser observado em diversos enunciados do texto: Trecho 3: (“Havia [...] as vibráteis, sempre prontas ao riso, aproveitando todos os momentos para não se deixarem abater”).

Esses enunciados manifestam uma outra realidade que difere do estado repressivo vivenciado na prisão. Essa outra realidade construída pelo sujeito sustenta-se na verdade da resistência, no lugar onde é possível manter a luta, onde é possível manter-se fiel e firme no propósito político. É nessa dimensão de realidade que o sujeito edifica o seu discurso e nela reconstrói o seu fazer transformador para atingir o que se deseja.

Essas análises das modalidades veridictórias nos mostram como os dois discursos – o da repressão, e o da resistência – perpassam por toda a construção narrativa do texto num entrelaçar de programas de ação que revelam os percursos opostos do sujeito e do destinador, assentados em “verdades” construídas a partir de sistema de valores antagônicos.

A modalização do ser também é determinada pelas modalidades do querer, do saber, do dever e do poder referentes à relação do sujeito com os valores. É a modalização que altera a existência modal do sujeito e gera estados passionais. Os estudos das paixões em Semiótica partiram das abordagens da modalização do ser e configuram-se como *efeitos de sentido* de qualificações modais que afetam o sujeito de estado, portanto, estão relacionadas ao sensível, às afetividades, aos estados de alma do sujeito. Os percursos passionais compreendem “estados de tensão e de disforia para estados de relaxamento e de euforia e vice-versa”. (BARROS, 2005, p. 48)

Neste trabalho de análise não nos deteremos nas abordagens mais profundas das paixões. Realçaremos alguns estados passionais que estão inseridos no percurso do sujeito e complementam a produção de sentido do discurso político de resistência.

Nos enunciados citados, observamos que o sujeito é modalizado pelo querer-ser resistente aos instrumentos de coerção do destinador, como foi possível apreender nos enunciados em que destacamos as modalidades veridictórias. O querer-ser se torna desejável e mobilizado por esse desejo, o sujeito também desenvolve o saber-ser e o poder-ser resistente que se dá pelas estratégias de sobrevivência instituídas na prisão. Essas modalizações do querer, do saber e do poder-ser alteram, portanto, a sua existência modal de sujeito derrotado, impotente para sujeito fortalecido, competente e capacitado para combater o poder autoritário do destinador.

O sujeito oscila entre estados de tensão (causada pela dor diária da tortura, da saudade, do enclausuramento), e gradações de estados de relaxamento em decorrência da esperança que se mantém em alcançar as transformações sociais almejadas. Os efeitos passionais que impulsionam o sujeito centram-se, portanto, no desejo e na esperança de reaver a liberdade que lhe foi retirada, acreditando que é possível sustentar a luta política mesmo diante dos mecanismos de punição que tentam imobilizar as suas forças. São paixões consideradas positivas e benevolentes que mantêm o sujeito num estado de espera fiduciária pela realização do desejável.

No entanto, o texto também manifesta estados passionais de revolta. Esses estados são marcados pela negação em cumprir o contrato estipulado pelo destinador. A negação inicial, de posicionar-se contra as normas arbitrariamente instituídas configura-se como o ponto inicial da resistência.

No *Dicionário Houaiss* a palavra revolta define-se por “rebelião, expressão coletiva de insubordinação, de insubmissão contra algo ou alguém”.

Segundo Fontanille (2005) a revolta é uma paixão subsequente ao percurso da cólera e é gerada por um sentimento de reparação da falta. A cólera se dá pela seguinte sequência canônica: confiança → espera → frustração → descontentamento → agressividade → explosão. Todavia, o semioticista afirma que nem sempre esse esquema canônico do sujeito encolerizado será completo.

[...] em razão de seu caráter canônico, a sequência da cólera permite prever variantes não canônicas. Por exemplo, todas as frustrações não terminam por uma explosão de cólera, algumas levam ao desespero, outras, a simples e duráveis descontentamentos; outras, enfim, serão compensadas por contraestratégias, de vingança ou de represália. (FONTANILLE, 2005, p.66)

Assim, a revolta enquanto variante passional da cólera funciona como uma forma de resposta, de revidar àquele sujeito que causou a frustração, no sentido de reparar a falta causada pela disjunção dos valores desejados. Greimas (2014) afirma que o querer-fazer do sujeito revoltado está direcionado a atingir o actante destinador que provocou o sentimento de malevolência. “Esse querer-fazer do sujeito constitui o programa narrativo de revolta, que contém tanto a rejeição do destinador quanto a busca por uma nova axiologia”. (GREIMAS, 2014, p. 245).

Nas crônicas em análise, o sujeito que está aprisionado (disjunto da liberdade e dos princípios democráticos) já se encontra em estado de revolta. Há nele um sentimento de inconformismo e de não-aceitação às regras impostas pelo destinador. Não há similitudes de valores axiológicos. Nos dois textos, a detenção do sujeito se dá por esse espírito revoltoso e de insubordinação. Assim, são dois programas de revolta que se estruturam na narrativa. O primeiro ocorre pela perda dos valores democráticos, o que gera uma ação de resistência resultando na prisão. A segunda revolta é provocada pelos maus-tratos e pelas práticas de violência sofridas no cárcere. É essa revolta que mobiliza as formas de resistência e de sobrevivência organizadas no encarceramento. A frustração do sujeito é evidenciada quando ele é silenciado, é impedido de exercer a sua militância, é torturado pela limitação de espaço, pelo abalo do corpo e pela ausência da família. No entanto, o estado de frustração não é durativo. O sujeito frustrado rapidamente converte-se em sujeito revoltado e é esse estado passional que motiva e faz nascer o sujeito da resistência.

No trecho 7 (*Companheiras*), há a manifestação de afetividades que o sujeito resistente (as presas políticas) construiu em meses, anos de encarceramento, vivendo e compartilhando as piores privações. Neste trecho, observamos estados passionais do medo, da aflição, da tristeza pela partida de alguém que elas aprenderam a respeitar e a amar. Há o sentimento da falta. O grupo sofre uma ruptura pela perda de um integrante, e mais uma vez o sujeito é afetado pelo fazer autoritário e repressivo do antissujeito. (“Quando partiu, deixava vinte e cinco amigas. Não lhe dissemos adeus, não tivemos um momento de fraqueza. Mas quando as grades se fecharam atrás dela, cinquenta olhos choravam”).

No entanto, o sujeito se ancora novamente nas formas de resistência encontradas para sobreviver, talvez, a mais dura batalha de sua vida. Resistência que se efetiva no interior de relações de poder exercida no espaço disciplinar e punitivo

da prisão. É nesse lugar de extrema vigilância e repressões que essas mulheres desenvolveram o mais lindo gesto de humanidade: o amor ao próximo. (“A tarde tão quente de verão foi mais longa e dolorosa naquele dia. Ninguém falava. Voltamos ao jogo de paciência, ao silêncio, à angústia de saber que a vida lá fora devia andar linda”).

A narratividade do discurso político de resistência constrói-se, portanto, a partir do encadeamento lógico de programas narrativos que se complexificam e apresentam o percurso do sujeito que mesmo imobilizado pela sanção repressiva do julgador, não abandona o seu projeto político assentado em valores de universo, assim confrontando-se aos valores de absoluto conservados pelo destinador. Esse sujeito reafirma a luta política e ressignifica formas de sobrevivência sustentadas nos laços afetivos e na rede de solidariedade construídos na prisão.

Os PNs de performances do sujeito e do antissujeito, bem como, a manipulação malsucedida e as sanções negativas do destinador-julgador demonstram que a narratividade desse discurso perpassa pela relação polêmica, pelo jogo conflituoso de ações que respondem umas às outras. Nesse jogo, o sujeito é privado dos seus objetos, sofre a sanção do cárcere, da violência, da tortura, mas não se sente derrotado. Ele é modalizado de competências e de estados passionais que lhe impulsionam a persistir no combate e na luta em prol de uma nova organização política mais voltada para os valores universais e para a gestão participativa. A resistência se constrói não somente como uma prática, mas constitui-se como uma forma de vida do sujeito.

3 A DISCURSIVIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS ENUNCIATIVAS E CONSTRUÇÕES IDEOLÓGICAS

Ao longo dos anos, o discurso da resistência vem sendo desenvolvido a partir de diversas vertentes teóricas que apresentam diferentes fundamentações epistemológicas para a compreensão e o funcionamento da resistência. No pensamento foucaultiano, como vimos no capítulo anterior, a resistência é concebida no cerne das relações de poder. Ela surge como uma ação de enfrentamento à ação de poder. Para Foucault (2009), as resistências nascem para confrontar diretamente uma técnica de poder. Elas se apresentam como lutas legítimas e sociais que respondem aos efeitos normalizadores. Inscrevem-se como ações que combatem o governo da individualização, uma vez que batalham contra uma forma de poder centrada no indivíduo, no controle do seu corpo, das suas condutas e que o subjetiva coercitivamente.

Ao tratar da narrativa literária, Bosi (2002) se aproxima dessa concepção foucaultiana quando postula que a resistência “apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia”. (BOSI, 2002, p. 118). Ele afirma que o conceito de resistência não tem origem estética, mas essencialmente ética. No entanto, o crítico literário aborda que não se deve estabelecer distâncias absolutas entre essas duas esferas, pois elas estão em relação mútua. Os projetos políticos alinham-se às percepções artísticas, e “essa interação é a garantia da vitalidade mesma das esferas artísticas e teóricas”. (BOSI, 2002, p. 119).

Dessa forma, o autor propõe duas maneiras de realização da resistência quando conjugada à narrativa: a resistência como tema e a resistência como processo inerente à escrita.

A resistência como tema na narrativa da literatura ocidental torna-se notória no período entre 1930 e 1950, quando surgiram vários intelectuais engajados no combate aos regimes totalitários em ascensão na Europa, como o fascismo e o nazismo. Durante esse período sombrio e de ditaduras tiranas, nasceram grupos de caráter libertador que resistiam aos sistemas políticos autoritários não somente por meio da luta armada, mas também por meio da linguagem. Esse tempo de união de forças das frentes sociais com intelectuais militantes permaneceu na memória dos narradores e fez nascer a chamada *literatura de resistência*. (BOSI, 2002)

Bosi (2002) afirma que o tema da resistência política se consolida na narrativa, tem um fundo axiológico. Ao narrar, o autor se reveste de valores antiburgueses, revolucionários e voltados “para a construção do novo Homem em uma perspectiva imanente” (BOSI, 2002, p. 129).

A resistência enquanto processo inerente à escrita corresponde, para Bosi, a um movimento interno da narrativa. É a obra literária como um símbolo de sentimentos e valores de resistência. É uma espécie de tensão interna que caracteriza a escrita resistente e que se constrói, primordialmente, a partir de um valor ético (aquilo que se considera falso ou verdadeiro, bem ou mal) que está tensionado ao estilo dominante. (BOSI, 2002, p. 130).

Nesse sentido, compreendemos que as crônicas que constituem objeto de análise deste trabalho tratam, predominantemente, da resistência como tema. Estão situadas num tempo histórico de lutas, se propõem a combater a ideologia dominante da época. Mas ao mesmo tempo, se atualizam, adentram na nossa contemporaneidade por proporcionar um debate político e social que vigora nos tempos atuais.

Na perspectiva semiótica, o conceito de resistência ainda é pouco explorado. No entanto, alguns grupos de pesquisadores engajados no debate da semiótica política já apontam reflexões teóricas importantes para a análise discursiva da resistência. É o caso do professor Juan Alonso Aldama⁷. Atualmente, o semioticista vem desenvolvendo pesquisas voltadas para a temática sobre a qual discorreu numa palestra virtual organizada pela Associação Brasileira de Linguística – Abralín, em abril do ano de 2021. O pesquisador ainda não publicou texto formal sobre o tema apresentado, e por isso tomamos como referência o que foi explanado verbalmente no evento mencionado. Na ocasião, Aldama apresentou pressupostos teóricos e analíticos sobre a construção discursiva da resistência numa visão semiótica.

Para Aldama a resistência não é somente a realização de um tipo de programa narrativo que compreende o desdobramento de uma ação, é, sobretudo, uma *forma de vida* (conceito semiótico que será apresentado posteriormente neste capítulo). Ele destaca que não é apenas uma questão de perseguir um objeto-valor a fim de

⁷ É doutor em Semiótica, professor de Ciências da Informação e de Semiótica da Comunicação Política na Université Paris 12. Desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas de comunicação e estratégia, semiótica social, política e de conflitos.

concretizar um programa de performance, mas trata-se de fazer aparecer um sujeito do discurso. Faz nascer um sujeito semiótico. (informação verbal)⁸

O estudioso faz citação do livro de Greimas intitulado *Du sens en exil: chroniques lithuaniennes*⁹, no qual o fundador da semiótica francesa apresenta um breve texto sobre a noção de resistência. Aldama aborda que a resistência concebida por Greimas “é um clima moral original em que o povo sacudido pela história adquire novas possibilidades e toma consciência de seu destino”. Neste sentido, Aldama compreende essa concepção greimasiana articulada ao pensamento de Spinoza (2009), pois o filósofo concebe a resistência a partir da experiência adversa, por meio da qual o sujeito é dotado de novas modalidades expressivas. Assim, resistir é, sobretudo, uma instância que produz paixões positivas e cria potencialidades de discurso. Isso, constitui para Aldama, o conceito central para a compreensão e o funcionamento da resistência.

O pesquisador, ao citar Greimas, destaca que a resistência é uma declaração, um ato de afirmação. Neste sentido, ela é, primordialmente, a instauração de um sujeito do discurso. O sujeito produtor de um ato enunciativo. No entanto, enfatiza que uma declaração não é somente um ato de enunciação, por isso concebe-a a partir de dois sentidos: como ato semiótico e como *tomada de posição*. Ele reforça que são essas duas concepções de declaração que fazem nascer o sujeito da resistência porque ao mesmo tempo em que há um ato performativo, há a afirmação de uma posição. Há uma construção de subjetividade como um conjunto de competências e valores (nas palavras de Greimas).

Não há sujeitos resistentes ou capacitados para a resistência antes dessa declaração. Não existe um treinamento ou preparação para resistir porque a resistência não é só uma prática, mas uma forma de vida que se dá por essas duas vias.

⁸ Este parágrafo e os outros sete em sequência estão referenciados na palestra intitulada *Resistência como forma de vida: paixões de perseverança*, ministrada em espanhol pelo Prof. Dr. Juan Alonso Aldama, em abril de 2021. Está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DXIz-PsxEBQ>. Tradução nossa.

⁹ Livro que foi publicado no ano de 2017 por ocasião do Congresso realizado em Paris em comemoração ao centenário de Greimas. A edição é de tradução francesa, já que o original foi escrito em lituano. Não há tradução em português.

Aldama afirma que a declaração funciona como uma negação. É um ato de se opor. Uma oposição é mais difícil do que simplesmente concordar ou aceitar, e neste sentido, quem tem que declarar-se é aquele que se posiciona contra e para negar há a exigência de uma argumentação. Assim, do ponto de vista semiótico, a negação é o fundamento da narratividade. Ela é o início de uma ruptura, na medida em que, faz nascer uma resistência. Dessa maneira, a negação é uma tomada de posição, uma afirmação que necessita de defesa. Ela gera um ato polêmico, um ato de confrontação, exige, portanto, uma ação de resistência.

Assim, a resistência, nesse prisma semiótico, articula-se à concepção foucaultiana, pois o sujeito resistente nasce de um ato de negação que se propõe combater a afirmação dominante. A negação tem um caráter de visibilidade, se diferencia e se destaca. Ela é sempre visível porque constrói uma espécie de explosão de presença.

Em termos tensivos, a resistência se dá por meio de uma manifestação da concessão porque ela recusa a implicação, aquilo que estava previsto. Ela estabelece um sistema de valores. Cria um caminho novo e distinto, está localizada em lugar diferente, no qual a lógica implicativa não espera. A resistência é tensiva porque é um produto de relação de forças de uma intensidade que se projeta na extensidade.

Em suma, Aldama postula que resistir é uma tomada de posição, é uma forma de vida, transpõe o programa narrativo, vai além da ação, perpassa por modalizações e assume uma dimensão passional que constitui característica fundamental da resistência.

A partir dessa perspectiva semiótica de *tomada de posição*, traçaremos a discursivização da resistência articulando com os outros conceitos teóricos aqui mobilizados. Assim, neste capítulo, enfatizaremos as estratégias enunciativas concernentes às projeções de pessoa, de tempo e de espaço da enunciação no enunciado, como também, os percursos temáticos e figurativos que marcam as determinações ideológicas e referem-se aos componentes semânticos do discurso. Posteriormente, destacaremos as relações de comunicação entre enunciador e enunciatário que são apreendidas na totalidade discursiva dos textos e evidenciam um ato de resistência do autor (enunciador) ao produzir a obra.

3.1 As pessoas, os tempos e os espaços

No percurso gerativo de sentido proposto por Greimas, as estruturas invariantes dos esquemas narrativos são convertidas em estruturas variantes discursivas que apresentam as especificidades de cada texto. As estruturas discursivas são assumidas pelo sujeito da enunciação e constroem-se semanticamente por meio de temas e de figuras que manifestam traços ideológicos e contextuais, criando efeitos de sentido de realidade. A enunciação é a instância de mediação que garante a realização do discurso. Ela é o ato de produção discursiva, é a instância pressuposta pelo enunciado.

Ao realizar-se, a enunciação projeta categorias dêiticas de pessoa, de tempo e de espaço que são marcas deixadas no enunciado e permitem a reconstrução do processo enunciativo. São elementos estudados no âmbito da sintaxe discursiva e correspondem a três procedimentos de discursivização: a actorialização, a espacialização e a temporalização. (FIORIN, 2000).

Retomando o que já abordamos no capítulo 1, o sujeito da enunciação desdobra-se em um enunciador e um enunciatário. Eles são os actantes da ação enunciativa. Segundo Benveniste (1988), no processo comunicativo, o “eu” é instaurado como sujeito produtor do discurso que se dirige ao “tu”, o qual realiza um fazer interpretativo daquilo que é comunicado pelo enunciador. O enunciatário também faz parte da construção do enunciado, pois ele serve de referência para a escolha dos mecanismos argumentativos que serão adotados pelo enunciador na produção do discurso.

Assim, a sintaxe discursiva destaca dois aspectos a serem observados: as projeções de pessoa, de tempo e de espaço da enunciação no enunciado e as relações entre enunciador e enunciatário. São dois aspectos da sintaxe do discurso que estão interligados, pois os diferentes recursos utilizados pelo enunciador na produção discursiva (as categorias de pessoa, tempo e espaço, como também, os mecanismos temáticos e figurativos) são estratégias de persuasão que visam convencer o enunciatário a aceitar o que está sendo comunicado. (FIORIN, 2000).

A enunciação é a instância que instala no enunciado (texto) um “eu” que toma a palavra num determinado tempo e espaço. Esses elementos são estruturados em torno do sujeito tomado como ponto de referência. Assim, “todo espaço e todo tempo

estão na dependência do ‘eu’ que neles se enuncia”. O *agora* refere-se ao tempo em que o “eu” fala, e por meio dele organizam-se as projeções temporais manifestadas no discurso. O *aqui* corresponde ao espaço no qual o sujeito pronuncia a palavra, e a partir dele os mecanismos espaciais são ordenados. (FIORIN, 1996, p. 42). Portanto, a enunciação é caracterizada por um *eu-aqui-agora* e a partir dela definem-se os actantes e as coordenadas espaço-temporais do enunciado.

As projeções de pessoa, de tempo e de espaço instauradas no texto se dão por meio dos procedimentos de *debreagem* e *embreagem*. Segundo Greimas e Courtés (1989) a *debreagem* é a operação na qual a instância da enunciação lança para fora de si, no ato da produção discursiva, os actantes e as configurações espaciais e temporais que são os componentes constituintes do discurso. A *embreagem* faz o percurso contrário da *debreagem*, pois é um procedimento de retorno desses termos categóricos à enunciação, produzido pela suspensão das oposições de pessoa, de tempo ou de espaço. “Toda *embreagem* pressupõe, portanto, uma operação de *debreagem* que lhe é logicamente anterior”. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 140)

A *debreagem* pode ser de dois tipos: a *enunciativa* e a *enunciva*. A *enunciativa* instala no enunciado os actantes (eu/tu), o espaço (*aqui*) e o tempo (*agora*) da enunciação. A *debreagem enunciva* caracteriza-se pela manifestação do ele, alhures e então, elementos discursivos correspondentes ao próprio enunciado. Esse procedimento visa ocultar as marcas enunciativas pressupostas no discurso. Assim, a *debreagem enunciativa* produz traços de subjetividade e a *enunciva* engendra traços de objetividade. Por meio desse esquema básico é possível estabelecer diversas combinações, pois alguns textos (a depender das estratégias do enunciador) podem apresentar um jogo de elementos enunciativos e enuncivos com o intuito de criar variados efeitos de sentido de caráter subjetivo e objetivo. (FIORIN, 1996; 2000)

As *debreagens enunciativas* e *enuncivas* são de três ordens: *actancial*, *temporal* e *espacial*. A *actancial* refere-se à categoria da pessoa que na esteira de Benveniste pode ser articulada em *pessoa/não-pessoa*. A *pessoa* diz respeito ao eu/tu (enunciador e enunciatário), actantes da enunciação. A *não-pessoa* (ele) é aquela diferente do eu e do tu. É a terceira pessoa do discurso, pois não participa da interação comunicativa.

Por meio do processo de *actorialização*, instalam-se no enunciado diferentes instâncias enunciativas, ou seja, há a delegação de vozes que formam a identidade

do sujeito enunciador. O “eu” pressuposto e constituído pelo texto é o autor implícito (enunciador) que não se trata do autor real (de carne e osso), mas daquele construído discursivamente pelo conjunto de sua obra. Ao autor implícito corresponde a imagem de um leitor (enunciatário) também criado textualmente, para quem o enunciador fala e convoca a partilhar de seus valores. Portanto, o primeiro nível de enunciação comporta os actantes enunciador e enunciatário que são reconhecíveis de forma pressuposta pela própria existência do enunciado. (FIORIN, 1996).

O “eu” projetado no interior do enunciado é o narrador, o qual mantém relação comunicativa com o narratário (o tu instalado no enunciado). Para Fiorin (1996), narrador e narratário são actantes da enunciação enunciada, pois são hierarquias enunciativas delegadas pelo enunciador e pelo enunciatário. O semioticista destaca que a enunciação enunciada comporta “elementos apreciativos que remetem à instância da enunciação” e a enunciação reportada é uma espécie de simulacro da enunciação. Assim, Fiorin compreende que embora não se tenha “um *eu* explicitamente instalado por uma debragem actancial enunciativa, há uma instância do enunciado que é responsável pelo conjunto de avaliações e, portanto, um *eu*” manifestado implicitamente. (FIORIN, 1996, p. 65). Dessa forma, há um narrador e um narratário que podem apresentar-se de forma implícita ou explícita no discurso.

O terceiro nível da hierarquia enunciativa é o “eu” do personagem (o actante do enunciado) que é delegado pelo narrador. Esse personagem fala em discurso direto e é chamado de interlocutor, o qual estabelece diálogo com o interlocutário (o “tu” para quem se dirige a palavra). Interlocutor e interlocutário são instalados no enunciado por meio de debragens internas (de segundo grau).

Consideremos os seguintes exemplos que ilustram essas categorias de pessoas:

Exemplo 1

Esta estória é o relato de um fato banal, que pode começar sendo contado assim:

Um dia quebrei um relógio e isso só teve realmente importância porque aconteceu num momento em que eu vivia longe de minha pátria. (MORAES, 1989, p. 109).

Exemplo 2

Quando cheguei ao sombrio prédio da Rua Relação, puseram-me num cubículo onde já havia alguém. Era noite; estava escuro demais naquele pedacinho frio. Não consegui ver a pessoa presente. Perguntei:

- Quem é você?

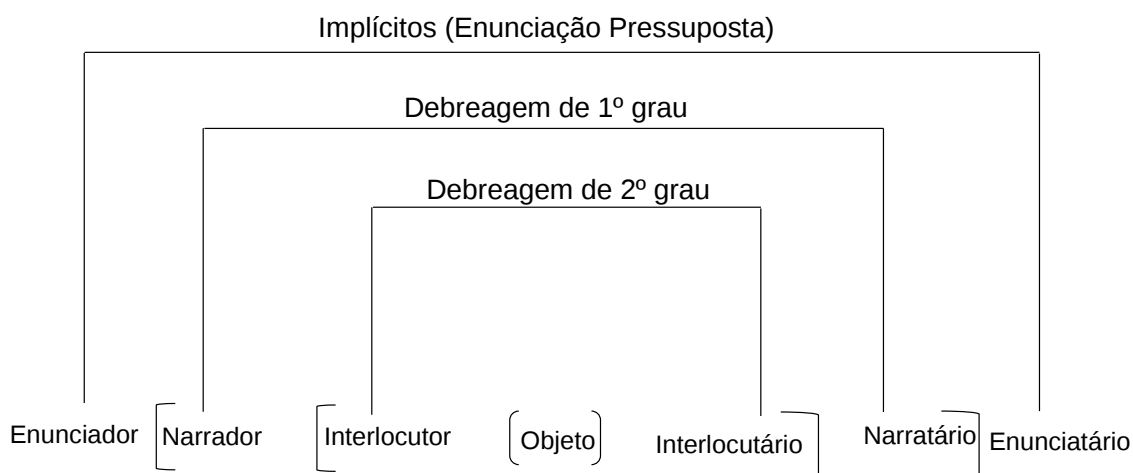
Ouvi um soluço e uma voz feminina começou a contar:

- Não sou política, nunca me meti nisso, mas me prenderam. E você quem é? Não entendo nada. Só se foi porque andei dizendo, na repartição, que precisamos ter liberdade no Brasil.¹⁰ (MORAES, 1989, p. 118)

No exemplo 1, temos a projeção de um enunciador que relembra um fato corriqueiro e inicia um relato pessoal. Uma estória acontecida num período em que se encontrava longe de sua terra natal. O “eu” do enunciador (a autora da crônica) está marcado no trecho: “Esta estória é o relato de um fato banal, que pode começar sendo contado assim”. Nesta passagem inicial, ele dialoga com o “tu” do enunciatário (a imagem do leitor) por meio do discurso em primeira pessoa, acentuando-se assim as marcas de subjetividade no texto. Há, portanto, uma debreagem actancial enunciativa.

No exemplo 2, o texto inicia com uma debreagem actancial enunciativa expressa no “eu” do narrador que também se utiliza de verbos e pronomes na primeira pessoa. A comunicação do narrador é estabelecida com o narratário, o qual se manifesta de forma implícita. Posteriormente, o narrador fala de uma terceira pessoa (alguém, pessoa presente) que é o actante do enunciado. Assim, estabelece-se uma debreagem actancial enunciativa. Quando o narrador se projeta como personagem (“Perguntei: - Quem é você?”), ele torna-se interlocutor e a pessoa com quem dialoga é o interlocutário. As falas dos interlocutores são marcadas pela utilização do discurso direto, instaurando no texto debreagens internas. Abaixo a figura que ilustra esses níveis de enunciação:

Figura 2 – Níveis de enunciação



Fonte: BARROS, 2002, p. 75

¹⁰ Esses dois exemplos foram extraídos da Crônica *Capítulo dos Relógios*, coletânea *Aruanda*, de Eneida de Moraes.

A debreagem temporal tem um caráter mais complexo e articula-se a partir dos marcadores temporais *agora* (tempo da enunciação) e *então* (tempo do enunciado).

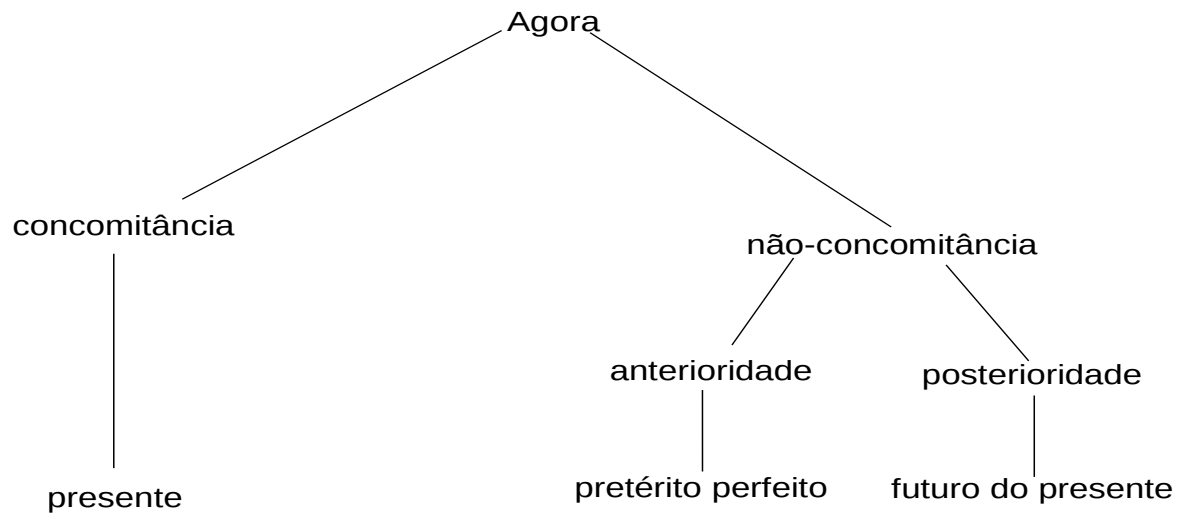
Segundo Benveniste (1988), o *agora* é o tempo gerado pelo ato da linguagem, se define e se ordena como função do discurso. É o tempo linguístico que determina as oposições temporais da língua. O tempo da enunciação é um eixo que organiza a categoria topológica da concomitância *versus* não-concomitância, e esta última estrutura-se em anterioridade *versus* posterioridade. Dessa forma, todos os tempos estão interligados à enunciação.

Segundo Fiorin (1996), o momento que aponta a concomitância entre a narração e o evento narrado mantém-se ao longo do discurso, “e por isso, é um olhar do narrador sobre o transcurso”. A partir dessa concomitância são geradas as não-concomitâncias de anterioridade e de posterioridade. Estas, portanto, referem-se respectivamente a passados e futuros em relação ao momento da enunciação. (FIORIN, 1996, p. 143). Dessa forma, o enunciador pode fazer uso de várias articulações temporais no texto para transmitir determinados efeitos de sentido.

Além de ser ordenado pelo momento enunciativo e gerado pelo discurso, o tempo linguístico também concerne às relações de sucessividade entre estados e transformações narrados no texto. Nesse sentido, há um sistema temporal organizado a partir de marcos temporais inscritos no enunciado, como também, um sistema temporal orquestrado pelo presente implícito da enunciação. Assim, há uma temporalidade enunciva e uma temporalidade enunciativa que são estruturadas, primordialmente, em função do momento da enunciação, uma vez que este é o eixo fundamental de ordenação temporal na língua (FIORIN, 1996, p. 144).

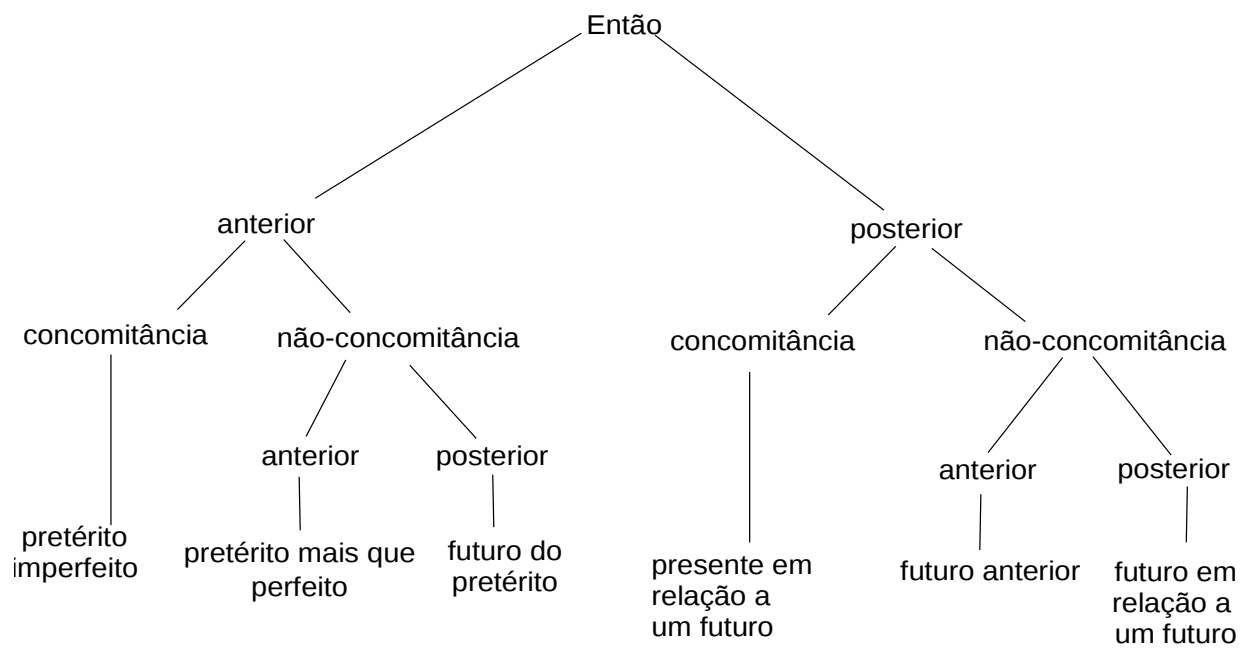
Dessa forma, aplica-se a categoria topológica concomitância vs. não-concomitância (anterioridade vs. posterioridade) às duas temporalidades regidas pela enunciação: o *agora* (enunciativo) e o *então* (enuncivo), conforme demonstram as figuras abaixo:

Figura 3 – Agora (enunciativo)



Fonte: FIORIN, 2000, p. 42

Figura 4 – Então (enuncivo)



Fonte: FIORIN, 2000, p. 42

No exemplo 1, acima citado, inicialmente o enunciador usa o tempo presente, o qual é concomitante ao agora da enunciação. Depois, marca o discurso no tempo pretérito para relatar fatos passados. Esse tempo é ordenado a partir de um marco temporal instituído no texto (Um dia). No primeiro caso, instala-se uma debreagem temporal enunciativa e no segundo, uma debreagem temporal enunciativa.

Fiorin (2000) enfatiza que esse esquema básico das articulações temporais não abrange todos os valores das formas verbais, pois deve-se levar em conta também os valores aspectuais e modais presentes na configuração da temporalidade do discurso. Assim, a aspectualização temporal é um ponto importante a ser considerado no estudo da sintaxe discursiva.

Segundo Greimas e Courtés (1989), enquanto a temporalidade do discurso projeta no enunciado uma configuração temporal estruturada pelo conjunto de categorias topológicas fundamentalmente regidas pelo ato enunciativo, a temporalidade aspectual transforma as funções dos enunciados narrativos em processo, mantendo-se relativamente independente da instância da enunciação. A aspectualidade se refere a “um ponto de vista sobre a ação”. Há a manifestação de um actante observador que examina e decompõe a ação do sujeito, transformando-a em processo caracterizado pelos semas: duratividade ou pontualidade, perfectividade ou imperfectividade (acabado/inacabado), incoatividade ou terminatividade. Apesar do caráter temporal, o processo só é assimilado pela sobredeterminação das articulações aspectuais.

A conversão dos enunciados narrativos (de natureza lógica) em processo (de ordem temporal) “facilita, na análise discursiva, o reconhecimento das organizações narrativas subjacentes às formulações processuais”. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 29)

Quanto à debreagem espacial, considera-se, basicamente, que ela trata tanto do espaço concernente à enunciação (aqui), “o espaço original que só é reconhecível como pressuposição tópica da enunciação”, quanto do espaço referente ao enunciado (alhures). O lugar diferente do *aqui* enunciativo. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 96)

Vejamos, nas crônicas, como esses procedimentos de actorialização, temporalização e espacialização articulam-se na produção discursiva da resistência.

Nos trechos 1 e 2 que marcam a narrativa inicial das duas crônicas (*Companheiras* e *Crônica 16*), há a projeção de um “eu” instalado no enunciado, o qual é delegado pelo enunciador. Trata-se do narrador que na condição de segunda instância enunciativa passa a contar a história em discurso autobiográfico, utilizando-se, predominantemente, de elementos enunciativos para criar efeitos de subjetividade. Ao mesmo tempo, a narração apresenta componentes enuncivos que visam produzir efeitos de verdade e simulacros da realidade sobre os fatos relatados. O narratário (para quem o narrador dirige o diálogo) manifesta-se de forma implícita, no entanto é evocado em algumas passagens dos textos. (*Companheiras*: Trecho 1: “Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo [...]”) (*Crônica 16*: Trecho 2: “Quantos vezes pensei: esta casa tão isolada [...] não chamará a atenção?”).

Nos textos em análise, a debreagem actancial enunciativa expressa na voz do narrador mescla-se à debreagem actancial enunciva de uma não-pessoa (ele, alguém) instalada no enunciado. (*Companheiras*: Trecho 1: “Os dias [...] se arrastavam pesados [...], pois nossa constante preocupação era inventar formas para que eles não fossem parecidos. [...] Quando alguém dizia como se preparava esse ou aquele prato, podia-se olhar os olhos: estavam todos famintos”) (*Crônica 16*: Trecho 2: “Éramos muitos presos políticos em São Paulo. [...] Os jornais noticiavam que havia sido aprisionado numa casa de trabalho um mimeógrafo”). As marcas de subjetividade, predominantes nas crônicas, coadunam-se aos traços de objetividade que buscam referendar veridictoriamente o discurso.

Na *Crônica 16*, o narrador tem total identificação com o sujeito do enunciado (a jovem militante presa), por isso seu discurso é moldado por uma explosão de subjetividade. (Trecho 2: “Eu vinha de um mundo inteiramente diferente daquele no qual então vivia. Jamais conhecera o frio e a fome e saber sofrê-los foi para mim um aprendizado muito doloroso”).

Já em *Companheiras*, o narrador ora se identifica com os actantes do discurso (as presas políticas) ora se distancia e torna-se um observador das ações narrativas. No primeiro caso, ele usa uma linguagem subjetiva para criar o efeito de identidade, de sujeito coletivo que vivenciou de perto as hostilidades sofridas no cárcere e, por isso mesmo, atesta-as como verdadeiras pelo efeito de proximidade gerado com a enunciação. (Trecho 1: “Éramos vinte e cinco mulheres presas políticas [...]"). No segundo caso, ele mantém distanciamento, constrói uma verdade objetiva ao relatar

os fatos em terceira pessoa e estabelece um ponto de vista sobre o discurso. (Trecho 3: “Pobres mulheres jogadas numa prisão infecta, sem o menor conforto. [...] Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas”).

Nessa crônica, o narrador apresenta, em discurso indireto, as vozes de algumas personagens: Rosa, Beatriz, Antônia, Nininha, Maria, Valentina e Nise. Ele relata as diferentes personalidades e os múltiplos sentimentos vividos individualmente pelas encarceradas. Por meio da fala do narrador, evidencia-se no discurso, como essas mulheres (cada uma a seu modo) ludibriavam a saudade, o medo, o tédio, as incertezas e as preocupações. (Trecho 3: “[...] mulher forte, arrogante, atrevida sempre, mas tão doce, tão enlevada pelos ‘meninos’. [...]. Onde andariam eles? [...] Onde andaria o marido de Nininha? [...] Maria pensava no seu chuveiro elétrico, Valentina ensinava literatura inglesa (como estudava e lia Valentina)”).

Em certas passagens deste trecho, as palavras da personagem Rosa ressoam na fala do narrador (“Onde andariam eles? [...] E os ‘meninos’?”). Esse jogo de elementos subjetivos (referentes à enunciação enunciada) e objetivos (ligados ao enunciado enunciado) reitera o efeito de verdade do discurso e constrói uma imagem do real.

Nas duas crônicas, a instância enunciativa do narrador delega voz direta a certos interlocutores instalados no enunciado. Efetua-se, portanto, uma debreagem interna de segundo grau. Ao ceder a palavra aos interlocutores, o narrador instaura-os como actantes de enunciação, os quais estabelecem diálogos entre si. (*Crônica 16*: Trecho 4: “- Não sou tira, não. Como todos os moços e os homens válidos estão sendo convocados para a revolução e indo lutar, eu fui mandado servir aqui [...]. Vamos fazer um negócio. Sei que eles não querem lhe dar comida. Entro no serviço à meia noite e quando puder venho lhe trazer um bom sanduíche”). (*Companheiras*: Trecho 5: “- Não sabemos quem é você. Mas nós somos antifascistas, nós somos presas políticas”).

Na *Crônica 16*, o “eu” do interlocutor é o policial reformado que instaura como interlocutário a presa política (o tu), com quem estabelece relação comunicativa. É um diálogo simples e pontual. Já na *Crônica Companheiras*, surgem diversos interlocutores e interlocutários e há a simulação de conversas mais eloquentes porque são várias vozes representadas. A reprodução dessas falas, nos dois textos, produz um efeito de referente ou de realidade porque há a construção de uma cena que

remete a situações reais, com pessoas reais (em estado decadente, que lutam para sobreviver e resistem mesmo diante de suas limitações) e isso confirma a veracidade dos fatos narrados. Portanto, a voz dos interlocutores está em acordo com a voz do narrador. As duas instâncias enunciativas projetadas no enunciado criam um discurso homogêneo. As falas encenadas ratificam a verdade construída a partir do texto. Esse movimento discursivo ilustra a construção de uma identidade coletiva: a de presa política. São mulheres, mães, solidárias, comunistas que representam a voz de uma categoria social.

Nas narrativas das crônicas, destaca-se o espaço enuncivo da prisão (*Crônica 16*: “pequeníssima sala, sem janelas, sem ar”), (*Crônica Companheiras*: “sala da Casa de Detenção”, “úmida, fria, quente, sufocante”). Projeta-se uma debreagem espacial enunciva, pois a espacialidade é definida a partir de um ponto instalado no enunciado (o alhures). É um espaço vigiado, fechado, com rigorosas demarcações que não permite o mínimo de movimentos e locomoções. Cria-se, portanto, um efeito de estaticidade e de imobilidade que se configuram como técnicas de poder, pois visam o controle, a rendição e o aniquilamento do sujeito. As estratégias de resistência organizadas a partir da distribuição espacial da cela, na crônica *Companheiras*, por exemplo, buscam desarticular essas táticas de poder, transformando o espaço sombrio e fechado da prisão num espaço aberto, de acolhimento e de afetividades.

Nos textos, a temporalidade do discurso é marcada no passado (pretérito imperfeito), anterior ao momento da enunciação, pois trata-se de memórias reconstruídas pelo enunciadador. Esse passado é concomitante ao tempo de “então” do enunciado, período em que se deram os fatos narrados. (*Companheiras*: Trecho 1: “Éramos vinte e cinco mulheres presas políticas numa sala da Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, 1935, 1936, 1937, 1938 [...]”). (*Crônica 16*: Trecho 2: “Éramos muitos presos políticos em São Paulo, no ano de 1932. Eu vinha de um mundo inteiramente diferente daquele no qual então vivia”). Temos, portanto, uma debreagem temporal enunciva, pois a temporalidade discursiva ordena-se a partir de um marco temporal organizado no texto.

Na *Crônica Companheiras*, Trecho 3: “Onde andariam eles? A polícia arrancara-os daquela mãe”, há uma debreagem actancial enunciva (insere-se no discurso a terceira pessoa: eles, polícia e mãe) que está ligada a um tempo debreado enuncivamente pois o marco temporal está inscrito no texto. Primeiramente, o

narrador utiliza um tempo no futuro (andariam), que indica uma posterioridade relacionada ao passado para expressar as incertezas e as angústias do sujeito em disjunção dos laços familiares. Depois, a narração marca o tempo num passado mais distante (arrancara-os), ou seja, um momento anterior ao passado no qual situam-se os fatos relatados no texto.

Na *Crônica 16*, Trecho 4: “- Entro no serviço à meia noite e quando puder venho lhe trazer um bom sanduíche [...]”, e na *Crônica Companheiras*, Trecho 5: “- Não sabemos quem é você. Mas nós somos antifascistas, nós somos presas políticas [...]”, existem falas dos interlocutores que são actantes do enunciado. Ao receberem delegação de voz pelo narrador são instaurados como actantes da enunciação, construindo, dessa forma, seu próprio sistema de referência dêitica. Assim, os interlocutores enquanto terceira instância da enunciação projeta uma debreagem temporal enunciativa porque o diálogo está ancorado no momento de referência presente (entro, sabemos, somos), e, portanto, concomitante ao *agora* da enunciação.

Esse jogo entre tempos do sistema enunciativo e tempos do sistema enuncivo implementado nos textos nos mostra que o sujeito discursivo da resistência, seja na voz do narrador, seja na voz dos interlocutores, faz uso de diversas articulações temporais para construir a verossimilhança dos acontecimentos relatados, situando-os em passados, presentes e futuros que atestam a realidade das experiências vividas.

É importante destacar também a construção da temporalidade e da espacialidade pela via da aspectualização. Nas crônicas, o narrador dispõe os tempos, predominantemente, no passado com um aspecto durativo e inacabado, produzindo um efeito de continuidade das ações e dos estados narrativos.

Na *Crônica 16*, os momentos de tensão vividos pelo sujeito na prisão solitária têm uma duração alongada que só encontra descontinuidade quando ele recebe a ajuda do velho policial aposentado. A ação do actante adjuvante não cessa o tempo de sofrimento do sujeito (ele permanece disjunto dos seus valores e em situação de extrema decadência), mas atenua a duratividade da ação repressora, o que lhe permite continuar resistindo às coerções. (Trecho 2: “[...] sem cigarro e sem comida, interrogada a todo momento, atormentada pelos sustos e a sede [...], pedia livros, pedia cigarros, pedia comida. Tudo me era negado”) (Trecho 4: “pão com carne, pão

com ovo, pão com presunto era trazido por aquele homem que afinal estava salvando minha vida”).

Já na crônica *Companheiras*, o tempo também é durativo e transcorre sem alterações. Não há mudanças substanciais, ele se dá sempre da mesma forma e no mesmo espaço. A descontinuidade deste tempo invariável se dá por meio das ações de sobrevivência e de resistência implementadas no cárcere. Assim, a resistência na prisão é difusa e se constrói a partir de pequenas ações – como partilhar uma história, conhecimentos, sentimentos, saudades – que objetivam transformar esse tempo/espaço fechado e imutável em tempos menores, em espaços mais abertos e extensos. As rotinas estabelecidas e a reorganização espacial da cela são táticas usadas pelas presas para desacelerar a forte intensidade que se projeta num tempo fechado e num espaço denso da prisão.

Vale ressaltar que a resistência e a sobrevivência aqui elucidadas têm um caráter de perseverança, porém perduram na temporalidade e na espacialidade de forma diferente. Para essa discussão recorremos a Aldama que concebe a resistência como *forma de vida (tomada de posição)* e a Fontanille (2015) quando trata do espaço-tempo de persistência e perseverança no desenrolar de um curso de vida.

Na obra *Formes de vie*, Fontanille aborda que as formas de vida se sustentam em formas identificáveis de perseverança e especificamente em “arranjos reconhecíveis do desdobramento sintagmático de um curso de vida” (FONTANILLE, 2015, p. 157). Neste livro, o autor faz uma análise das propriedades temporais a partir da periodicidade das estações da moda e das propriedades espaciais mediante formas de vida territorializadas.

As formas de vida é um conceito concernente às organizações semióticas características de identidades sociais e culturais, individuais e coletivas que se constituem como objetos semióticos dotados de um plano de expressão e um plano de conteúdo. Esta abordagem permite “apreender a globalidade de uma prática significativa ligada às escolhas axiológicas próprias a um indivíduo ou a uma cultura inteira”. (FONTANILLE; ZILBERBEG, 2001, p. 225)

Segundo Fontanille e Zilberbeg (2001), uma forma de vida formula um “sentido da vida”, tem uma dimensão antropológica e assenta-se numa perspectiva estética de axiologias. Ela “se apresenta sempre em discurso como uma coerência nascente

elevada contra a incoerência estabelecida” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 226). Para Fontanille, uma forma de vida é a manifestação de uma identidade social e cultural que é evidenciada na confrontação com outras identidades participantes da mesma semiosfera (modos de existência sociais).

Sem adentrar detalhadamente nas discussões propostas pelo semiótico a respeito dos regimes temporais e espaciais das formas de vida, tomaremos, em particular, a sua concepção de perseverança enquanto componente constitutivo de uma forma de vida. Uma espécie de força propulsiva que cria condições para continuar persistindo no curso da vida dando-lhe, assim, significado.

De acordo com Fontanille (2015), a perseverança concernente às formas de vida manifesta-se no espaço e no tempo e necessariamente implanta-se em regimes temporais e espaciais que podem sustentar, desordenar e até mesmo suspender um curso de vida. O princípio de perseverar e persistir está ancorado no engajamento da busca passional por valores axiológicos que dão significado à própria vida. Não se trata somente da realização de um programa de ação, da concretização de uma performance desejada. Esse ato de perseverar e persistir constitui uma autêntica forma de sentir e viver a vida.

A resistência e a sobrevivência que se manifestam na crônica *Companheiras* têm essa característica de perseverança que é própria das formas de vida. Todas as ações, as atividades lúdicas e as práticas desenvolvidas pelas presas são modos de permanecer, de continuar na luta em busca de valores que ultrapassam a dimensão modal de um simples querer-fazer ou querer-ser, mas comportam uma quantidade superior de vontade que já é de ordem passional. No entanto, embora ambas tenham esse caráter de perseverança, a sobrevivência é mais pontual, tem um início e um fim. Ela tem um aspecto temporal breve e um espaço limitado, pois a necessidade de sobreviver perdura especificamente no espaço prisional. As estratégias de divisão espacial da cela, o revezamento de locomoção entre as detentas e as rotinas estabelecidas mantêm-se no tempo que corresponde ao período do encarceramento.

A resistência, por sua vez, tem uma temporalidade durativa, tem uma dimensão política, não se limita na espacialidade da prisão. Ela perpassa pelo tempo-espaço do ambiente carcerário. Não se constitui apenas mediante uma prática perseverante, mas é uma forma de conceber e sentir o mundo, gera e organiza paixões positivas.

As mulheres da crônica *Companheiras* são sujeitos passionais que afirmam uma tomada de posição, que se declaram contrárias ao sistema de poder autoritário, que se negam a aceitar o regime imposto. Elas se constituem como sujeitos do discurso que objetivam não somente sobreviver ao terror da tortura, da fome, do frio e do calor, mas buscam resistir e permanecer nessa resistência como forma de dar sentido e existência à própria vida.

3.2 A tematização e a figurativização

No nível discursivo, as estruturas abstratas narrativas desenvolvem-se sob forma de temas e materializam-se por meio de figuras. O sujeito da enunciação constrói a coerência semântica do discurso a partir dos procedimentos de tematização e de figurativização que asseveram os efeitos de sentido de realidade, bem como, apontam uma ancoragem ideológica, na qual assentam-se os valores transmitidos através da enunciação.

A tematização e a figurativização correspondem a níveis de concretização semântica. Os temas são responsáveis pelo revestimento das formas invariantes narrativas. Eles podem ou não receber recobrimento figurativo. Assim, há textos não-figurativos ou temáticos (sem a predominância de figuras) e textos figurativos, os quais são moldados semanticamente pela figurativização. Vale ressaltar que não existem textos exclusivamente temáticos ou figurativos, mas textos com maior ou menor recorrência de figuras.

Fiorin (2000) afirma que os temas são investimentos semânticos de ordem conceptual. Referem-se às categorias que ordenam, abstratamente, elementos concernentes ao mundo natural, como por exemplo: beleza, saúde, política, educação, infância etc. A tematização se constrói por meio de percursos temáticos caracterizados pela incidência de semas que conferem coerência semântica ao discurso. Esse procedimento organiza uma leitura que define o direcionamento interpretativo do texto. No entanto, em textos de gênero humorístico, por exemplo, a ruptura dessa coerência aponta a contraposição de duas leituras e engendra uma interpretação diferente daquela sugerida inicialmente. A tematização estende-se tanto aos sujeitos quanto aos objetos e às funções. Assim, aos actantes sintáticos podem ser atribuídos papéis temáticos que são preenchimentos semânticos do sujeito do

fazer, ou seja, do sujeito da ação. Na figurativização, esse sujeito é concretizado na forma de ator do discurso.

As figuras acrescentam significação aos temas discursivos. Elas recobrem os percursos temáticos com termos que aludem ao mundo natural, atribuindo-lhes traços sensoriais. Não se referem só ao mundo existente, mas também ao mundo construído por meio do discurso. A figurativização, por ser um procedimento de maior concretude semântica, cria efeitos de realidade que aproximam o discurso do mundo das coisas naturais. No texto, as figuras mantêm relações entre si, elas formam um tecido figurativo que materializa os temas abordados. Essa sequência de figuras constitui um percurso figurativo. (FIORIN, 2000)

Greimas e Courtés (1989) ressaltam que há, ao menos, dois níveis de figurativização: o da figuração e o da iconização. No primeiro, acomodam-se figuras semióticas que vão conferindo especificação aos temas. No segundo, há um revestimento exaustivo de figuras que visa produzir ilusão referencial, remetendo a imagens do mundo. A iconização assim como a figuração são procedimentos de persuasão, dos quais faz uso o enunciador para conduzir o enunciatário ao reconhecimento de representações do mundo, e então, fazê-lo crer na verdade apresentada discursivamente.

As relações estabelecidas entre os temas e as figuras, no texto, concedem-lhe coerência semântica. A recorrência desses traços semânticos é chamada de isotopia. A isotopia propõe uma espécie de leitura. Aponta como o discurso deve ser interpretado, constitui, portanto, um plano de leitura. A isotopia pode ser de natureza temática ou figurativa. A primeira é concebida pela reiteração de temas no eixo de um mesmo percurso temático. A segunda apresenta-se a partir da recorrência de figuras similares que organizam uma imagem da realidade. Assim, as isotopias figurativas indicam uma linha de leitura temática. Quando o discurso oferece mais de um plano de leitura ele é denominado de pluriisotópico.

Essa articulação entre mecanismos temáticos e figurativos pode ocorrer por meio de metáforas e de metonímias, estas consideradas como figuras de discurso. Além dos processos metafóricos e metonímicos, as isotopias também podem ser apreendidas através dos conectores de isotopia e das associações intertextuais. Os conectores “são palavras que podem ser lidas, sem dificuldades, em várias isotopias

e fazem, dessa forma, a passagem de uma leitura a outra. Aparecem como figuras localizadas no texto” (BARROS, 2005, p. 73).

Barros (2005) reforça que a coerência discursiva não se dá somente pelos mecanismos semânticos esboçados, mas também pela articulação de organizações narrativas, argumentativas e interfrásicas que formam a tessitura do texto e lhe atribui significado.

Ainda importa ressaltar, conforme nos mostra Fiorin (1998), que é na semântica discursiva que se apreende de forma mais evidenciada as determinações ideológicas, nas quais assenta-se o discurso. A ideologia, para Fiorin, é uma forma de conceber o mundo. “É o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica, explica a ordem social” (FIORIN, 1998, p. 29). Nestes termos, a ideologia é uma construção social que não traduz exatamente a realidade na sua essência, mas constrói-se mediante formas aparentes da realidade. É um modo como uma determinada classe compreende o mundo e as relações entre os homens.

Fiorin (1998) salienta que a ideologia tem uma determinação fixada, em última instância, nos modos de produção porque são eles quem estabelecem “as ideias e os comportamentos dos homens”. No entanto, não se trata de uma determinação direta e absoluta dos meios econômicos, pois outros fatores de ordem política, jurídica, filosófica e religiosa têm interferência nas lutas históricas. (FIORIN, 1998, p. 31).

A teoria da Análise do Discurso postula que a ideologia é inerente ao discurso. Ele encontra-se no cerne da vida social e realiza-se por meio de uma materialidade linguística. Assim, os sujeitos em interlocução revelam uma inscrição ideológica, posições divergentes que se confrontam, surgindo assim a coexistência de diferentes discursos numa mesma sociedade. Daí decorrem as noções de *formação ideológica* e de *formação discursiva* desenvolvidas pela teoria, as quais esboçaremos sinteticamente.

Pêcheux e Fuchs afirmam que uma formação ideológica é caracterizada pelo “conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166). Neste sentido, a formação ideológica manifesta uma concepção de mundo de uma dada

classe social e o discurso é construído a partir dos lugares sócioideológicos ocupados pelos sujeitos.

A formação ideológica está ligada a uma formação discursiva, uma vez que é por meio da linguagem que a ideologia efetivamente se manifesta. Uma formação discursiva:

Refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar ou realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e a sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica. (FERNANDES, 2007, p. 46)

Na perspectiva semiótica, Fiorin compreende uma formação discursiva como “um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”. É a partir dessa formação discursiva adquirida socialmente que o sujeito elabora o seu discurso e afirma o seu ponto de vista em relação aos acontecimentos. (FIORIN, 1998, p. 32). A ideologia se corporifica no discurso, o sujeito se inscreve discursivamente apresentando configurações de uma visão de mundo. É pelo discurso que se revelam a identidade do sujeito e o lugar ideológico no qual ele está inserido.

Vejamos como esses mecanismos semânticos se manifestam nos textos memorialísticos de Eneida de Moraes.

Nas *Crônicas 16* e *Companheiras*, os principais temas que perpassam pelo discurso são: tortura, repressão, violência física/psicológica, autoritarismo, liberdade, perseverança, sobrevivência, resistência, afetividade, solidariedade, amor ao próximo. Nota-se que os quatros primeiros temas elencados formam o percurso temático da autocracia, do governo centralizador. Este percurso está ligado ao querer e ao poder-fazer do sujeito opressor (o antissujeito na instância narrativa), aquele que age pela conservação dos valores de absoluto em nome da manutenção da ordem social. Os demais temas (liberdade, perseverança, sobrevivência, resistência, afetividade, solidariedade, amor ao próximo) relacionam-se ao percurso do sujeito resistente que luta para resgatar direitos e valores que lhe foram espoliados. O querer e o poder (ser/fazer) do sujeito narrativo são tematizados pela resistência desenvolvida de forma individual e coletiva.

Na Crônica *Companheiras* (Trecho 1), temos em destaque os temas da liberdade e da repressão. A liberdade é axiologizada euforicamente e a repressão é disfórica. Os enunciados enfatizam as duas temáticas de forma duelada porque enquanto a repressão tematiza a performance do antissujeito, cuja ação consiste em coibir as violações das normas instituídas, a liberdade é evocada na virtualização do querer do sujeito que anseia estar novamente na condição de ser livre. A figurativização torna esse antagonismo de ações mais concreto. Há uma abundância de figuras que materializam os atos repressores do Estado ditador e os anseios de liberdade das presas políticas: (“inverno”, “sala úmida e fria”, “enregelava mãos”, “verão”, “sala quente”, “matar-nos sufocadas”, “os dias se arrastavam pesados”, “pequeno espaço”, “vinte e cinco mulheres presas políticas”, “sala da Casa de Detenção”, “Pavilhão dos Primários”, “crimes”, “perseguições”, “assassinatos”, “desaparecimentos”, “olhos famintos”) – (“Enchíamos com coragem e alegria todas as horas”, “ginástica”, “estudo”, “conversas”, “cânticos”, “passeio”, “falava em quitutes variados”, “preparava esse ou aquele prato”, “mar”, “praia”, “montanhas”, “planícies”, “ânsia de voltar à vida da cidade”, “terra”, “mundo”).

A primeira sequência de figuras cria uma cena figurativa da prisão e corporifica as ações repressivas da ditadura na implacável perseguição àqueles que afrontavam o sistema de poder. É uma representação da realidade degradante e humilhante vivida pelas presas políticas. A repressão suscita outro tema disseminado no discurso: o sofrimento humano. Esse sofrimento é figurativizado pelo traço semântico sensorial de ordem tátil: umidade, calor, frio (“enregelava mãos, sala quente, matar-nos sufocadas”) que produz um efeito de sensorialidade e caracteriza-se como uma estratégia do enunciador, na medida em que, pretende levar o enunciatário a sentir tal sofrimento reconhecendo, assim, como um fato real e verdadeiro. O mecanismo figurativo de especificação espacial (“Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários”) reforça a imagem hostil do cárcere.

O segundo encadeamento figurativo manifesta uma tática de sobrevivência (e também de resistência) quando as presas evocam boas lembranças da vida fora da prisão. São expressões figurativas que criam uma sensação de liberdade e de bem-estar. Na verdade, as mulheres revivem nuances de liberdade ao recordar momentos e lugares que remetem ao mundo e à vida da qual elas foram cerceadas. O efeito de sensorialidade visual é produzido por figuras que reproduzem cenas familiares,

paisagens da natureza e imagens da vida social que parecem proporcionar instantes de liberdade e ameniza a dor da saudade e da solidão.

Na *Crônica 16* (Trecho 2), há a temática da sobrevivência e da luta pela vida em contraste com a morte que se aproxima pela prática incessante de tortura. A figurativização da tortura é construída por um jogo de figuras que intensificam o andamento acelerado da performance do antissujeito. É uma ação que pretende disjuntar o sujeito de sua própria vida. Ele está no limiar da morte, o sofrimento é durativo e parece não ter fim. (“Jogaram-me numa pequeníssima sala, sem janelas, sem ar, um depósito de qualquer coisa, sem cigarro e sem comida, interrogada a todo momento, atormentada pelos sustos e a sede, vi-me, inclusive, envolta em terrível escuridão”). A sala pequena, escura, sem circulação de ar produz uma sensação de sufocamento e indica a situação agonizante vivida pela presa. Esse estado de desfalecimento é realçado pelas figuras: “sem comida”, “atormentada pelos sustos e pela sede”, que vão levando o sujeito ao estado de quase extinção. Os sinais de que a vida ressurgiu materializam-se na sequência figurativa: “O único lugar por onde entrava uma réstia de luz e um pouco de ar era um buraco aberto na porta comprida [...] ficava então, dia e noite, na porta, esperando os olhos que me espionavam e dando em cada um deles uma espetadela com o dedo indicador [...] acertara em cheio o inimigo”. O efeito visual da claridade (da luz) e a sensorialidade olfativa do ar transmitem uma imagem de um ambiente em estado de transformação. A prisão solitária, escura e tenebrosa, onde imperava o sofrimento e a dor, começa a ganhar contornos espaciais de ambiente claro, aberto e arejado que vai aos poucos dando lugar para a vida. O sujeito resistente atravessa o estado de extinção e gradualmente busca o restabelecimento

Na *Crônica 16* (Trecho 4), a vida se fortalece fazendo aparecer o tema do livramento, do restabelecimento do sujeito. O velho policial aposentando assume o papel temático de “pequeno anjo”. Seu gesto de solidariedade auxilia na sobrevivência do sujeito. Ele impede que a disjunção com a vida seja efetivada. O livramento tematiza o querer, o saber e o poder-fazer do adjuvante que colabora para o poder de resistência do sujeito. Esse percurso temático da sobrevivência que engloba os temas da vida e do livramento é figurativizado por expressões como: “quando puder venho lhe trazer um bom sanduíche”, “pão com carne”, “pão com ovo”, “pão com presunto”. Observa-se que a palavra “pão” se repete por três vezes combinada com outros

suprimentos alimentares (carne, ovo, presunto). Nas narrativas históricas bíblicas, por exemplo, o pão é símbolo sagrado, é sustento, é vida. O enunciador utiliza o recurso da iconização para enfatizar a temática da salvação e o restabelecimento da vida, estabelecendo uma relação interdiscursiva com os discursos religiosos.

Na Crônica *Companheiras* (Trecho 3), elucida-se o tema da separação familiar. A separação de mãe e filhos, de noivo e noiva, de marido e mulher. Rosa é o sujeito mãe, mulher, militante política que contrariando as convenções sociais – o papel social que é atribuído a ela, como mulher do lar, doméstica, submissa ao patriarcado – sofre a privação não somente da liberdade e dos outros valores almejados, mas é também um sujeito privado da convivência com os filhos. É a mulher militante punida por seus atos considerados subversivos. A punição não se efetiva somente pelo estado prisional, mas é intensificada pela dor do distanciamento, por não saber o paradeiro dos filhos. Filhos que dela foram arrancados e arbitrariamente transformados em órfãos. Ato que configura um procedimento de tortura psicológica dos mais dolorosos para uma mãe. No entanto, surge a solidariedade, outro tema destacado neste trecho. As companheiras assumem as dores e as angústias uma das outras. Elas resistem coletivamente. Várias são as expressões figurativas que concretizam a temática da solidariedade culminando numa ação de resistência coletiva: (“Os filhos de Rosa eram nossos filhos. Quando Rosa falava nos ‘meninos’ ficávamos todas em silêncio [...] Problemas de uma, problemas de todas”). Essa figurativização constrói uma isotopia da irmandade, da amizade, do companheirismo. As mulheres perseveram na resistência porque se fortalecem mutuamente.

Em *Companheiras* (Trecho 5), há novamente a figurativização da repressão em contraste com os desejos de liberdade. “As ruas ensolaradas”, “as mulheres de vestidos claros e leves” são imagens evocadas pelas presas para esquecer (por alguns instantes) as hostilidades, as humilhações e as violências sofridas na prisão. “O calor”, “o espaço fechado e apertado”, “os corpos cansados” enfatizam as diferentes formas de tortura que eram praticadas contra elas. O percurso temático da tortura é reforçado a partir dos seguintes enunciados: “Nunca esquecerei seu ar de espanto nem aqueles sapatos que haviam sido brancos. Estavam manchados de terra ou de sangue? Nunca esquecerei o vestido sujo, as mãos trêmulas, os cabelos brancos revoltos”.

As figuras “ar de espanto”, “sapatos manchados de sangue”, “vestido sujo”, “mãos trêmulas” concretizam os extremos atos de violência física cometidos pela ditadura. Neste trecho, a tortura tematiza a sanção punitiva do sujeito, a qual está marcada nos seus gestos, no seu olhar, no seu comportamento espantoso, mas, ao mesmo tempo, firme e pronto para o combate.

No trecho 6 (*Companheiras*), a tortura é explicitada por meio da punição do corpo da mulher. Há a reiteração de temas relacionados ao sofrimento humano e à crueldade de uns homens para com os outros. Esse percurso temático é figurativizado exaustivamente pelo enunciador (“os seios onde trazia impressas marcas de dedos [...] colocavam-na no alto da escada, amarrada e nua para forçá-la a declarar ou delatar, enquanto dois homens enormes lhe puxavam os seios [...] seu corpo guardava ainda as vergastadas do chicote policial”). Essa figurativização cria um efeito de realidade. O enunciador mostra para o enunciatário que esses relatos não são ficções da memória. Eles têm referência histórica e estão fundamentados na verossimilhança dos fatos. A tortura maculada no corpo feminino deixa marcas não somente físicas, mas também profundos traumas psicológicos e funcionam como um castigo permanente sancionado pelo destinador.

No trecho 7 (*Companheiras*), temos os temas do amor ao próximo e dos laços afetivos concretizados por figuras que remetem a tristes cenas de partidas e despedidas. É um efeito figurativo que busca tocar na sensibilidade do leitor. A mensagem transmitida pelo texto revela que apesar de toda angústia, dor e sofrimento vivenciados por essas mulheres, elas nunca deixaram de exercer a humanidade, nunca descreditaram da vida. Elas resistiram conjuntamente. As companheiras da Sala 4 padeceram, sofreram, porém jamais fraquejaram. Nunca se renderam.

Os procedimentos de tematização e de figurativização disseminados nos textos constroem duas isotopias gerais: a da repressão e a da resistência. O discurso estabelece uma oposição entre elas. A repressão está no eixo dos valores de absoluto e a resistência na dimensão dos valores de universo, como já destacamos no segundo capítulo do trabalho. Elas propõem uma leitura voltada para as lutas políticas e sociais localizadas no processo histórico do país. As ações repressivas do Estado constroem-se semanticamente pela tortura, pela violência, pelo sofrimento humano, pela opressão e pelo autoritarismo que estão associados aos seguintes traços sensoriais: visual (escuro, escuridão), auditivo (silencioso, silêncio), olfativo (odor, prisão infecta),

tátil (frio, calor, umidade), gustativo (fome, sede). A repressão tem um valor axiológico negativo, representa a degradação do ser humano. É um mecanismo de vigilância e de punição que pretende extirpar do meio social aqueles que não se subordinam ao controle do sistema de poder.

As ações de resistência, por sua vez, são organizadas tematicamente pela liberdade, pela perseverança, pela sobrevivência, pela afetividade, pela solidariedade, pela vida e pela fraternidade. Esse percurso temático está articulado aos investimentos sensoriais: visual (claro, luz), gustativo (os quitutes, os pratos variados, pão, presunto, ovo), auditivo (o barulho das conversas, dos cânticos, das ginásticas, dos sorrisos), olfativo (a ventilação, o ar, local arejado) tátil (os abraços). A resistência é axiologizada positivamente, é uma tomada de posição. Ela se sustenta pela união, pela construção de afetos. É de ordem concessiva porque rompe com as esperas, foge da lógica implicativa. A resistência se fortalece no lugar onde impera a repressão, ressignifica tempos e espaços e se constrói como uma forma de vida ancorada ideologicamente nos princípios de igualdade, de coletividade e de justiça social.

3.3 As relações entre enunciador e enunciatário: estratégias enunciativas e inclinações ideológicas

Como já abordamos anteriormente, a enunciação é a instância de mediação entre as organizações narrativas e as configurações discursivas. Quando a narrativa se transforma em discurso entra em cena o sujeito da enunciação que ora assume o papel de enunciador, ora o de enunciatário. O enunciador se utiliza de diversos mecanismos actanciais, espaciais, temporais, temáticos e figurativos para transmitir a mensagem desejada, como também, para convencer o enunciatário a crer no discurso comunicado. São, portanto, procedimentos argumentativos construídos na teia discursiva que caracterizam o fazer persuasivo do enunciador cujo objetivo é conduzir o enunciatário a um determinado fazer interpretativo e, posteriormente, à realização da ação proposta. Neste sentido, há um contrato entre enunciador e enunciatário em que cabe ao primeiro determinar veridictoriamente como o discurso deve ser interpretado (verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto), e ao segundo compete aceitar ou recusar o estatuto de veridicção indicado no texto.

Conforme apontamos no primeiro capítulo deste trabalho, os textos autobiográficos primam pela veracidade dos fatos narrados porque são histórias referenciais que objetivam apresentar uma imagem do real, ou seja, simulam por meio da enunciação a construção de uma realidade vivida. O autor construído nas *Crônicas 16 e Companheiras* é o enunciador, o qual elabora o seu discurso fundado numa verdade experienciada, atestada por meio de relatos testemunhais e de referentes históricos que sustentam a veridicção apresentada textualmente. É, portanto, um discurso que se afirma como verdadeiro, e assim passa a ser aceito pelo enunciatário (leitor).

O contrato de veridicção proposto na enunciação constrói uma verdade bem fundamentada porque ancora-se em acontecimentos situados na história política do país que são de conhecimento público e reconhecidos socialmente pelo enunciatário, o que colabora para a adesão dos valores transmitidos na comunicação. Os recursos argumentativos utilizados pelo enunciador no seu fazer persuasivo englobam principalmente: as projeções actanciais que formam a identidade do sujeito da enunciação, as ancoragens espaço-temporais, e as referências temático-figurativas que indicam uma inclinação ideológica. São mecanismos de argumentação que se articulam na produção enunciativa e apontam uma perspectiva de leitura do discurso.

No capítulo 1, abordamos que a autobiografia tem como característica principal a construção de uma identidade que se dá pela tripla relação entre autor/narrador/personagem principal. De acordo com as projeções actanciais analisadas no início deste capítulo, observamos que a identidade do narrador e do personagem principal concebida por meio da debreagem actancial enunciativa do enunciado engendra um articulado jogo de subjetividades e de objetividades que atrai a atenção do leitor seja pela abordagem intimista, seja pela abordagem objetiva dos fatos narrados. Cria-se, simultaneamente, efeitos de aproximação e de distanciamento da enunciação. Em certos momentos o narrador transmite uma visão particular sobre os acontecimentos, parece revivê-los ao contá-los com um tom de sensibilidade. Em outros momentos, produz-se uma neutralidade. O narrador assume um papel de observador, utiliza-se de uma linguagem em terceira pessoa e estabelece um ponto de vista sobre o discurso. Em diversas passagens das crônicas, o narrador funde-se com o personagem principal, as duas vozes projetadas no enunciado

produzem um discurso consensual e homogêneo. Há reiteração de falas que ratifica a verdade apresentada no texto.

O efeito de identidade entre o enunciador (autor implícito) e o personagem principal dá-se por sincretismo, pois são instâncias enunciativas que estão personificadas no mesmo antropônimo. Na *Crônica 16*, esse efeito de identidade está mais presente porque a narrativa conta a dolorosa experiência de um sujeito individual (a jovem militante presa) que está explicitamente ligado ao nome da autora da crônica (enunciador). Essa associação de identidade (autor/personagem principal) leva o enunciatário a reconhecer que se trata de uma história verossímil, já que é rememorada por quem de fato a vivenciou. O sujeito discursivo é o próprio enunciador. Ele fala a partir de uma vivência particular, tem profundo conhecimento dos acontecimentos, o que colabora para a credibilidade do discurso.

A identidade entre narrador e enunciador (autor) é evidenciada quando essas duas vozes se convergem e acentuam um discurso de denúncia e de crítica ao autoritarismo. Isso pode ser observado nos seguintes excertos da crônica *Companheiras*: (“Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas? [...] Quando Rosa falava nos ‘meninos’ ficávamos todas em silêncio. Onde andariam eles?”). Os enunciados expõem inquietações que são tanto do narrador quanto do enunciador. Esses questionamentos propõem uma reflexão para o leitor, leva-o a reconhecer como reais e verdadeiras as crueldades cometidas pela ditadura. São perguntas que suscitam indagações não somente do enunciador, mas também, são assumidas pelo próprio enunciatário.

Esses três efeitos de identidade do sujeito da enunciação (autor/narrador/personagem principal) não só assinalam a veracidade do discurso autobiográfico, como também, corroboram para o processo de manipulação do enunciador no sentido de conquistar a adesão do enunciatário.

As ancoragens espaço-temporais situam o discurso no espaço e no tempo que são historicamente identificados pelo leitor. O enunciador pressupõe que o seu enunciatário é conhecedor dos processos políticos que permeiam a história brasileira. Apesar disso, especifica pela figurativização lugares e momentos que são reconhecíveis pelo leitor, tornando o discurso ainda mais verossímil. Na *Crônica 16*, menciona-se a cidade de “São Paulo” e o “ano de 1932”, fazendo-se alusão à eclosão

da Revolução Constitucionalista, período em que inúmeras pessoas foram detidas pelo governo provisório de Vargas. Na crônica *Companheiras*, há a indicação da “Casa de Detenção”, “Pavilhão dos Primários”, e “dos anos de 1935, 1936, 1937 e 1938”. São referências que localizam o enunciatário numa época na qual instaurou-se o Estado de exceções com fortes proibições e censuras (a ditadura do Estado Novo). Além disso, toda a articulação temporal e espacial dada na relação entre enunciação e enunciado (já analisada neste capítulo) colaboram para a construção de uma imagem que se aproxima do mundo real.

Os procedimentos de tematização e de figurativização são utilizados, sobretudo, para criar efeitos de realidade (assim como demonstramos no item anterior). A sensorialidade figurativa, bastante recorrente nos textos, busca sensibilizar o leitor pela emoção e pelos sentidos. Pretende-se fazer com que o enunciatário compartilhe dos diferentes sentimentos vividos pelos sujeitos no encarceramento. Os temas e as figuras também marcam uma orientação ideológica. Um lugar sócio-histórico no qual o sujeito está inserido. O enunciador expõe por meio do discurso um universo ideológico ancorado nos valores de coletividade e de união. Busca-se a conjunção com os princípios democráticos tematizados pelo direito de liberdade (de voz, de fala). O enunciador representa a voz de uma classe social (a classe trabalhadora) massacrada e desprestigiada por políticas governamentais centralizadoras. Ao mesmo tempo, o enunciador fala pelos presos políticos, pelos intelectuais militantes, por todos aqueles que lutaram destemidamente em nome da democracia e, por isso, sofreram severas sanções. O discurso é determinado por uma ideologia que vê o mundo pelo prisma da equidade e da justiça social. A resistência é a negação dos valores impostos pela ideologia dominante. É uma forma de afirmar uma posição ideológica fundamentada no direito de igualdade entre os homens. O discurso político de resistência é construído pela afirmação dessa construção ideológica.

Vale destacar também que a discursivização da resistência é moldada a partir de duas formas discursivas de memória: a *memória do acontecido* e a *memória-acontecimento*. Retomando o que apresentamos no primeiro capítulo, Barros (2011) postula que a *memória do acontecido* está ligada ao universo do inteligível e a *memória-acontecimento* está na dimensão do sensível.

A *memória do acontecido* apresenta-se pela minuciosidade de detalhes que o enunciador lança mão ao rememorar os episódios na prisão, tais como: a localização

e a descrição exata das casas prisionais (*Crônica 16*: Presídio em São Paulo: “pequeníssima sala, sem janelas, sem ar, um depósito de qualquer coisa”, *Crônica Companheiras*: Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários: “sala quente, fria, úmida”), as marcações temporais com especificações de datas (“1932, 1935, 1936, 1937, 1938”), os nomes das personagens e papéis temáticos (Rosa – a mãe separada dos filhos, Beatriz – a noiva que não tem notícias do noivo, Nininha – a esposa longe do marido, preso no Rio Grande do Norte, Valentina – amante de literatura inglesa, Nise – a médica psiquiatra, além das domésticas, das datilógrafas, das advogadas e das operárias), e a especificação dos antissujeitos: (*Crônica 16*: mais de vinte policiais cercaram a casa da jovem comunista, *Crônica Companheiras*: o guarda que sorriu irônico diante do sofrimento das presas). A *memória do acontecido* torna o discurso inteligível. O passado é contado com minúcia de informações e fornece referências que facilitam a leitura do enunciatário.

A *memória-acontecimento* é evidenciada pelo envolvimento afetivo do sujeito da enunciação (enunciador/enunciatário) com o texto ao mesmo tempo que é por ele produzido. (BARROS, 2011). A *memória-acontecimento* está relacionada ao conceito de *acontecimento* da Semiótica tensiva. O *acontecimento* é concebido como um evento inesperado e imprevisível que sobrevém ao sujeito de forma abrupta e com força máxima de intensidade e concentração. É uma quebra, uma ruptura daquilo que fora planejado.

Nas crônicas, a *memória-acontecimento* é marcada por figurativizações sensoriais que transmitem a sensação de que o enunciador está revivendo todas as emoções e os sentimentos passados na prisão. Em *Companheiras*, os atos de tortura são rememorados com uso de figuras que recriam a cena impactante de violência: (“Mostrou-nos os seios onde trazia impressas marcas de dedos [...] colocavam-na no alto da escada, amarrada e nua para forçá-la a declarar ou delatar, enquanto dois homens enormes lhe puxavam os seios. [...] Seu corpo guardava ainda as vergastadas do chicote policial”). Cria-se uma espécie de tensão na leitura do texto. O enunciatário se sente chocado diante de tais atrocidades, principalmente porque é uma descrição de violência covarde. São homens torturadores que mutilam o corpo da mulher, que tripudiam do seu sofrimento. Isso provoca um sentimento de indignação e de revolta. O enunciatário é tocado na sua sensibilidade, ele é levado a sentir a dor do outro.

Em outra passagem da crônica, o enunciador retoma o passado intensificando a dor da perda, a partida de uma pessoa querida: (“Quando partiu, deixava vinte e cinco amigas. Não lhe dissemos adeus, não tivemos um momento de fraqueza. Mas quando as grades se fecharam atrás dela, cinquenta olhos choravam. [...] A tarde tão quente de verão foi mais longa e dolorosa naquele dia. Ninguém falava. Voltamos ao jogo de paciência, ao silêncio, à angústia de saber que a vida lá fora devia andar linda”). As figuras “cinquenta olhos choravam”, “tarde quente de verão”, “tarde dolorosa”, “silêncio” produzem uma imagem de despedida abrupta e repentina. Ao recordar esse momento, o enunciador parece reviver esse sentimento doloroso, ao mesmo tempo, o enunciatário é levado ao grau máximo de emoção e de afeto.

Na *Crônica 16*, a sequência figurativa que concretiza o estado de desfalecimento do sujeito e a proximidade da morte (“Jogaram-me numa pequeníssima sala, sem janelas, sem ar [...] sem cigarro, sem comida, interrogada a todo momento, atormentada pelos sustos e a sede, vi-me, inclusive, envolta em terrível escuridão”) provoca um andamento acelerado na leitura do texto. As imagens sugeridas pela figurativização reconstroem uma memória em processo. À medida que relembra o passado, o enunciador intensifica o estado de privação com a repetição exaustiva de conectores que denotam o sentimento de falta, por exemplo, o uso da preposição “sem”. Esse efeito de sentido reforça a intensidade das aflições experimentadas no cárcere. O enunciador parece revivê-las novamente.

Assim, as duas crônicas são construídas discursivamente pela conjugação dessas duas formas de memórias. Ora conferem legibilidade ao discurso pelas referências figurativas, actanciais, temporais e espaciais disseminadas no texto, ora revelam afetos e emoções compartilhados mutuamente pelo enunciador e pelo enunciatário.

O discurso político de resistência presente nas memórias de Eneida de Moraes é organizado por um conjunto de elementos discursivos que congregam tempos, espaços, pessoas, temas e figuras, os quais revelam a presença de um enunciador firme em seus valores e convicto de suas posições ideológicas. Para ele, a resistência não é só uma ação pontual que visa transformações, mas constitui-se uma autêntica forma de vida. O discurso da resistência manifestado nas crônicas é de ordem concessiva porque rompe com as esperas, foge da previsibilidade. Ele se constrói no tempo e no espaço inesperados da prisão. É um discurso de caráter passional,

marcado por uma afirmação de posição, uma afirmação de princípio que transcende o programa de ação e faz nascer um novo sujeito, o sujeito resistente.

Ainda importa mencionar que a enunciação é considerada como “a atividade humana por excelência, ao mesmo tempo produção e comunicação”. (BARROS, 2002, p. 136). Isso implica duas espécies de percursos temáticos propostos por Barros (2002): um que enfatiza o percurso de produção e o outro que destaca o percurso de comunicação.

O percurso da produção focaliza o texto (a obra) enquanto produto. O enunciador e o enunciatário sincretizados no sujeito da enunciação são os sujeitos produtores do discurso-objeto, pois são responsáveis pela construção do sentido do texto. Os procedimentos semióticos narrativos e discursivos, elucidados ao longo do trabalho, evidenciam esse percurso da produção. Por meio deles foram reconstruídas a competência e a performance do sujeito da enunciação, o qual se insere no lugar sócioideológico das transformações sociais e vislumbra uma nova organização sócio-política. A enunciação compreendida como objeto-discursivo acentua marcas enunciativas que revelam os valores assumidos pelo sujeito por meio do discurso.

O percurso da comunicação, por sua vez, vê a obra (texto) como objeto-valor de outros trânsitos da sociedade. Destaca-se o significado social de se produzir o texto. A resistência de escrever e de publicar histórias (de sobrevivência, de companheirismo e de solidariedade) abafadas pelo autoritarismo concede voz aos silenciados, nomeia como heróis e heroínas aqueles considerados inimigos do Estado e atribui homenagens aos que foram covardemente exterminados. A enunciação entendida como comunicação transmite ao enunciatário (sociedade em geral) um ato de resistência que atravessa tempos e espaços narrativos. É uma resistência que se reorganiza e se reconstrói constantemente, na medida em que busca romper os diversos silenciamentos que persistem nas diferentes conjunturas históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte literária brasileira tem sido um veículo de manifestação discursiva de extrema importância para tratar de problemáticas humanas recorrentes em diferentes épocas. Os textos de Eneida de Moraes debatem temáticas políticas e sociais que se tornam emergentes nos tempos atuais, na medida em que práticas governamentais centralizadoras e autoritárias são reativadas pela presente conjuntura política brasileira. Assim, compreender os processos históricos, nos quais a sociedade vem se construindo ao longo do tempo, são fundamentais para interpretar as questões e os problemas vivenciados no presente.

A escolha teórica pela Semiótica Francesa e seu arcabouço metodológico nos possibilitou alcançar o objetivo geral deste trabalho que se centrou em investigar a construção discursiva da política de resistência manifestada em duas crônicas da escritora. A partir das categorias semióticas elucidadas, observamos que o discurso político de resistência manifestado nesses textos é moldado por orientações ideológicas que contestam a ordem social e política vigente na época. Na teia discursiva, percebemos que o sujeito resistente é modalizado pelo querer-fazer mudanças urgentes nessa conjuntura sócio-política, e para entrar em conjunção com os seus valores – liberdade, justiça social, igualdade de classes –, ele estabelece uma relação polêmica e conflituosa, pois entra em confronto com outros valores (do antissujeito) que são totalmente antagônicos aos seus. O percurso discursivo traçado pelo sujeito é constantemente de enfrentamento e de resistência aos sistemas normalizadores.

Nesse discurso ecoam as vozes de grupos sociais mais menosprezados pela sociedade burguesa, conservadora e patriarcal. São as vozes de presas políticas que lutam intensamente pela liberdade, pela restauração dos princípios democráticos e buscam o seu lugar participativo na sociedade e na política brasileira. É a voz da classe operária que reivindica melhores condições de trabalho e maior participação nos processos políticos e econômicos. São as vozes de intelectuais militantes que não aceitam as arbitrariedades impostas e por isso sofrem severas sanções. É, portanto, um discurso tecido em ações de movimentos de lutas e de resistências diante dos dispositivos de poder.

Os textos da cronista expressam memórias de resistências que atravessam o tempo e o espaço das narrativas. São resistências que adentram nos ciclos da história,

sempre se reorganizando e se reconstruindo para romper os diversos lugares de silenciamentos estabelecidos tanto pela censura quanto pela escassez de publicação de sua produção. Esses escritos representam um ato de resistência porque têm uma relevância social, na medida em que tornam públicas as histórias de coragem, de sobrevivência e de solidariedade vivenciadas por presas políticas que não se intimidaram diante das coerções impostas pelo governo ditador. Contrariando os padrões sociais, essas mulheres foram protagonistas de confrontos políticos numa época em que a figura feminina sequer tinha espaço público na sociedade. Ainda assim, elas lutaram destemidamente em busca de transformações sociais.

Por meio das análises, observamos que a organização narrativa dos textos marca o discurso da resistência pelo antagonismo de dois percursos narrativos: o do sujeito resistente e o do antissujeito repressor. Neste confronto, são evidenciadas ações que respondem umas às outras e entram num jogo de conflitos ideológicos. Existem divergências de valores, os quais marcam esses percursos em campos opostos. O percurso do antissujeito é direcionado pela triagem, pela seleção e julgamento daquilo que é permitido ou não. O discurso do antissujeito defende princípios fundamentados em valores de absoluto e prima pela manutenção da ordem social, punindo todos aqueles que violam as normalizações. O percurso do sujeito está baseado no regime de mistura porque centra-se na conservação dos valores de universo, prima pelo direito de liberdade e de igualdade entre os homens. É um discurso assentado na gestão participativa e fundamentado nos princípios democráticos. O sujeito almeja uma sociedade e um governo construídos a partir da pluralidade de pensamentos que convergem ao interesse comum. A resistência do sujeito é sustentada pela ação coletiva, pela colaboração mútua e pela construção de afetividades.

Esse antagonismo de valores mostra que a narratividade dos textos é moldada por relações conflituosas, nas quais estabelece-se uma ruptura de contratos sociais entre destinador e destinatário. A manipulação do destinador impõe (pela intimidação) um dever-fazer que não é cumprido pelo destinatário-sujeito. O rompimento deste contrato social é julgado negativamente e a sanção da prisão é uma resposta do destinador pelo descumprimento do acordo estabelecido. A punição do sujeito é efetivada pelas diversas práticas de torturas efetuadas no cárcere que consistem em aniquilar o torturado imediatamente ou gradativamente pelo abalo do corpo e da

mente e pelas extremas limitações espaciais. Observamos que a tortura não se configura somente como um mecanismo de sanção, mas é também uma forma de manipulação particular e social. A tortura é usada para se obter informações e confissões das presas políticas, praticando-se violências físicas e psicológicas, como também é usada de modo exemplar, pois caracteriza-se como uma técnica de controle do Estado autoritário, na medida em que pretende alcançar a obediência de toda a sociedade.

Constatamos que o dever-fazer imposto pelo destinador-manipulador é superado pelo não-querer-fazer do sujeito, caracterizando a *resistência passiva* citada por Greimas. Neste sentido, notamos que a resistência se manifesta pela incompatibilidade de modalidades virtualizantes que se estruturam na organização da competência modal do sujeito. O querer do sujeito reside em combater os dispositivos repressivos do Estado e mediante esse querer, ele obtém um saber e um poder-fazer processados através das estratégias de sobrevivência instituídas no cárcere. As resistências individual e coletiva observadas nas duas crônicas destacam a aquisição desse saber e desse poder que tornam o sujeito competente para enfrentar as sanções punitivas do destinador. O exame das modalizações nos mostrou que o fazer do sujeito é responsivo ao fazer do destinador, o que comprova a proposição levantada do discurso político centrado nas relações de poder. O poder exercido pelo Estado autoritário faz nascer uma resistência que não é pontual, mas é um modo de existência do sujeito.

A modalização do querer do sujeito tem uma dimensão passional centrada no desejo e na esperança de resgatar os valores que lhe foram espoliados. As análises nos revelaram que essas paixões benevolentes mantêm o sujeito num estado de espera fiduciária pela realização do desejável, mesmo diante dos instrumentos de punição que tentam esgotar suas forças. São esses efeitos passionais que lhe impulsionam a permanecer firme na luta política sem jamais ceder às hostilizações. Ao mesmo tempo, observamos a manifestação de estados passionais do medo, da aflição e da tristeza, que mesclados aos sentimentos do desejo e da esperança, apontam oscilações entre estados de relaxamento e de tensão vividos pelo sujeito na prisão. Também, notamos a existência de um espírito de revolta, marcado inicialmente pela negação em cumprir as normas impostas. Essa negação apresenta-se como o

ponto inicial da resistência, a qual surge não somente como uma prática modalizante, mas constitui-se, sobretudo, como uma autêntica forma de vida.

No nível das estruturas discursivas, percebemos que a discursivização da resistência é construída pelo jogo de categorias de pessoa, de tempo e de espaço ligadas ao sistema enunciativo e enuncivo, conferindo ao discurso marcas de subjetividade e de objetividade que criam efeitos de proximidade com a enunciação, bem como produzem simulacros da realidade sobre os fatos relatados. Constatamos que esses recursos discursivos são utilizados pelo enunciador para atestar a verdade discursiva apresentada nos textos. O discurso se apresenta como verdadeiro e assim é aceito pelo enunciatário (leitor).

Ao analisar a temporalidade e a espacialidade pela via da aspectualização, observamos que há a predominância da duratividade do tempo que se projeta de modo invariável e sem alterações substanciais. É um tempo que tem um caráter monolítico porque se dá sempre da mesma forma e no mesmo espaço. Neste sentido, há o confronto de continuidades *versus* descontinuidades, pois todas as ações desenvolvidas pelas presas no transcurso diário (como compartilhar sentimentos, preocupações, pequenos gestos de solidariedade) buscam romper esse tempo imutável e esse espaço fechado da prisão, transformando-os em tempos menores e em espaços mais abertos. As detentas procuram inserir descontinuidades no tempo e no espaço na intenção de sobreviver e principalmente de resistir. Assim, verificamos que a resistência na prisão é difusa porque se constrói a partir dessas pequenas ações. Ela quebra a ação concentrada do mecanismo de poder manifestada na duratividade do tempo e no espaço fechado do cárcere.

Também, observamos que a resistência e a sobrevivência estão ligadas a um modo de perseverança, as quais transcorrem no tempo e no espaço de forma distinta. Assim, propomos uma distinção entre elas. A sobrevivência é pontual, nasce da necessidade de sobreviver os martírios vividos no espaço prisional e termina quando se supera esse estado de privação. Já a resistência atravessa o tempo-espaço do ambiente carcerário, organiza-se como uma forma de sentir o mundo. Ela é concebida como uma forma de vida apaixonante.

Neste sentido, notamos que a resistência enquanto forma de vida apresenta um percurso temático organizado pelos temas da liberdade, da sobrevivência, da afetividade, da solidariedade e da fraternidade que são concretizados por figuras que

criam diversos efeitos de ordem sensorial. As análises dos procedimentos de tematização e de figurativização nos mostraram que o discurso da resistência se sustenta pela união, pela construção de afetos e pelos gestos solidários. A resistência se constrói pela ordem da concessão, ela rompe com a lógica implicativa porque se desenvolve no tempo e no lugar inesperados e imprevisíveis. O cárcere é transformado no espaço de acolhimentos, de afetividades e de fortalecimento de resistências.

Todas essas constatações nos revelaram que o discurso político de resistência presente nesses textos é construído por elementos narrativos e discursivos que manifestam a presença de um enunciador convicto, assertivo e firme em suas posições ideológicas. Seu discurso é modalizado pela certeza. Para ele, a resistência está numa dimensão passional, é muito mais que uma prática perseverante. Ela é uma autêntica forma de vida. A resistência marca uma tomada de posição que não se limita à performance narrativa, mas ultrapassa os processos semióticos da ação. Ela é o engajamento da busca passional por valores axiológicos que atribuem significado à própria vida.

As *Crônicas 16* e *Companheiras* se inscrevem na categoria de textos histórico-documentais que nos mostram como a sociedade de hoje ainda preserva heranças de um tempo dominado pelo patriarcalismo e pelo conservadorismo, onde não se abria espaço para a multiplicidade de pensamentos, para as diversidades e para a igualdade de gêneros. Os textos apresentam traços históricos e sociais do passado que ressurgem no nosso presente. São memórias de ontem que se refletem nos acontecimentos de hoje, na medida em que se torna emergente a construção de resistências – sejam elas permeadas pelas artes ou pelas ações de movimentos sociais – confrontantes aos dispositivos de poder, os quais operam por meio de discursos arbitrários recorrentes nos dias atuais. São discursos que julgam, criminalizam e atacam de forma veemente as ações de luta, as quais estão no combate pela defesa dos direitos democráticos, das políticas inclusivas e das pautas coletivas, tão ameaçadas pela atual conjuntura política brasileira.

Os focos de resistência que se sustentam hoje, de certa forma, honram todas as lutas que foram construídas no passado. As resistências efetivadas no transcurso da história nos transmitem um importante legado: Resistir sempre, desistir jamais!

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2009.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do Discurso: fundamentos semióticos*. 3ª edição. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2005.
- BARROS, Mariana Luz Pessoa de. *O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível*. 307 p. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2011.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 2ª edição. Campinas – SP: Pontes, 1988.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Grupo CASA, coord. Ivã Carlos Lopes, Edna Maria F. S. Nascimento, Mariza Bianconcini Teixeira Mendes, Marisa Gianecchini de Souza. São Paulo: Edusc, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen Varriale et. al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1992, p. 13-22.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 13ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos – SP: ClaraLuz, 2007.
- FERREIRA, Simone Cristina Salviano. Afinal, o que é a crônica? In: TRAVALLIA, Luiz Carlos[et al.]. *Gênero de texto: Caracterização e Ensino*. Uberlândia, EDUFU, 2008, p. 347-394.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964. Discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, tempo e espaço*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, José Luiz. A sacralização da política. In: FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (Org.). *Linguagem e Política: princípios teórico-discursivos*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 21-38.

FIORIN, José Luiz. Semiótica tensiva. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Novos caminhos da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 151-169.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBEG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

FONTANILLE, J.; DITCHE, E. R.; LOMBARDO, P. Dictionnaire des passions littéraire. França: Berlim, 2005.

FONTANILLE, Jacques. *Formes de vie*. Nouvelle édition [en ligne]. Liège : Presses universitaires de Liège, 2015. Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/pulg/2207>>

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 17ª edição. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Org.). *Foucault, Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª edição revista. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima, Diana Luz Pessoa de Barros, Eduardo Peñuela Cañizal, Edward Lopes, Ignácio Assis da Silva, Maria José Castagnetti Sembra, Tieko Yamaguchi Miyazaki. São Paulo: Cultrix, 1989.

GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido II: ensaios semióticos. 1ª edição. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Pontes, 1992.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Luiz Octavio de. *1932: São Paulo em chamadas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

MORAES, Eneida de. *Aruanda - Banho de Cheiro*. Belém: SECULT; FCPTN, 1989.

NETO, Lira. *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: EDUNICAMP, 1990, p. 163-252.
1990

SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Eneida: Memória e Militância Política*. Belém: GEPEM, 2009.

SPINOZA, Baruch de. *Tratado político*. 1ª edição. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ZILBERBEG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

ANEXO A – Crônica 16 (inclusa na coletânea *Banho de Cheiro*)**Crônica 16**

Contando esta história – uma das páginas mais belas de minha vida – não estou querendo fazer como a maioria dos memorialistas que se fantasiam com plumas e penas que não são suas, para maior brilho de suas recordações. Devo, preciso contá-la, principalmente para agradecer a uma mulher, cujo nome não importa, o quanto ela foi boa, paciente, digna, comigo.

Éramos muitos presos políticos em São Paulo, no ano de 1932. Eu vinha de um mundo inteiramente diferente daquele no qual então vivia. Jamais conhecera o frio e a fome e saber sofrê-los foi para mim um aprendizado muito doloroso. Fora presa numa manhã. Mais vinte homens haviam cercado a casa em que vivia, sozinha, com dois mimeógrafos e duas máquinas de escrever. Diariamente os jornais noticiavam que havia sido aprisionado numa casa de trabalho um mimeógrafo. E os mesmos jornais comentavam, apesar disso: - “e só esta semana foram presos quatro” – os manifestos continuam a invadir a cidade.

Quantos vezes pensei: esta casa tão isolada, jogada neste subúrbio, sem vizinhos próximos, não chamará a atenção? Não causará pelos menos espanto mesmo aos distantes vizinhos, morar aqui uma criatura magrinha e muito jovem que só sai à noite e quando sai é gorda, enormemente gorda? Essa gordura eram manifestos impressos durante o dia e que iam amarrados na cintura, nas axilas, encobertos por um grande capote azul marinho que nem era meu, mas de uma pessoa gordíssima. Pensava assim; cheguei um dia a debater isso na minha célula, mas não havia outra solução e tudo continuou até o dia da prisão.

Jogaram-me numa pequeníssima sala, sem janelas, sem ar, um depósito de qualquer coisa, pois os xadrezes estavam superlotados. Sem cigarro e sem comida, interrogada a todo momento, atormentada pelos sustos e a sede, vi-me, inclusive, envolta em terrível escuridão. O único lugar por onde entrava uma réstea de luz e um pouco de ar era um buraco aberto na porta comprida por onde os ‘tiras’ espionavam-me. Pedia livros, pedia cigarros, pedia comida. Tudo me era negado. Um café simples pela manhã, um caldo de noite. Foi então que descobri a mais fácil maneira de vencer aquela situação agravada pela falta de uma cama, de uma cadeira, mal dando para andar. Ficava então, dia e noite, na porta, esperando os olhos que me espionavam e dando em cada um deles uma espatulada com o dedo indicador. Ouvia gritos, urros, palavrões mas ficava contente: acertara em cheio o inimigo.

Uma madrugada ouvi bem quando a porta se abriu e na sala entrou um velhinho. Chamou baixo meu nome e mais baixo ainda me declarou: - Não sou tira, não. Como todos os moços e os homens válidos estão sendo convocados para a revolução e indo lutar, eu fui mandado servir aqui, apesar de ser reformado da Polícia Militar, aposentado há muito tempo.

Vamos fazer um negócio. Sei que eles não querem lhe dar comida. Entro no serviço à meia noite e quando puder venho lhe trazer um bom sanduíche.

Desde então, pão com carne, pão com ovo, pão com presunto era trazido por aquele homem que afinal estava salvando minha vida. Um cigarro e uma alimentação boa cada madrugada.

Desse presídio saí eu, de padiola, tão fraca que não podia andar, quase morta pela fome e fui mandada para outro, paradoxalmente chamado de Maria Angélica. Aí pude comer, dormir, ler e fumar.

Na noite em que os chamados legalistas venceram, entrou no presídio um homem que depois seria também meu companheiro em outras cadeias: Walter Pompeu. Reuniu todos os presos, homens e mulheres, contou-nos que o governo Vargas esmagara a revolução paulista, anunciou que todos estávamos em liberdade, mas que a ordem da polícia era atirar sobre grupos de mais de três pessoas. Principalmente – recomendava – muito cuidado devem tomar os comunistas.

Depois de três meses de cadeia dura, trágica, cruel, as ruas, a noite, tudo tem aspectos fantasmagóricos. Até mesmo as árvores parecem embuçados inimigos. Saímos para a noite, uma operária, eu, um companheiro. Para onde ir? Qualquer casa por nós procurada poderia sofrer provocações policiais. Sabíamos que a situação política ainda era grave, que nossa presença em moradias de certos companheiros que tinham conseguido escapar da prisão poderia comprometê-los. Andamos tanto e tanto, procurando aqui e ali, caminhando separados, mas seguindo os passos uns dos outros; quando ouvimos um camarada operário dizer: a casa está cheia mas entrem, sentimos enorme alegria. O dia começava a nascer.

Soubemos logo que Walter fora um afoito; a ordem era soltar apenas os getulistas, os legalistas e não a nós. E mais: a polícia andava procurando-nos ferozmente. Sabíamos que nada tínhamos a fazer além de esperar ordens do Partido. Chegou um emissário com as resoluções que esperávamos. Você vai para tal lugar, você para ali, até que chegou minha vez. Prepare-se para seguir, imediatamente, para Jacareí, onde ficará até que lhe mandemos buscar. Há um automóvel na porta, o companheiro chofer lhe dará o que for preciso.

Conversamos muito durante a viagem. Eu estava magra, tão magra, com cabelos compridos caindo nos ombros, grandes olheiras. Saúde boa, ótima, mas o aspecto ruim de criatura doente.

Não posso descrever hoje a cidade de Jacareí. Escondida no carro, fomos a um hotel, não há lugar, a outro, resposta idêntica, até que num deles foi dada uma informação: há uma senhora na rua tal, número tal, que aluga quartos. É casa muito modesta, completou o informante.

Assim entrei eu na casa daquela mulher a quem aqui chamarei Dona. Casinha simples, de chão de terra batida. Recebeu-me carinhosamente. Disse-lhe que estava fraca, muito fraca, doente, mas que os médicos consultados não haviam constatado a tuberculose. Vinha para ali a conselho deles, pelo clima, mudança de ar. Ela olhava-me com grandes olhos doces, grandes olhos que jamais esquecerei. Deu-me um quarto de frente, abrindo para a sala de visitas. Minha roupa era nenhuma. Apenas a que eu trazia no corpo. Deitei. A cama era um ninho de pulgas. Como descansar?

A senhora começou então a envolver-me numa série de desvelos que não me espantavam, porque sempre acreditei na bondade humana. Logo depois de minha chegada trazia-me fumegante, uma canja e uma camisola. Falei-lhe nas pulgas e logo ela voltou com erva de Santa Maria. Bateu com as folhas a cama, entre o colchão e o lençol limpo, colocou mais erva e o resultado foi o desaparecimento das pulgas, rompido por ela, na hora de jantar. De sua casa lembro bem: limpíssima, clara, comum enorme quintal ao fundo. Tudo muito modesto, mas muito asseado. Dois filhos já crescidos brincavam sempre no quintal cheio de árvores.

- Como é mesmo o seu nome?
- Rosa. Rosa Mendes.
- Então será Rosinha. Você é tão mocinha.

Durante doze dias, aquela mulher foi a mais devotada das mães para mim. Você sairá daqui boa e forte. E lá vinha uma xícara de chocolate, outra de caldo – do qual tenho até hoje e sempre tive horror, mas que bebia agradecida, em silêncio, para não aborrecê-la.

- Gostaria tanto de ler. A senhora tem livros aí? Ela tinha, poucos, ruins todos, mas devorei velhos almanaques havia até roto, sujo, um Iracema de José de Alencar. Dias passando e ela mantendo vivo o seu desvelo. Uma manhã reapareceu o mesmo companheiro chofer. Era preciso que eu fosse a São Paulo, só por uma noite. Comuniquei a Dona que devia ir ao médico, na capital paulista. Ela se opôs vivamente. Depois se conformou, encheu-me de mil recomendações, não faça isso, cuidado com sua saúde, você ainda não está em condições de andar muito e muito mais recomendou e falou.

Na volta, dia seguinte, eu trazia algumas roupas, algum dinheiro, um bom número de livros e uma ordem: voltar ao Rio dentro de uma semana. Nada contei a Dona. O médico achara-me muito melhor, quase curada. Minha volta foi saudada por ela e os filhos, com grande alegria.

Acabáramos de almoçar um gostosíssimo almoço. Dona é – sei que ela ainda vive, deve viver – uma excelente cozinheira.

- Rosinha, perguntou-me ela, você já ouviu falar em Eneida?

Gelei. Os companheiros haviam-me recomendado tanto tomasse cuidado, que não admitiam minha volta à prisão naquele momento, e Dona fazia-me uma pergunta dessas. Não, não ouvira falar. Estava doente há tanto tempo, minha família fora para o Rio e com a revolução nossas ligações tinham ficado interrompidas, mas eu ia voltar para casa. Tentava desconversar, levar a conversa para outro lado. Dona levantou-se, foi ao seu quarto, trouxe um livro de recortes de jornais.

- Eneida é uma mocinha – veja os retratos – que foi presa como comunista em São Paulo. Fizeram o diabo com ela, mas o diabo mesmo, e sabe o que aconteceu? A própria polícia declara que nunca ouviu sequer o som de sua voz. Contam que ela era uma menina rica e deixou tudo, tudo minha filha, tudo para lutar pelo nosso povo. Leia estes jornais que você vai saber quem ela é. Moça de coragem, Rosinha.

Então tomei conhecimento do que publicara a imprensa paulista quando de minha prisão. Retratos tirados em Belém do Pará, elegantíssimos, no meu tempo de dinheiro e vaidade, segundo a polícia de São Paulo, eram retratos de Paris, quando eu ali fazia espionagem para a URSS. O Largo de Nazaré era apresentado como os Champs Elysées. Ora diziam-me perigosa espiã soviética, tão desconhecadora do país que nem sequer falava português! Um jornal considerava minha prisão tão importante para o destino do Brasil quanto fora a de Menegetti, o ladrão. Outros chamavam-me de má brasileira vendida a Moscou, e alguns chegaram a apontar grandes nomes da revolução de 30, como meus amantes. Eu nem sequer podia sorrir ou dar gargalhada. Sentia que Dona tinha os olhos postos em mim.

- Hoje você não vai sair do quarto. Venho trazer-lhe comida aqui. Estão descendo tropas getulistas e soldado é gente ruim.

- Esta é minha prima Rosinha, que veio passar uns dias aqui conosco.

Dona tinha frases assim. Para as amigas que a visitavam e por acaso me viam, eu era uma prima. Já te falei dela muitas vezes. Sua vigilância em torno de mim era constante, afastando-me de todos os possíveis perigos.

A semana passou, rápida. Começara a gostar realmente daquela mulher, sem compreendê-la inteiramente. Trataria assim sempre os seus hóspedes? Por que tanta ternura por mim? Nas vésperas da partida, comuniquéi-lhe: - Amanhã vou para o Rio. Amanhã, por quê? Estou aqui há quase um mês, minhas forças voltaram, o que pensará minha família sem notícias, sem saber por onde ando? Preciso voltar para casa.

Custou a se convencer. Saiu; voltou com uma passagem de trem que ela comprou com seu próprio dinheiro. Comentou:

- Estudei muito sua viagem; nesse trem que vai descer com soldados conheço um sargento, bom rapaz, muito direito. Já falei com ele para ajudá-la se você precisar de alguma coisa ou se alguém quiser abusar de você.

No dia de minha partida, almoçávamos. O trem partiria às sete da noite. Dona conversava comigo. E, de repente:

- Pois é, Eneida, desde que você entrou aqui eu sabia quem era você. Sabia porque você está magra e acabada, mas é muito parecida com os retratos que saíram nos jornais. Eu não sou comunista, meu bem. Sou esotérica. Compreendo a luta de vocês, admiro a coragem de vocês. Agora, só lhe peço uma coisa: conte a história de sua vida para mim. Sei que tudo o que os jornais publicaram é mentira.

Se você não puder ou não quiser contar eu não me aborreço, mas gostaria de saber onde você foi buscar tanta coragem.

Contei-lhe o que ela queria saber; falei-lhe longamente de minha mãe, a base de toda coragem que ela considerava tão grande. Dona ouvia tudo em silêncio; às vezes seus grandes olhos se enchiam de lágrimas.

Levou-me ao trem; apresentou-me como sua prima ao sargento. Beijou-me. Na hora em que o trem partia deu-me um grande embrulho: o lanche para comer durante a longa viagem e uma carta:

- É para o Centro Esotérico X. Se você precisar de alguma coisa procure os irmãos de lá. Olhe, se você quiser voltar, me avise. Volte.

Fique esta página como uma homenagem àquela mulher, simples e boa, doce e corajosa, que tanto se preocupou com a minha vida: em Jacareí, numa casinha modesta, Dona fez-me compreender e sentir, mais uma vez que nem toda a humanidade é ruim, traiçoeira, má.

A vida deu-me muitos outros personagens, bons e maus, dignos e indignos, leais e desleais. Essa Dona está até hoje viva na minha memória: morena, negros cabelos presos em coque, risonha, acolhedora. Não admitiu que eu pagasse os dias de estada em sua casa. "Guarda seu dinheiro que é capaz de lhe fazer falta".

Muito obrigada, Dona. Este muito obrigado de hoje venho repetindo há muitos anos. Pudessem ser de seu estofado todos os homens.

ANEXO B – Crônica Companheiras (inclusa na coletânea *Aruanda*)***Crônica Companheiras***

Durante o inverno a sala era tão úmida, tão fria que enregelava mãos e obrigava os pés a manter um constante sapateado; no verão a sala era quente que parecia querer matar-nos sufocadas a qualquer momento.

Os dias – no inverno como no verão – se arrastavam pesados, longos, sem monotonia, pois nossa constante preocupação era inventar formas para que eles não fossem parecidos. Enchíamos com coragem e alegria todas as horas: ginástica, estudo, conversas, cânticos, passeio. Tão pequeno o espaço que possuíamos para caminhar, e o ruído dos tamancos cortava-o, ferindo o lajedo; as saudades impressas nos olhos; as constantes evocações.

Quando se falava em quitutes variados, quando alguém dizia como se preparava esse ou aquele prato, podia-se olhar os olhos: estavam todos famintos. Quando se contavam passeios e se falava de mar, praia, montanhas ou planícies, podia-se ver nos olhos famintos uma ânsia de voltar à vida da cidade, da terra, do mundo.

Éramos vinte e cinco mulheres presas políticas numa sala da Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, 1935, 1936, 1937, 1938. Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas?

De um lado e do outro da sala, enfileiradas, agarradas umas às outras, vinte e cinco camas. Quase presas ao teto alto, quatro janelas fechadas por umas tristes e negras grades. Encostada à parede, uma grande mesa com dois bancos. Ao fundo da sala, os aparelhos sanitários. Por maior que fosse a nossa luta para mantê-los limpos e desinfetados, nunca conseguimos fugir do cheiro forte que exalavam.

Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas. Havia louras, negras, mulatas, morenas; de cabelos escuros e claros; de roupas caras e trajes modestos. Datilógrafas, médicas, domésticas, advogadas, mulheres intelectuais e operárias. Algumas ficavam sempre, outras passavam dias ou meses, partiam, algumas vezes voltavam, outras nunca mais vinham.

Havia as tristes, silenciosas, metidas dentro de si próprias; as vibráteis, sempre prontas ao riso, aproveitando todos os momentos para não se deixarem abater. Os filhos de Rosa eram nossos filhos. Sabíamos as graças e as manhas com que embalavam aquela mulher forte, arrogante, atrevida sempre mas tão doce, tão enlevada pelos “meninos”. Quando Rosa falava nos “meninos” ficávamos todas em silêncio. Onde andariam eles? A polícia arrancara-os daquela mãe, negava-se a informar onde se encontravam, não admitia que Rosa soubesse notícias da família: o marido foragido, a irmã distante. E os “meninos”? No silêncio das noites, Rosa fazia com que assistíssemos aos nascimentos, aos primeiros passos, à primeira gracinha, ao primeiro sorriso, e depois o crescer rápido, a escola, os livros, idade avançando. Onde andariam eles?

Problemas de uma, problemas de todas. O noivo de Beatriz era nosso noivo. Queríamos saber suas notícias, coisa que nem a própria noiva conhecia. Problemas comuns, destinos comuns. Os filhos de Antônia estavam em natal, mas onde andaria o marido de Nininha, preso no Rio Grande do Norte?

- Aquele eu conheço muito. É um cabra da peste. Ninguém dobra ele, não.

Nininha alourada, de voz cantante, opunha às cenas de doçura suas palavras de energia. Contava a vida do marido como a de um herói.

Pobres mulheres jogadas numa prisão infecta, sem o menor conforto. Maria pensava no seu chuveiro elétrico, Valentina ensinava literatura inglesa (como estudava e lia Valentina) e queríamos à viva força que Nise desse lições de Psicologia.

Um dia – jamais esquecerei esse dia – fazia muito calor e havia sol. Pareciam maiores as paredes da sala onde escrevêramos desabafos. A vida lá fora devia estar bela; era verão e com certeza ruas e avenidas ensolaradas viam mulheres de vestidos claros e leves. Na sala, aquela tarde, havia tanto calor que descansávamos nas camas, abanando-nos com pedaços de papel. Como não tínhamos espaço para andar todas ao mesmo tempo, quando umas o faziam, outras eram obrigadas a ficar sentadas ou deitadas nas camas. Jogávamos paciência, algumas, e o calor era tanto que nem tentávamos falar. Qualquer gesto, qualquer palavra ou movimento iria aumentar o suor que escorria de nossos corpos cansados. Não podíamos perder a menor de nossas energias: devíamos sobreviver.

Foi nessa tarde que tenho gravada na memória que ela entrou na Sala das Mulheres. Nunca esquecerei seu ar de espanto nem aqueles sapatos que haviam sido brancos. Estavam manchados de terra ou de sangue? Nunca esquecerei o vestido sujo, as mãos trêmulas, os cabelos brancos revoltos.

Ouvimos os passos do guarda subindo a escada; as chaves na porta de grades; depois ela entrou. Estatura mediana, vestido estampado, olhos curiosos. Entrou em silêncio. Em silêncio o guarda a deixou ali.

Olhou em torno. Procurou examinar uma a uma as mulheres, envolvendo-as todas num olhar imenso. Sentou-se na ponta de uma cama próxima, curvou-se, meteu os dedos por entre os cabelos.

- Quem será?

- Que mulheres serão estas? – estaria se perguntando.

Aproximamo-nos. Tínhamos sempre o cuidado de fazer o reconhecimento e o nosso próprio interrogatório: de onde vem, que fez, por que foi presa, seu nome, etc. Muitos etc.

Perguntamos quem era ela. Nenhuma resposta. Ninguém a conhecia; não nos conhecia. Insistimos. Levantou os olhos, encarou-nos de frente, parecia um animal pronto a se defender. Nossas perguntas foram feitas em várias línguas. E ela continuava firme, sem a menor perturbação fisionômica.

- Não sabemos quem é você. Mas nós somos antifascistas, nós somos presas políticas. Cada uma de nós tem sua história; esta veio presa do Norte, aquela está aqui como refém porque o marido sumiu. Somos todas brasileiras.

Uma de nós adiantou-se e lhe disse:

- Eu sou comunista.

Foi a esse grito que aquela mulher despertou. Agarrou-se à companheira, beijou-lhe o rosto e pôs-se a exclamar com grandes lágrimas descendo pelo rosto alquebrado:

- Camarada, minha camarada!

O olhar com que agora envolvia as vinte e cinco mulheres era diferente; queria entender as palavras nas paredes, perguntava, sorria, abraçava todas, chorava e ria. E contou. Contou com voz firme o quanto sofrera. A Polícia Especial a maltratara monstruosamente. Mostrou-nos os seios onde trazia impressas marcas de dedos. Colocavam-na no alto da escada, amarrada e nua para forçá-la a declarar ou delatar, enquanto dois homens enormes lhe puxavam os seios.

Falou-nos do sofrimento, da fome e da sede que lhe haviam imposto. Falou-nos de seu companheiro e das barbaridades que ambos padeceram. Falou sempre com voz clara, precisa, serena, em tudo que passara nas prisões desta cidade. Seu corpo guardava ainda as vergastadas do chicote policial. Jogavam-na de prisão em prisão. Ora era metida em celas de prostitutas, ora no meio de ladras ou ébrias. Durante mais de dois meses sofreu humilhações físicas e morais.

- Muito ruins, muito ruins, comentava.

Uma de nós falou:

- Ela precisa comer, tomar banho, mudar o vestido.

Houve um corre-corre geral. Todas queriam dar-lhe roupas, todas queriam dar-lhe um pedaço de pão, de doce, uma fruta. Comia sorrindo. Sua fome tinha dois meses, seu sofrimento mais algum tempo.

Minutos depois voltou o guarda. Explicou que fora engano. A prisão para ela seria outra. E sorrindo:

- Muito pior.

Quando partiu, deixava vinte e cinco amigas. Não lhe dissemos adeus, não tivemos um momento de fraqueza. Mas quando as grades se fecharam atrás dela, cinquenta olhos choravam.

A tarde tão quente de verão foi mais longa e dolorosa naquele dia. Ninguém falava. Voltamos ao jogo de paciência, ao silêncio, à angústia de saber que a vida lá fora devia andar linda.

Três meses depois ela voltou. Veio viver conosco. Todas as noites, à meia-noite, levantava-se e andava, andava de um lado para outro, sem uma palavra.

- De meia-noite às duas da manhã ela devia apanhar; ficou uma psicose.

Essa mulher se chamava Elisa Soborovsk, a Sabo Berger, mulher de Henry Berger. O governo Getúlio Vargas entregou-a mais tarde à Gestapo. Hitler matou-a.

Sabo, para mim, foi uma revelação; jamais conheci mulher tão culta, tão humana, tão valente. Uma mulher tão bela. Nunca a esquecerei.

Na noite em que ela partiu com Olga Benário para o navio que as levaria a Hitler, era inverno e tiritávamos de frio. Sofríamos ainda mais, porque tínhamos aprendido a amá-la.

Recordando-a agora, cumprio um dever. Jamais esquecerei também as vinte e cinco mulheres da sala ora fria, ora quente, do Pavilhão dos Primários.

Grandes mulheres; boas companheiras.